

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE**  
**Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**  
**Administração Regional do Estado do Mato Grosso do Sul**



Serviço Nacional de  
Aprendizagem Rural

**Relatório de Gestão**

**2014**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE  
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Dispõe sobre o Relatório de Gestão do exercício de 2014 a ser apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está sujeita nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 063/2010 da DN TCU 134/2013.

**CAMPO GRANDE-MS, ABRIL/2015**

**Nilton Pickler**  
Presidente em exercício do Conselho Administrativo

**Rogério Thomitão Beretta**  
Superintendente

**Artur Mendes Quintella**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**Thomaz Henrique Cantos**  
Coordenador de Tecnologia da Informação-TI

**Maria do Rosário de Almeida**  
Coordenadora de Educação Profissional

SENAR-AR/MS  
Rua Marcino dos Santos, 401 – Cachoeira II  
Telefone: (67) 3320-6999  
Fax: (67) 3320-6998  
CEP 79040-902  
Campo Grande – MS

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.5.1 – COMPETÊNCIAS DAS ÁREAS ESTRATÉGICAS	12
QUADRO 2.1.1 - NEGÓCIO, MISSÃO, VISÃO E VALORES DO SENAR-AR/MS	14
QUADRO 2.1.2 - DEMONSTRATIVO DAS METAS INICIAIS E REFORMULADAS DE FPR, PS E ATG EM 2014	16
QUADRO 2.1.3 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA INSTITUIÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2014	16
QUADRO 2.2.3 – EVOLUÇÃO DO % DE COLABORADORES COM NÍVEL SUPERIOR ENTRE 2010 E 2014	20
QUADRO 2.2.4.1 FORMAS DE COMUNICAÇÃO DO SENAR-AR/MS	20
QUADRO 2.3.1 - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS METAS DE FPR, PS E ATG - 2014	24
QUADRO 2.3.2- ESTRATÉGIAS ADOTADAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS FRENTE AOS OBJETIVOS LANÇADOS PARA 2014	25
QUADRO 2.4.1– EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	26
QUADRO 2.5.1.3.1 – COMPARATIVO DO CUSTO MÉDIO POR EVENTO 2013 - 2014.	34
QUADRO 2.5.1.3.2 – COMPARATIVO DO CUSTO MÉDIO POR PARTICIPANTE 2013 - 2014.	35
QUADRO 2.5.1.3.3 – COMPARATIVO DO CUSTO MÉDIO POR CARGA HORÁRIA 2013 - 2014.	37
QUADRO 3.4.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	45
QUADRO 3.5.1 - RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS DIRIGENTES E MEMBROS DE CONSELHOS	47
QUADRO 3.6.2 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	48
QUADRO 3.6.3 – REMUNERAÇÃO PRATICADA EM 2014.	48
QUADRO 4.1.1 – DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA	49
QUADRO 4.2.1 – DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA	50
QUADRO 4.2.2 – EXECUÇÃO DA DESPESA POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO	50
QUADRO 4.2.3 - DESPESAS CORRENTES	51
QUADRO 4.2.4 - DESPESAS DE CAPITAL	51
QUADRO 4.3.1.1 – DEZ MAIORES CONTRATOS FIRMADOS NO EXERCÍCIO	51
QUADRO 4.3.1.2 – DEZ MAIORES CONTRATOS COM DESPESAS LIQUIDADAS NO EXERCÍCIO	52
QUADRO 5.1.1 - FORÇA DE TRABALHO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	53
QUADRO 5.1.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA ENTIDADE	53
QUADRO 5.1.3 – QUANTIDADE DE EMPREGADOS DA ENTIDADE FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO EM 31/12	53
QUADRO 5.1.4 - QUANTIDADE DE EMPREGADOS DA UNIDADE. POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO EM 31/12	54
QUADRO 5.1.5 – CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	54
QUADRO 5.2.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	55
QUADRO 6.1.1 – FROTA VEICULAR E DESPESAS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DE 2014.	56
QUADRO 6.1.2 – DADOS DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS REALIZADO PELA UJ EM 2014	56
QUADRO 6.2.1 – PATRIMÔNIO DO SENAR-AR/MS POR VALOR DE AQUISIÇÃO	56
QUADRO 7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	57
QUADRO 8.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	59

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - TOTAL DE EVENTOS REALIZADOS PELO SENAR-AR/MS 2004 - 2014	26
GRÁFICO 2 – QUANTIDADE DE EVENTOS POR LINHA DE AÇÃO EM 2014	26
GRÁFICO 3 - TOTAL DE PARTICIPANTES EM EVENTOS PROMOVIDOS PELO SENAR-AR/MS 2004 - 2014.	27
GRÁFICO 4 – QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR LINHA DE AÇÃO EM 2014	27
GRÁFICO 5 - MÉDIA DE PARTICIPANTES EM EVENTOS PROMOVIDOS PELO SENAR-AR/MS 2004 - 2014	28
GRÁFICO 6 – QUANTIDADE MÉDIA DE PARTICIPANTES POR LINHA DE AÇÃO EM 2014.	28
GRÁFICO 7 – DESEMPENHO (%) DOS PARTICIPANTES NOS EVENTOS DE QUALIFICAÇÃO PROMOVIDOS PELO SENAR-AR/MS DE 2004 A 2014.	29
GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DE 2004 A 2014.	29
GRÁFICO 9 – CARGA HORÁRIA POR LINHA DE AÇÃO EM 2014	30
GRÁFICO 10 – QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS EM 2014	30
GRÁFICO 11 – QUANTIDADE DE CERTIFICADOS EMITIDOS EM 2014	31
GRÁFICO 12 – CUSTOS MÉDIOS PREVISTOS E REALIZADOS POR EVENTOS EM 2014	31
GRÁFICO 13 – CUSTOS MÉDIOS PREVISTOS E REALIZADOS POR PARTICIPANTE EM 2014	33
GRÁFICO 14 – CUSTOS MÉDIOS PREVISTOS E REALIZADOS POR HORA DE CAPACITAÇÃO EM 2014	34

## **LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS**

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
CGU – Controladoria Geral da União  
DN – Decisão Normativa  
DOU – Diário Oficial da União  
FAMASUL – Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul  
FPR – Formação Profissional Rural  
IN – Instrução Normativa  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
PAT – Planejamento Anual de Trabalho  
PE – Programas Especiais  
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PS – Promoção Social  
RFB – Receita Federal do Brasil  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UJ – Unidade Jurisdicionada

## **RESUMO**

O presente Relatório de Gestão tem como objetivo apresentar os elementos identificadores da unidade e análise do planejamento e da gestão orçamentária e financeira. Seu desenvolvimento contempla documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, operacional e patrimonial. Organizado para permitir à visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão, contemplando somente a parte C do anexo II da Decisão Normativa nº 134, vez que o SENAR consta na lista das unidades jurisdicionadas que devem apresentar relatórios customizados. Os resultados demonstrados refletem a realidade da Gestão do SENAR Administração Regional do Estado Mato Grosso do Sul no exercício de 2014.

## SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE.....	10
1.1. Identificação da Unidade – Relatório de Gestão Individual .....	10
1.2. Normas relacionadas à unidade.....	10
1.3. Finalidade e competências institucionais da unidade.....	10
1.4. Setores da economia abrangidos pela atuação da entidade .....	11
1.5. Organograma, Competências das Áreas Estratégicas .....	12
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	14
2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada .....	14
2.2. Informações sobre as estratégias adotadas para atingir os objetivos estratégicos.....	17
2.3. Demonstração da execução física e financeira dos objetivos estratégicos.....	22
2.4. Demonstração da execução física e financeira das ações do exercício de referência .....	26
2.5. Indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão. ....	27
2.5.1. Indicadores Institucionais – atividade fim .....	27
2.5.1.1. Indicadores de eficácia .....	27
2.5.1.1.1. Número de eventos por ano.....	27
2.5.1.1.2. Número de participantes por ano .....	28
2.5.1.2. Indicadores de eficiência .....	29
2.5.1.2.1. Participantes/eventos/ano .....	29
2.5.1.2.2. Índice de aprovação.....	30
2.5.1.2.3. Carga horária dos eventos por ano. ....	31
2.5.1.2.4. Número de municípios atendidos. ....	32
2.5.1.2.5. Número de certificados emitidos.....	32
2.5.1.3. Indicadores de Economicidade.....	32
2.5.1.3.1. Recursos x Eventos .....	33
2.5.1.3.2. Recursos x Participantes.....	34
2.5.1.3.3. Recursos x Carga horária .....	36
2.5.2. Indicadores Institucionais – atividade meio .....	37
2.5.2.1. Índice de <i>turn-over</i> ; .....	37
2.5.2.2. Índice de capacitação; .....	38
2.5.2.3. Arrecadação e potencial de arrecadação: .....	38
2.5.2.4. Relação captação arrecadação; .....	40
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....	42
3.1. Informações sobre a estrutura de governança da entidade.....	42
3.2. Demonstração da atuação da unidade de auditoria interna, incluindo informações sobre a qualidade e suficiência dos controles internos da entidade.....	43
3.3. Demonstração da execução das atividades de correição no âmbito da unidade jurisdicionada. ....	44
3.4. Avaliação, pelos próprios dirigentes da unidade jurisdicionada, da qualidade e suficiência dos controles internos administrativos.....	44
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	49
4.1 Demonstração da Receita, discriminando por natureza, previsão e arrecadação efetiva. ....	49
4.2 Demonstração e análise na execução orçamentária e financeira.....	49
4.3 Informações sobre os dez maiores contratos firmados e os dez maiores favorecidos com despesas liquidadas no exercício, detalhados por modalidade de licitação, por natureza e por elementos de despesa, abrangendo o nome/razão social, CPF/CNPJ e valor total. ....	51
4.4 Relação das 10 (dez) empresas com maiores valores contratados pela entidade para execução de obras de engenharia, bem como os critérios para a escolha desses favorecidos. ....	52
4.5 Informações sobre as transferências concedidas na modalidade de termo de cooperação e/ou outro instrumento de repasse.....	52



5. GESTÃO DE PESSOAS. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	53
5.1 Estrutura de pessoal da entidade, contemplando as seguintes perspectivas:.....	53
5.2 Informações sobre a terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários. ....	55
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO. ....	56
6.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros .....	56
6.2 Gestão do patrimônio imobiliário próprio e dos imóveis locados de terceiros.....	56
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	57
7.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ. ....	57
8. GESTÃO RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	59
8.1 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental.....	59
Fonte: Unidade Administrativo-financeira.....	59
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	60
9.1 Tratamento das deliberações exaradas em acórdãos do TCU, com as justificativas no caso de não cumprimento. ....	60
9.2 Tratamento das recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a entidade se vincula, com as justificativas no caso de não cumprimento. ....	60
9.3 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, especificando os esforços da unidade jurisdicionada para sanar o débito no âmbito interno, e também:.....	60
10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	61
10.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10.....	61
10.2 Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, ou ainda prevista na Lei nº 6.404/76.....	61
10.3 Relatório da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis.....	61

## **1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE.**

### **1.1. Identificação da Unidade – Relatório de Gestão Individual**

**Nome:** Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do MS

**CNPJ:** 04.253.881/0001-03

**Natureza Jurídica:** Serviço Social Autônomo

**Órgão de Vinculação:** Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

**Endereço Postal:** Rua Marcino dos Santos, 401 - Bairro Cachoeira II CEP 79040-902, Campo Grande, MS

**Telefone /Fax Contato:** (67) 3320-6999 / (67) 3320-6998

**Página na Internet:** <http://www.senarms.org.br>

### **1.2. Normas relacionadas à unidade**

Norma de Criação:

- Lei nº 8.315/91, publicada no DOU no dia 24/12/1991.

- Decreto nº 566/92, publicado no DOU no dia 11/06/1992.

Demais normas relacionadas à gestão e a estrutura da unidade:

- As competências do SENAR estão definidas no seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Deliberativo, em 23 de março de 1994, com a última alteração em 05 de março de 2013, registrada sob o Nº 113588 – Cartório de 1º Ofício – Brasília – Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

### **1.3. Finalidade e competências institucionais da unidade**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Mato Grosso do Sul (SENAR-AR/MS) é uma entidade de direito privado, paraestatal, sem fins lucrativos, vinculada à Federação de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (FAMASUL) e dirigida por um Conselho Administrativo<sup>1</sup>. Foi criada com o objetivo de:

a) organizar, executar e administrar o ensino da Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS) para profissionais e trabalhadores da atividade rural, no âmbito do Estado;

b) assistir às entidades empregadoras na elaboração e execução de programas de treinamento e na realização da aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;

c) estabelecer e difundir metodologias adequadas à Formação Profissional Rural e Promoção Social do profissional da atividade rural, com base no princípio da livre iniciativa e da economia de mercado;

d) exercer, em conjunto com o SENAR-Administração Central (SENAR-AC), a coordenação, supervisão e fiscalização da execução dos programas e projetos de Formação Profissional Rural e Promoção Social, no Estado de Mato Grosso do Sul;

---

<sup>1</sup> Em nível nacional, o SENAR é dirigido por um Conselho Deliberativo, liderado pelo(a) Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária-CNA e formado por representantes do governo (Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Agricultura), da Organização das Cooperativas Brasileiras-OCB, das Agroindústrias, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura-CONTAG e da própria CNA. Embora descentralizadas, as administrações regionais seguem diretrizes gerais e políticas de atuação fixadas pelo Conselho Deliberativo nacional.

e) prestar assessoria às entidades governamentais e privadas relacionadas com a formação de profissionais de atividades rurais e assemelhadas.

As competências institucionais do SENAR-AR/MS estão previstas no artigo 2º do seu Regimento Interno, sendo elas:

a) coordenar e fiscalizar, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o cumprimento das normas previstas no Regimento Interno do SENAR - Administração Central, tanto em relação às entidades colaboradoras quanto à sistemática de atuação;

b) promover a implementação operativa dos seus objetivos diretamente ou mediante delegação de atribuições aos colaboradores;

c) conceder apoio em qualquer das áreas (financeira, técnica e administrativa) para as atividades de Formação Profissional Rural e Promoção Social executadas pelos colaboradores;

d) promover a harmonização dos programas de aprendizagem rural entre os colaboradores;

e) articular-se com entidades do setor rural e agroindustrial para execução dos trabalhos de Formação Profissional Rural e Promoção Social;

f) disseminar informações sobre o mercado de trabalho da região e orientar a escolha de ocupações pelo trabalhador rural;

g) promover a sistemática mobilização da capacidade instalada em outras áreas, especialmente nos estabelecimentos de ensino e associações de classe e de caráter cultural, e desportivo, para evitar a duplicação de investimento na execução de atividades de Formação Profissional Rural e Promoção Social;

h) promover e apoiar a formação e o aperfeiçoamento de pessoal especializado nas atividades integrantes do seu objetivo, bem como realizar o treinamento sistemático de seu pessoal técnico, administrativo e de apoio;

i) formular planos e programas anuais de trabalho (PAT).

Acrescenta-se, ainda, as ações de assistência técnica e extensão nas áreas de agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, extrativismo, agroindústria, atividades de apoio agrosilvopastoril, atividades relativas à prestação de serviços, as quais passara a integral o rol de competências da instituição conforme previsão do artigo 3º do Regimento Interno do SENAR-Administração Central.

#### **1.4. Setores da economia abrangidos pela atuação da entidade**

As atividades do SENAR estão voltadas diretamente ao setor primário da economia, ainda que produza efeitos ao longo da cadeia aos demais setores (secundário e terciário). Sua atuação atinge ao seguinte grupo:

I. Produtores agropecuários: compreende todo o universo dos produtores rurais em âmbito nacional, incluindo a agropecuária comercial e a familiar. É a principal clientela da entidade, junto com os trabalhadores rurais a eles vinculados;

II. Trabalhadores rurais: engloba toda a força de trabalho diretamente ligada à produção agropecuária brasileira e são o objeto de todas as ações executada pela instituição, juntamente com os produtores rurais;

III. Agroindustriais;

IV. Extrativistas vegetais e animais;

- V. Cooperativistas rurais;
- VI. Sindicatos patronais rurais.

### 1.5. Organograma, Competências das Áreas Estratégicas

O diagrama abaixo reflete o organograma funcional da entidade, representado pelos seus Conselhos (administrativo e fiscal), Superintendência e órgãos de gestão.



QUADRO 1.5.1 – COMPETÊNCIAS DAS ÁREAS ESTRATÉGICAS.

ÓRGÃO/ÁREA	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO/FUNÇÃO	DATA DA NOMEAÇÃO / EXONERAÇÃO
Conselho Administrativo	Ao Conselho Administrativo compete, dentre outros, cumprir e fazer cumprir as diretrizes emanadas do Conselho Deliberativo, que se referem ao planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação das atividades.	Eduardo Correa Riedel	Presidente do Conselho Administrativo	12/08/2012 (Ata de Reunião Extraordinária nº 001/2012)
Conselho Fiscal	Ao Conselho Fiscal compete, basicamente, acompanhar, fiscalizar e auxiliar os assuntos afetos à execução financeira e orçamentária.	Alaíde Ferreira Teles	Presidente do Conselho Fiscal no exercício de 2014	28/01/2014 (Ata de Reunião nº 001/2014)
Superintendência	À Superintendência compete, dentre outros, organizar, administrar e executar no âmbito do Estado a missão institucional, praticando todos os atos formais de gestão, coordenação e controle administrativo.	Rogério Thomitão Beretta	Superintendente	04/09/2013 (Portaria nº 04/2013/PRES.CA)
Assessorias	Às assessorias compete assessorar ao Superintendente nas suas áreas de formação, conhecimento e domínio técnico.	-	Assessor(a)	-

<b>ÓRGÃO/ÁREA</b>	<b>COMPETÊNCIAS</b>	<b>TITULAR</b>	<b>CARGO/FUNÇÃO</b>	<b>DATA DA NOMEAÇÃO / EXONERAÇÃO</b>
Unidade de Educação Profissional	À Unidade de Educação Profissional compete, dentre outras, coordenar a elaboração, a execução e a avaliação dos projetos e atividades de Formação Profissional Rural e de Promoção Social, executados diretamente pela regional ou pelos seus parceiros.	Maria do Rosário Ramos de Almeida	Coordenadora da Unidade Educacional	01/01/2008 (Instrução de Serviço nº 0016/07/Sup)
Unidade Técnica	À Unidade Técnica compete desenvolver e gerir projetos e programas, assessorar a Superintendência, conceber as diretrizes para elaboração do Plano Atual de Trabalho-PAT e elaborar relatórios gerenciais.	-	Coordenador(a) Técnico(a)	-
Unidade Administrativo-financeira	À Unidade Administrativa compete, dentre outras, coordenar e executar as atividades de administração de bens patrimoniais, compra de materiais e contratação de serviços; coordenar e executar as atividades de administração de pessoal; À unidade Financeira compete, dentre outros, coordenar e executar as atividades dos sistemas contábil e financeiro e acompanhar a execução orçamentária; processar pagamentos e recebimentos de acordo com as normas vigentes; elaborar balanços financeiros econômicos e patrimoniais.	Artur Mendes Quintella	Diretor Administrativo-financeiro	12/05/2014 (Portaria nº 009/14/PRES.CA)

Fonte: SENAR-AR/MS

## 2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Por competência institucional, o SENAR-AR/MS é responsável pela Formação Profissional Rural e a Promoção Social do trabalhador rural. Para isso, as estratégias e metas criadas são alinhadas com a missão e visão da organização. Nessa perspectiva, os norteadores das ações que permitem a efetiva concretização do objetivo institucional do SENAR-AR/MS estão expostos no quadro seguinte.

QUADRO 2.1.1 - NEGÓCIO, MISSÃO, VISÃO E VALORES DO SENAR-AR/MS

<b>Negócio</b>
Educação, informação e conhecimento em agronegócio.
<b>Missão</b>
Promover a educação, a informação e o conhecimento em agronegócio à comunidade rural de Mato Grosso do Sul, com inovação, competência, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.
<b>Visão</b>
Ser uma instituição de referência em educação profissional que promova o empreendedorismo por meio da inovação, do conhecimento e tecnologia, atendendo às necessidades dos diversos setores do agronegócio de Mato Grosso do Sul.
<b>Princípios e Valores</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Tradição: preservar valores para sustentar o futuro;</li><li>✓ Liderança: conduzir o setor aos resultados positivos com conhecimento, competência e consistência;</li><li>✓ Ética: trabalhar com transparência, respeito e lealdade;</li><li>✓ Comprometimento: acreditar no agronegócio com profissionalismo e parceria;</li><li>✓ Valorização dos recursos humanos: desenvolver colaboradores para prestar serviços com profissionalismo, eficiência e cortesia;</li><li>✓ Conhecimento, inovação e tecnologia: buscar conhecimento e inovação tecnológica para ser competitivo no mercado global;</li><li>✓ Responsabilidade social e ambiental: atingir o equilíbrio socioambiental para a preservação da vida;</li><li>✓ Lucro e resultado para o produtor rural: buscar o lucro como ferramenta para o desenvolvimento sustentável.</li></ul>

Fonte: Planejamento Estratégico SENAR-AR/MS 2010/2015

As estratégias organizacionais do SENAR-AR/MS são definidas por ocasião no Plano Anual de Trabalho-PAT, principal ferramenta de gestão da instituição e que está diretamente associado com as ações finalísticas de Formação Profissional Rural - FPR e atividades de Promoção Social - PS. O PAT, como é tratado na entidade, é elaborado anualmente com o objetivo de alinhar as ações do SENAR-AR/MS e deixá-las em sintonia com as necessidades e expectativas dos clientes, parceiros, colaboradores e sociedade. Para tanto, leva-se em conta um estudo metódico do mercado para identificar as necessidades e especificidades de cada região do Estado. Esse processo conta com a participação dos seguintes aliados estratégicos: Sindicatos Rurais, Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Mato Grosso do Sul - FETAGRI, Comando Militar do Oeste - CMO e União dos Pantaneiros da Nhecolândia - UNIPAN no encaminhamento de suas respectivas demandas. As informações levantadas servem de base para formulação das ações a serem desenvolvidas (cursos, programas e projetos especiais) e metas a serem atingidas, quantitativamente e qualitativamente; servem também para auxiliar os gestores nas tomadas de decisões, sempre observando o orçamento disponível para o respectivo exercício. Todos os setores são envolvidos na elaboração do plano de trabalho, que passa ainda pela apreciação e aprovação do conselho administrativo.

A metodologia utilizada para elaboração do PAT utiliza como referencial os documentos do SENAR Central, referentes a: (i) Mercado de Trabalho – Documento Norteador: que orienta sobre os indicadores a serem coletados, com vista à elaboração do planejamento das ações de FPR e PS e a metodologia para coleta de dados primários e secundários e as fontes a serem utilizadas nessa coleta e, (ii) Série Metodológica nº 2 e 4 – Processo da Formação Profissional Rural e da Promoção Social: que contém informações sobre os processos da FPR e PS e aborda a sequência lógica em que se desenvolvem as etapas de planejamento, operacionalização e avaliação.

Anualmente, no mês de julho, recebem-se as demandas por capacitação suscitadas pelos aliados estratégicos, onde estes identificam junto às suas respectivas comunidades rurais as necessidades de capacitação. Com base nestas demandas é edificado o PAT, que entrará em vigor no exercício seguinte. Nessa formalização, se define os segmentos a serem atendidos prioritariamente, número de turmas, tipos de cursos/programas, metas a serem alcançadas e o orçamento disponível, bem como evidência, analiticamente, a capacidade de atendimento da organização, sempre embasado teórico-metodologicamente nas premissas do planejamento estratégico. A Unidade Educacional é responsável por conduzir os trabalhos internos para execução das ações de FPR e PS. Também orienta os sindicatos rurais e demais parceiros quanto aos cronogramas das ações e subsidia o público interno em capacitações e suporte para o alcance dos objetivos.

Concomitantemente, a Unidade Técnica, que em 2014 foi responsável por executar as ações de Assistência Técnica e Gerencial<sup>2</sup>, identifica demandas para elaboração de novos programas e projetos, a partir de estudos dos planos estratégicos do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul para o setor rural, que por sua vez define os rumos do trabalho de outro aliado estratégico, qual seja, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR). A Unidade Técnica atenta aos rumos da produção de outros Estados da federação desenvolve constantemente estudos paralelos para viabilizar o desenvolvimento e a diversificação do agronegócio no Mato Grosso do Sul. Possui ainda, um relacionamento intenso com as cadeias produtivas através de câmaras setoriais, nas quais são discutidas as necessidades dos produtores e, em cima das conclusões, são elaborados projetos que são submetidos à Superintendência e ao Presidente do conselho, que por sua vez leva à plenária do Conselho Administrativo da organização para aprovação.

Ainda no mês de julho de cada ano, é realizada a reformulação do PAT do exercício em vigor, tendo por base o desempenho do primeiro semestre. Nessa reformulação, leva-se em conta, se os parceiros conseguiram confirmar as demandas de qualificação ou se houve demandas além das previstas, ocasião em que também é realizada uma revisão nas metas e realizado ajustes, os quais se adequam ao exercício em vigor.

Vale salientar que, apenas por definição, alguns Programas e Projetos da entidade recebem a classificação de Programas Especiais – PE, embora estejam enquadrados como Formação Profissional Rural - FPR ou de Promoção Social - PS, dado as suas próprias características e natureza. Os PEs diferem dos demais apenas quanto ao formato, pois não são realizados como um “curso tradicional”, eis que ocorrem em forma de palestras, seminários e até mesmo por meio de atendimentos individualizados, como no programa Pingo D’água, que oferece atendimento odontológico para as comunidades rurais.

Entende-se, por Formação Profissional Rural - FPR um processo educativo, sistematizado, que se integra aos diferentes níveis e modalidades da educação e às dimensões do trabalho, da ciência e tecnologia, objetivando o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes para a vida produtiva e social, atendendo às necessidades de efetiva qualificação para o trabalho com perspectiva de elevação da condição sócio profissional do indivíduo. Portanto, trata-se de um processo democrático e educativo, que considera o mundo em permanente processo de mudança.

O SENAR conceitua a Promoção Social – PS como um conjunto de atividades com enfoque educativo, que possibilita ao trabalhador, produtor rural e às suas famílias a aquisição de

---

<sup>2</sup> Foi instituída para 2014 uma nova linha de atuação do SENAR Central, de acordo com Resolução nº 031/13 - Conselho Deliberativo do SENAR, de 21/03/2013, as ações de Assistência Técnica e Gerencial – ATG, também chamada de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER, passam a ser uma nova vertente da instituição. Diante disso, o SENAR-AR/MS, seguindo a diretriz, lançou uma série de programas de ATG, com o foco em contemplar todas as dimensões da propriedade rural: propriedade, produtor, trabalhador, produção e as famílias, desenvolvendo ações integradas e de forma continuada.

conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais, bem como mudanças de atitudes, favorecendo assim, uma melhor qualidade de vida e participação da comunidade rural.

A Assistência Técnica e Gerencial – ATG oferece, por meio dos técnicos de campo, consultoria gerencial e tecnológica preparada a diagnosticar e solucionar problemas relacionados à produção e gestão da atividade desenvolvida. Deste modo, através dessa metodologia, o produtor rural será capaz de entender, adaptar-se e adequar-se ao contexto no qual está atuando. E o técnico de campo não será apenas um transmissor de conhecimento, mas um sujeito transformador e educador do campo.

O Quadro 2.1.2 evidencia um resumo das metas iniciais e reformuladas do PAT, acerca de FPR, PS e ATG para o exercício de 2014. O termo “Turma” é sinônimo de “evento” neste relatório, de forma que ambos são usados para designar cada uma das ações desenvolvidas pela instituição.

QUADRO 2.1.2 - DEMONSTRATIVO DAS METAS INICIAIS E REFORMULADAS DE FPR, PS E ATG EM 2014

ESPECIFICAÇÃO		METAS 2014 (Nº)	
		PAT INICIAL	PAT REFORMULADO
FPR	Turmas	1.776	2.167
	Participantes	23.729	27.986
	Carga Horária	88.968	89.410
PS	Turmas	649	1.600
	Participantes	15.528	44.568
	Carga Horária	15.476	49.674
ATG	Turmas	----	89
	Participantes	----	966
	Carga Horária	----	31.089

Fonte: Plano Anual de Trabalho 2014

A previsão inicial de turmas de FPR para 2014 foi de 1.776, sendo que, na reformulação esta meta foi revista para 2.167 turmas. Quanto ao número de participantes, a meta inicial de 23.729 foi reformulada para 27.986. E a carga horária foi de 88.968, para 89.410 horas na reformulação.

Para as turmas de Promoção Social, verificou-se uma demanda inicial de 649 turmas, com 15.528 participantes e 15.476 horas de capacitação. Na reformulação, estabeleceu-se 1.600 turmas, 44.568 participantes e 49.674 horas.

Já as ações de Assistência Técnica e Gerencial - ATG não tiveram demandas previstas inicialmente. Mas, na reformulação foram estabelecidas metas para essas ações, ficando: 89 turmas, 966 participantes e 31.089 horas.

Além disso, outros objetivos pautados no Planejamento Estratégico 2010/2015 da instituição foram traçados para o exercício de 2014, com intuito de adaptar o ambiente interno da organização às mudanças dos ambientes econômico, social, tecnológico e político. Desta forma, desenvolveram-se ações para alavancar os pontos fracos evidenciados na Unidade Jurisdicionada, tais como: problemas de mobilização de turmas, locais inadequados e insuficientes nos sindicatos rurais para a realização das atividades fins, faltas de instrutores qualificados em determinadas áreas do conhecimento e a necessidade de uma reengenharia dos processos da UJ.

No Quadro 2.1.3 estão elencados outros objetivos estratégicos para a UJ em 2014.

QUADRO 2.1.3 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA INSTITUIÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2014

ATUAÇÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Financeira e Sustentabilidade	✓ Ampliar e diversificar as fontes de captação de recursos financeiros.
Clientes e Mercado	✓ Ampliar as redes de contato e as relações com aliados estratégicos;
	✓ Aprimorar os processos de comunicação e relacionamento com os clientes.



ATUAÇÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Processos Internos	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Desenvolver programas e projetos especiais para melhoria da qualidade, competitividade e inovação da produção no MS;</li> <li>✓ Desenvolver e aprimorar programas e projetos para os diversos setores do agronegócio do MS;</li> <li>✓ Capacitar e desenvolver a gestão nos Sindicatos Rurais;</li> <li>✓ Desenvolver e implementar os programas e projetos especiais para o meio ambiente;</li> <li>✓ Aprimorar e incrementar os programas e projetos especiais de Promoção Social;</li> <li>✓ Ampliar a estrutura física para realização de cursos e eventos no SENAR AR/MS;</li> <li>✓ Aprimorar os processos internos.</li> </ul>
Aprendizado e Crescimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Aprimorar o sistema de gestão e o desenvolvimento de competências dos colaboradores do SENAR-AR/MS;</li> <li>✓ Identificar e capacitar instrutores para o atendimento das demandas do agronegócio;</li> <li>✓ Aprimorar a estrutura e a base tecnológica do SENAR-AR/MS.</li> </ul>

Fonte: Plano Anual de Trabalho 2014 e Planejamento Estratégico 2010/2015 do SENAR-AR/MS

## 2.2. Informações sobre as estratégias adotadas para atingir os objetivos estratégicos

No que diz respeito às suas estratégias e planos, o SENAR-AR/MS procura alinhar todos os processos internos da organização às demandas do mercado onde atua. O tópico 2.1 mostrou os objetivos da instituição, que para serem alcançados deve se levar em conta tanto o ambiente externo (ameaças e oportunidades), quanto o interno (pontos fortes e fracos). E a análise de cenários surge como uma ferramenta que visa minimizar os riscos dessas mudanças e também abstrair delas muitas oportunidades. Com base nisso, que foram gerados os pressupostos que serviram de embasamento para os planos estratégicos da instituição. Logo, possibilitaram à organização se planejar e preparar para as eventuais mudanças. Cada um dos objetivos estratégicos descritos no tópico 2.1, se consolidaram em metas e estratégias a serem perseguidas e desenvolvidas durante o ano, as quais foram controladas mensalmente por meio de indicadores.

### 2.2.1 Formação Profissional Rural (FPR) e Promoção Social (P.S)

No ambiente atual, no qual a excelência organizacional é exigida continuamente, o grande desafio dos gestores da UJ é desenvolver um sistema de informação gerencial que forneça informações corretas e oportunas para tomar decisões acertadas. Neste contexto, uma estratégia para gerenciar e monitorar com eficiência as ações de FPR e PS, é desenvolver um software de gerenciamento integrado. Essa ferramenta permite controlar os processos, as metas individuais e de equipe, avaliar o desempenho e alocar os recursos eficientemente. Diante disso, o SENAR-AR/MS vem investindo no desenvolvimento de um software de gestão, equivalente a um sistema *Enterprise Resource Planning* (ERP). Este software tem a previsão de ser concluído em 2015, e virá ao encontro das necessidades da instituição, bem como facilitará o monitoramento das ações e as tomadas de decisões.

As estratégias adotadas para atingir a execução das ações de FPR e PS, como já mencionado, são por meio de parcerias com aliados estratégicos. Nesse processo os parceiros contribuem organizando turmas, disponibilizando os recursos físicos necessários para que os mesmos possam ser ministrados. Já as ações do SENAR-AR/MS, são no sentido de orientá-los sobre as normas e procedimentos adequados para o bom desenvolvimento dos eventos, aprovar e disponibilizar a programação de eventos através do Sistema do SENAR, disponibilizar instrutores qualificados para ministrar os cursos, bem como supervisionar “in loco” os eventos educacionais, de acordo com sua capacidade operacional. A UJ também adota os critérios de regionalização para

execução das ações, atualmente são 09 (nove) microrregiões, que congregam municípios com características demográficas, econômicas e sociais peculiares.

Um dos principais empecilhos enfrentados na execução das ações de FPR e PS é a questão da mobilização de turmas, aonde vai desde a dificuldade em atingir a quantidade de participantes necessários, até a efetiva participação destes nos eventos. Outro ponto é a falta de espaço físico em muitos sindicatos para realizar os eventos. Acerca das variáveis do ambiente de negócios, em 2014, destaca-se a Copa do Mundo de Futebol; o que exigiu da UJ readequações na operacionalização de alguns cursos, devido aos jogos do Brasil, porém, não houve impacto significativo para execução das ações.

Em 2014, se consolidou a figura dos supervisores regionais, institucionalizada em 2013, que passaram a atuar dando suporte aos sindicatos, aos mobilizadores e instrutores na execução de suas atividades, bem como propondo a UJ um aperfeiçoamento nos processos de capacitações. Outra estratégia desta regional em 2014, foi promover a terceira etapa do programa Sindicato Forte, com intuito de conscientizar e fortalecer o desenvolvimento sindical e o estreitamento das relações institucionais (CNA/Senar/Federações/Sindicatos Rurais), o foco nesta fase foi elevar os níveis da representação sindical para gerar desenvolvimento regional, bem como conscientizar sobre o papel dos sindicatos em disseminar conhecimento e a importância do bom atendimento ao cliente/produtor rural.

Quanto ao monitoramento das atividades é realizado mensalmente e a cada quadrimestre pelas Gestões Administrativa e Financeira, Técnica e de Educação Profissional, bem como pelo Superintendente, sendo que os resultados são submetidos à apreciação dos Conselhos Administrativo e Fiscal. Essa sistemática é adotada desde a criação da UJ.

Em relação ao cumprimento das metas do PAT, a UJ realiza o acompanhamento mensal, através da Gestão de Educação Profissional, e acerca do desempenho de cada parceiro, por meio do Sistema de Informação SENAR (SIS). Procura-se, identificar nesse monitoramento as dificuldades do parceiro para mobilizar os interessados no curso, sendo que, sempre que necessário, são realizadas visitas técnicas de apoio e orientação para ajudá-los na recondução dos trabalhos.

A Gestão Administrativo-financeira controla a execução orçamentária e financeira utilizando como suporte a ferramenta Sistema de Gestão Orçamentária, de modo a evitar extrapolar os recursos orçamentários definidos na Proposta Orçamentária, aprovada pelos Conselhos Administrativo e Fiscal da regional e o Conselho Deliberativo do SENAR-AC. O controle da execução financeira é feito mediante o acompanhamento por centro de custo, onde cada setor da empresa representa uma unidade de custeio distinta, de forma a possibilitar a mensuração dos gastos de cada setor para cumprimento do orçamento estipulado. Este mecanismo se mostra muito eficiente no controle financeiro da instituição, o que facilita obter dados mais apurados sobre a despesa realizada, e com isso reconduzir possíveis distorções e uso inadequado dos recursos.

### 2.2.2 Programas Especiais (PE)

As estratégias adotadas para as ações de PE seguem o mesmo processo descrito para as ações de FPR e PS. Diante da demanda identificada para 2014, a UJ procurou criar condições para atendê-las, diversificando as fontes de captação de recursos financeiros, por ações próprias e através de estreitamento das relações com aliados estratégicos, por exemplo: o SEBRAE/MS. Também houve um aprimoramento na comunicação com os clientes e uma elevação nas capacitações dos instrutores do SENAR-AR/MS. Devido a essa amplitude das ações em PE, ressaltaremos apenas alguns programas e projetos, demonstrando as estratégias adotadas e seus resultados.

Dentre a busca de parcerias estratégicas para o exercício de 2014, destaca-se o Programa *Negócio Certo Rural*, na área de empreendedorismo. Desenvolvido pelo SENAR-AR/MS em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), o programa

tem como meta melhorar a gestão da propriedade rural por meio de plano de negócio e ideias de relacionamento com o mercado. Este programa realizou 51 turmas, com 959 participantes e mais de 2 mil horas de capacitação.

Outra parceria de notoriedade foi o Programa *Mais leite*, uma realização SENAR-AR/MS e Governo do Estado. O programa é uma Assistência Técnica e Gerencial - ATG baseado na meritocracia, onde o produtor participa de capacitações periodicamente e recebe visitas técnicas mensais, possibilitando a realização de ações efetivas, nas áreas econômica, social e ambiental, bem como uma melhoria nos processos de gestão do negócio, visando proporcionar evolução socioeconômica da família e da comunidade. Em Mato Grosso do Sul, o programa foi realizado nos municípios de Paraíso das Águas, Terenos, Ponta Porã, Maracaju, Glória de Dourados, Laguna Carapã e Anaurilândia, com 516 produtores rurais atendidos e 15.360 horas de capacitação.

A ampliação do programa *Mais Inovação*, criado em 2012, em parceria com o SEBRAE/MS; entre seus principais objetivos está a inserção de novas tecnologias na propriedade rural e a recuperação de pastagens degradadas. Em 2014, o programa capacitou 159 propriedades, nos municípios de Inocência, Anastácio, Bela Vista, Bataguassu, Camapuã, Caracol Corumbá, Coxim, Figueirão, Miranda, Paranaíba, Rio Verde de Mato Grosso, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas. Destaque para o reconhecimento recebido pelo programa, em junho do último ano, aonde um representante do programa foi convidado a participar da formulação do Plano ABC (Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) voltado para o cerrado, uma vez que as ações de recuperação de áreas degradadas realizadas pelo programa promovem a redução das emissões dos Gases do Efeito Estufa - GEE, além de ser um dos pilares para melhorar a eficiência no uso dos recursos naturais e a resiliência de sistemas produtivos, possibilitando a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas.

O programa *Com licença Vou à Luta*, destinado especialmente às mulheres inseridas no processo produtivo da agricultura familiar, desenvolvido pelo SENAR Central com apoio das unidades de cada Estado. O objetivo é capacitar as mulheres do campo para que se tornem empreendedoras. Este programa foi realizado pelo SENAR-AR/MS nos municípios de Terenos, Amambai, Coxim e Jardim, capacitando 102 mulheres.

O projeto *Pingo D'água* levou atendimento odontológico aos trabalhadores rurais e suas famílias por meio de um consultório montado em um ônibus adaptado. Em 2014, o projeto atendeu mais de 4.134 pessoas, totalizando 1.880 horas de atendimento. A relevância social do projeto está no fato de, às vezes, ser a única forma de acesso ao atendimento odontológico que estas pessoas teriam.

As novas tecnologias estão cada vez mais presentes e o conhecimento nessa área é imprescindível para o produtor rural. Diante dessa realidade, o SENAR-MS leva aos mais distantes locais do Estado o programa de *Inclusão Digital Rural*, que oferece inserção à tecnologia com aulas de informática, ministradas em salas de aulas montadas nos Sindicatos Rurais, em uma unidade móvel e por meio dos kits de informática composto por notebooks. O ônibus de Inclusão Digital viajou de Norte a Sul do Estado, oferecendo aulas de iniciação à informática, navegação na internet e os primeiros passos para o acesso a esta importante ferramenta de trabalho e estudo. Em 2014, o programa atendeu a 1.396 pessoas, divididas em 159 turmas, com 2.544 horas/aulas.

### 2.2.3 Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH)

Outro ponto a ser observado e, de fundamental importância para se atingir os objetivos definidos, é o processo de recrutamento e seleção, que na UJ é composto de quatro etapas (análise curricular, prova de conhecimento, testes psicológico e entrevista) e permite à organização atrair candidatos de acordo com o perfil requerido, potencialmente qualificados, dentre os quais serão selecionados os futuros colaboradores, com base na descrição e análise de cargo. Para tanto, não

basta somente atrair candidatos qualificados, é necessário investir em capacitação de colaboradores, pois isso desenvolve habilidades, capacidade intelectual e técnica, que enriquece e inova a organização. Por meio do treinamento profissional o colaborador adquire características de produtividade, conhecimento sobre as necessidades específicas da UJ, do setor e, até mesmo, se gabarita para capacitar outras pessoas. No mesmo norte, não é possível atingir os objetivos institucionais sem promover o aperfeiçoamento técnico dos instrutores em assuntos relacionados às questões técnicas dos cursos, como aprofundamento sobre metodologias de ensino e didática.

O SENAR-AR/MS, como uma instituição que promove educação profissional, não poderia relegar essa prática. No exercício de 2014 foram desenvolvidas ações nesse sentido, as quais se alinham com os objetivos do Planejamento Estratégico 2010/2015. Dentro das estratégias de capacitação dos instrutores foram capacitadas 445 pessoas, em 24 eventos de treinamento profissional, com carga horária total de mais de 780 horas, dividido em diversas linhas de ação como: didática, metodologia de ensino e capacitação técnica, que direcionaram os profissionais da instituição para um processo de educação, reciclagem e alteração de comportamento profissional. Isso proporciona benefícios como: redução de custos, aumento da satisfação, elevação da produtividade e uma equipe de instrutores altamente qualificada.

No exercício de 2014 foi realizado um processo de recrutamento e seleção, para atrair à instituição candidatos de acordo com os perfis requeridos e potencialmente qualificados, com experiência para exercer suas funções, em um panorama competitivo e que se transforma constantemente. Foram contratados 32 colaboradores em diversas áreas do conhecimento.

O Quadro 2.2.3 mostra a evolução do percentual de colaboradores internos com nível superior, entre 2010 e 2014.

QUADRO 2.2.3 – EVOLUÇÃO DO % DE COLABORADORES COM NÍVEL SUPERIOR ENTRE 2010 E 2014

% DE COLABORADORES COM ESCOLARIDADE DE NÍVEL SUPERIOR				
2010	2011	2012	2013	2014
72%	78%	77%	90%	87%

Fonte: SENAR-AR/MS (Departamento de Pessoal)

#### 2.2.4 Outras Atividades (OA)

As estratégias de comunicação é um fator preponderante para a obtenção de sucesso de qualquer projeto ou organização e, para isso, ela precisa ser assertiva. Na UJ a comunicação aos colaboradores das estratégias, metas e planos são feitas através de reuniões periódicas entre Presidente, Superintendente e gestores, e destes para com as equipes. Vale observar, que os próprios colaboradores também participam desse processo, opinando sobre os respectivos objetivos, estratégias e planos, seja na edificação do PAT, ou por meio do Planejamento Estratégico da instituição. No Quadro 2.2.4.1 encontram-se detalhadas as formas de comunicação adotadas.

QUADRO 2.2.4.1 FORMAS DE COMUNICAÇÃO DO SENAR-AR/MS

Parte Interessada	Forma de Comunicação
Força de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <i>Extranet</i> para as demandas destinadas aos colaboradores e instrutores;</li> <li>✓ Boletim interno “Casa Hoje”, por meio de correio eletrônico que divulga as atividades diárias da organização;</li> <li>✓ “Departamento Online” que divulga as ações do cotidiano dos técnicos de campo da Assistência Técnica e Gerencial;</li> <li>✓ Reuniões mensais dos gestores para avaliação das ações;</li> <li>✓ Reuniões quadrimestrais para apresentação dos resultados previstos no PAT ao Conselho Administrativo;</li> <li>✓ Reunião com o Conselho Administrativo para aprovação das metas do exercício seguinte;</li> <li>✓ Manual Sistema de Gestão de Pessoas e regulamentos internos estão disponível na rede interna para os colaboradores.</li> </ul>

Parte Interessada	Forma de Comunicação
Clientes/ Aliados Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Site da organização com a divulgação da atuação institucional e dos cursos de Formação Profissional Rural, Promoção Social e Programas e Projetos Especiais;</li> <li>✓ Extranet para receber as demandas dos clientes e parceiros.</li> </ul>
Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Site da organização (www.senarms.org.br) que disponibiliza o Relatório de Atividades, Regimento Interno, Lei de Criação do SENAR, Hot Sites dos Programas e Projetos Especiais, Catálogo e Calendário de Cursos;</li> <li>✓ Participação em feiras e exposições agropecuárias;</li> <li>✓ Divulgação na mídia escrita, falada e televisada.</li> </ul>

Fonte: Relatório MS competitivo SENAR-AR/MS 2012

O controle das informações do SENAR-AR/MS é outra atividade estratégica, e se inicia com o processo de análise dos dados, ao longo dos processos organizacionais, que se transformam em informações, que por sua vez geram novos conhecimentos e originam novas ações da UJ. É um processo dialético que enriquece a organização, pois no atual ambiente competitivo as informações são um recurso valioso e provocam repercussões em todos os níveis da estrutura organizacional: ao nível estratégico, quando uma ação é suscetível de aumentar a coerência entre a organização e o meio envolvente, aumentando a eficácia em termos de cumprimento da missão organizacional; aos níveis operacional e administrativo, quando existem efeitos endógenos, traduzidos em aumento da eficiência organizacional em termos de opções estratégicas.

Os fornecedores também são aliados imprescindíveis para o sucesso do SENAR-AR/MS, e são contratados por meio de licitações ou compra direta. Para isso, a organização dispõe de regulamento próprio, a saber: Resolução n. 001/CD – de 22/02/2006 do SENAR, não estando, portanto, adstrita às disposições da Lei n. 8.666 e suas alterações. Para aquisições que abrangem valores abaixo de R\$ 44 mil a licitação é dispensada, empregando-se processos mais simplificados, tais como: cotações de mercado, onde prevalece a contratação da empresa que ofertar o melhor preço. A contratação da empresa está condicionada à verificação de regularidade fiscal, bem como da qualidade do produto ou serviço a ser fornecido.

## 2.2.5 Educação Formal

### 2.2.5.1 Rede e-Tec SENAR

O SENAR, devido a sua capilaridade no meio rural e ampla experiência com formação profissional, resolveu expandir o alcance da rede de educação profissional por meio da EaD a fim de levar ensino de qualidade para as os municípios de base agropecuária e localidades rurais mais afastadas, utilizando-se dos benefícios e vantagens de alcances da educação a distância, além de disseminar esta modalidade na cultura educacional da população do meio rural. E é neste momento que o SENAR junta-se à Rede e-Tec Brasil e intensifica as ações que visam superar as dificuldades educacionais do campo e aumentar a oferta de oportunidades de estudos para os que nele residem.

O Curso Técnico em Agronegócio pretende atender a demanda de formação profissional para a provisão de recursos de mão-de-obra qualificada disponíveis ao agronegócio, o qual sofre sérios déficits de qualidade educacional. Dessa maneira, é possível ofertar ao meio rural um nível mais elevado de educação, abarcando uma parcela muito maior dessa população, através do uso da EaD como ferramenta de ensino.

A formação de técnicos em agronegócio impulsionará a qualificação e profissionalização da força de trabalho do campo, além de gerar no meio rural ganhos com inclusão produtiva e social, geração de renda, fixação da juventude e preservação da sucessão familiar. Juntos, esses fatores representam esforços que potencializam o desenvolvimento do produtor rural e consequentemente do agronegócio brasileiro.

Este é o primeiro curso técnico de nível médio, na modalidade a distância, a ser oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural através de polos de apoio presencial, espalhados por todo o Brasil, mediante parceria com suas Administrações Regionais.

No caso específico do SENAR/MS, optou-se por fazer as parcerias em busca de capilaridade, com os Sindicatos Rurais. Esta opção visa fortalecer os elos que ligam os Sindicatos ao Sistema Famasul. De forma geral o oferecimento da opção desta parceria aos Sindicatos Rurais, fortalece sua posição junto à comunidade Rural de sua zona de influência, dando visibilidade e um bom retorno institucional aos Sindicatos. Apesar desta iniciativa poder gerar alguma necessidade de investimento à estes parceiros, o retorno em visibilidade e atendimento aos produtores pelo Sindicato é considerável.

No Ano de 2014, o SENAR/MS começou a montar a sua estrutura para o funcionamento da Rede e-Tec em Mato Grosso do Sul. Suas ações foram a criação da Unidade de Inovação e Conhecimento no SENAR/MS, o estabelecimento de três polos da Rede eTec, sendo um em Maracaju, um em Dourados e o terceiro em Inocência, e realizou no mês de Dezembro o processo seletivo para as turmas que devem iniciar em fevereiro de 2015. Das 240 vagas previstas, 193 foram preenchidas devendo este ser o número de alunos que irá iniciar o curso em fevereiro de 2015.

#### 2.2.5.1 Centros de Excelência em Educação Profissional e Assistência Técnica Rural.

O Centro de Excelência irá oferecer cursos de Formação Inicial e Continuada, Técnico de nível médio, Tecnológico de Graduação e Pós Graduação, nas modalidades: presencial e a distância, bem como prestação de serviço para assistência técnica rural continuada.

A meta inicial é formar, por ano, 320 técnicos de nível médio na modalidade presencial; 512 técnicos de nível médio a distancia e formar 1872 profissionais em Formação Inicial e Continuada, em sua plena capacidade de atendimento, ou seja, nos três turnos. Estima-se um fluxo de 840 alunos por dia.

O partido arquitetônico adotou a implantação em blocos autônomos e componíveis, integráveis entre si e agrupados em 8 unidades operacionais padronizadas, porém com características próprias quanto à sua destinação e utilização:

- Bloco A – Direção e Gestão Administrativa;
- Bloco B – Gestão Técnica e Pedagógica;
- Bloco C – 6 Salas de aula com atividades didáticas e laborais;
- Bloco D - Área de conforto e Convivência
- Bloco E – Laboratórios Didáticos
- Bloco F – NIT – Núcleo de Informação Tecnológica
- Bloco G – Apoio Suporte e Serviços Gerias
- Bloco H – Pavilhão Multiuso - Área de Expansão.

Durante o ano de 2014, a recém criada Unidade de Inovação e Conhecimento agilizou a documentação dos terrenos onde serão construídos os dois Centros de Excelência, sendo dos outros estados participantes do projeto o primeiro a ter toda a documentação em dia. Além disso participa ativamente do processo de elaboração do Projeto Pedagógico dos Cursos.

### **2.3. Demonstração da execução física e financeira dos objetivos estratégicos**

Implementar uma estratégia previamente formulada é um grande desafio enfrentado por todas as organizações, principalmente diante do intenso dinamismo que caracteriza o atual cenário

mundial. Este desafio é ainda mais significativo para as dimensões nas quais atua o SENAR AR/MS, com uma extensão territorial equivalente a da Alemanha, e com 79 municípios, é preciso que a estratégia planejada não se disperse no processo de execução. Para isso, é necessário compartilhar uma visão de futuro, que abranja todos os envolvidos no processo, e que promova a integração e a agilidade na operacionalização das atividades.

Para chegar aos objetivos institucionais (tópico 2.1), foram estabelecidas estratégias elencadas no tópico 2.2. Nessa perspectiva, promover a educação, a informação e o conhecimento em agronegócio à comunidade rural de Mato Grosso do Sul, atendendo as necessidades dos diversos setores do agronegócio, só se concretiza através de parceiras, e com planejamento, organização, monitoramento e controle das ações.

As competências do SENAR-AR/MS são definidas no seu Regimento Interno, dentre as quais se destaca o objetivo de organizar, administrar e executar o ensino da Formação Profissional Rural e a Promoção Social do trabalhador rural no Mato Grosso do Sul. Portanto, a principal ação da entidade é a Formação Profissional Rural e a Promoção Social. Para 2014, as ações de Assistência Técnica e Extensão somaram-se a essas duas vertentes.

Para as ações de FPR (Cursos de FPR e PE – FPR) foram estabelecidas como metas iniciais 1.776 turmas, 23.729 participantes e uma carga horária de 88.968 horas, ao valor de R\$ 9.968.800,00. Para as ações de PS (Cursos de PS e PE – PS) as metas foram: 649 turmas, 15.528 participantes e uma carga horária de 15.476 horas, ao valor de R\$ 2.492.200, 00. Para as ações de ATG não foram definidas metas, uma vez que o PAT inicial, feito em julho de 2013, não abrangia esta linha de ação.

Em julho de 2014, foi feita a reformulação do PAT, objetivando avaliar o andamento e o desempenho das atividades realizadas no primeiro semestre. Nessa etapa, foi verificado também, se os parceiros conseguiram confirmar as demandas de qualificação ou se existiram demandas além das previstas. Diante disso, foi feita uma revisão das metas, ficando as ações de FPR da seguinte maneira: 2.167 turmas, 27.986 participantes e uma carga horária de 89.410 horas, ao valor de R\$ 11.061.255,00. As metas reformuladas de PS ficaram: 1.600 turmas, 44.568 participantes, e 49.674 horas, ao valor de R\$ 2.350.005,00. Na reformulação do PAT foram estabelecidas metas para as ações de ATG. Com isso, o número de turmas foi 89, o número de participantes 966 e a carga horária foi 31.089 horas, ao valor de R\$ 2.319.453,00.

Quanto à execução das ações, serão analisadas no tópico 2.4 (Indicadores), que demonstrará a eficácia, eficiência e economicidade no exercício em apreço. Mas cabe destacar, que em 2014, a atuação institucional realizou 3.940 eventos, que totalizaram mais de 73 mil pessoas atendidas, com 148.329 mil horas de atendimentos. Essas ações abrangeram as diversas demandas do meio rural sul-mato-grossense, contemplando desde os públicos que demandam capacitações em temas tecnicizados, como nas regiões agrícolas de Dourados, Maracaju, Chapadão do Sul e São Gabriel do Oeste; chegando até agricultores familiares, assentados e indígenas da região sul do Estado, que frequentemente demandam cursos básicos, objetivando melhorar sua produção, que muitas vezes está ligada à subsistência. Esta pluralidade de demandas é reflexo das dimensões territoriais significativas do Estado do Mato Grosso do Sul, que conta com uma infinidade de atividades produtivas e diversos perfis de produtores e trabalhadores rurais.

No tocante ao Plano anual de Trabalho – PAT, o Quadro 2.3.1 mostra as metas iniciais e reformuladas das modalidades de FPR, PS e ATG, bem como o quantitativo realizado em 2014, comprovando que o SENAR-AR/MS tem procurado ocupar seu espaço como instituição educacional atenta às conjunturas político-econômicas do Estado, sensível às necessidades de mudanças e consciente de seu papel transformador mediante a capacitação da comunidade rural.

QUADRO 2.3.1 - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS METAS DE FPR, PS E ATG - 2014

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		PROGRAMADO (Nº)		REALIZADO	ALCANCE**	
			PAT INICIAL	PAT REFORM.	(Nº)	(%)	
FPR	CURSOS DE FPR	Turmas	1.276	1.677	1.867	↑ 111,33	
		Participantes	15.312	20.700	22.112	↑ 106,82	
		Carga Horária	32.176	43.342	46.652	↑ 107,64	
		Valor (R\$) *	4.048.690,00	R\$ 5.520.354,00	R\$ 5.520.561,77	↓ 100	
	ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO (Nº)		REALIZADO*	ALCANCE**		
		PAT INICIAL	PAT REFORM.	(Nº)	(%)		
	PE - FPR	Turmas	500	490	339	↑ 69,18	
		Participantes	8.417	7.286	5.063	↑ 69,49	
		Carga Horária	56.792	46.068	21.162	↑ 45,94	
		Valor (R\$) *	5.920.110,00	R\$ 5.540.901,00	R\$ 3.113.260,36	↓ 56,19	
	AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		PROGRAMADO (Nº)		REALIZADO	ALCANCE**
	PS	CURSOS DE PS	Turmas	544	640	693	↑ 108,28
Participantes			6.528	8.191	9.016	↑ 110,07	
Carga Horária			12.992	15.310	16.584	↑ 108,32	
Valor (R\$) *			1.700.340,00	R\$ 1.596.194,00	R\$ 1.716.552,62	↓ 107,54	
ESPECIFICAÇÃO		PROGRAMADO (Nº)		REALIZADO	ALCANCE**		
		PAT INICIAL	PAT REFORM.	(Nº)	(%)		
PE - PS		Turmas	105	960	954	↑ 99,38	
		Participantes	9.000	36.377	35.879	↑ 98,63	
		Carga Horária	2.484	34.364	34.532	↑ 100,49	
		Valor (R\$) *	791.860,00	R\$ 753.811,00	R\$ 564.433,40	↓ 74,88	
AÇÃO		ESPECIFICAÇÃO		PROGRAMADO (Nº)		REALIZADO	ALCANCE**
ATER		ATER	Turmas	----	89	87	↑ 97,75
	Participantes		----	966	951	↑ 98,45	
	Carga Horária		----	31.089	29.399	↑ 94,56	
	Valor (R\$) *		----	R\$ 2.319.453,00	R\$ 1.618.209,88	↓ 69,77	

Fonte: SENAR-AR-MS (Unidade Educacional e Gestão Financeira)

\* Não foi considerado folha de pessoal e encargos

\*\*Base de cálculo sobre PAT reformulado

↑ Maior melhor; Menor melhor ↓

No Planejamento Estratégico da instituição, que compreende o período 2010-2015, evidenciaram-se outros objetivos estratégicos para direcionar os rumos da instituição e dar a ela sustentabilidade na perspectiva financeira e sustentabilidade; clientes e mercados; processos internos; e aprendizado e crescimento.

Dentre os objetivos estratégicos, destaque para: ampliar e diversificar as fontes de captação de recursos financeiros, ampliar as redes de contato com e as relações com aliados estratégicos, desenvolver e aprimorar programas para os diversos setores do agronegócio do Estado e aprimorar o Sistema de Gestão e o desenvolvimento de competências dos colaboradores do SENAR-AR/MS.



O Quadro 2.3.2 demonstra os objetivos estratégicos para 2014, as estratégias e a execução das ações.

QUADRO 2.3.2- ESTRATÉGIAS ADOTADAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS FRENTE AOS OBJETIVOS LANÇADOS PARA 2014.

<b>PERSPECTIVA: FINANCEIRA E SUSTENTABILIDADE</b>	
<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Ampliar e Diversificar fontes de Captação de Recursos Financeiros.</b>
Indicador Estratégico	Recursos captados para programas e projetos especiais e cursos.
Meta	R\$ 2 milhões em 2014.
Ações previstas	Captação de recursos a partir de parcerias, com instituições, prefeituras e entidades.
Projetos desenvolvidos	Mais inovação, APL da Piscicultura, Programa Negócio Certo Rural, Programa Leite Legal.
<b>PERSPECTIVA: CLIENTES E MERCADO</b>	
<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Ampliar as redes de contato e as relações com aliados estratégicos.</b>
Ações previstas	Desenvolver relações institucionais com as câmaras setoriais do agronegócio, sindicatos e produtores rurais.
Projetos desenvolvidos	Programa Sindicato forte, que visou desenvolver os sindicatos rurais; apoio às câmaras setoriais e formulação de políticas públicas, fornecendo informações sobre o meio rural, por exemplo: participação na formulação do Projeto ABC Cerrado; promoção de eventos técnicos, por exemplo: Ciclo de palestras sobre viabilidade de plantio florestal no Estado.
<b>PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS</b>	
<b>Objetivos Estratégicos</b>	<b>Desenvolver programas especiais para melhoria da qualidade, competitividade e inovação da produção no MS;</b>
	<b>Desenvolver e aprimorar programas para os diversos setores do agronegócio do MS;</b>
	<b>Desenvolver e implementar os programas para o Meio Ambiente;</b>
	<b>Aprimorar e incrementar os programas de Promoção Social;</b>
Indicador Estratégico	nº de pessoas capacitadas, nº de horas de capacitação, nº de turmas.
Meta	Crescimento anual de 10% no nº de pessoas capacitadas e 10% no nº de turmas, atingindo 53.308 pessoas e 3.220 cursos até 2015.
Ações	Desenvolver ações e projetos diversos em Formação Profissional Rural, Promoção Social e Projetos Especiais.
Projetos desenvolvidos	Programa Soja Plus, Hortifrúti Legal, programa Agrinho, programa Despertar Rural. Ao todo, foram 3.940 turmas e 73.021 pessoas capacitadas em 2014.
<b>PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO</b>	
<b>Objetivos Estratégicos</b>	<b>Aprimorar o Sistema de Gestão e o desenvolvimento de competências dos colaboradores do SENAR-AR/MS;</b>
	<b>Identificar e capacitar instrutores especializados para o atendimento das demandas do agronegócio;</b>
Indicador Estratégico	Nº de colaboradores capacitados, Nº de horas de capacitação interna, Recursos investidos em capacitação de colaboradores.
Meta	Capacitar 720 pessoas (colaboradores e educadores) até 2015.
Ações	Crescimento anual de 10% no nº de pessoas capacitadas, atingindo 720 até 2015.
Projetos desenvolvidos	Em 2014, foram 445 instrutores qualificados e mais de 780 horas de qualificação.

Fonte: Plano Anual de Trabalho 2014 e Planejamento Estratégico 2010/2015 do SENAR-AR/MS.

## 2.4. Demonstração da execução física e financeira das ações do exercício de referência

QUADRO 2.4.1- EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

SENAR SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	AR/MS	
	META	VALOR
<b>122 - Administração Geral</b>	<b>3.382.753,00</b>	<b>2.554.455,67</b>
0750 - Apoio Administrativo	3.382.753,00	2.554.455,67
8701 - Manutenção de Serviços Administrativos	1.214.300,00	547.894,14
8711 - Gestão Administrativa	359.100,00	270.979,58
8715 - Assistência Financeira a Entidades	490.353,00	384.380,36
8777 - Pag. de Pessoal e Encargos Social e Trabalhistas - Área Administrativa	1.359.100,00	1.351.201,59
<b>128 - Formação de Recursos Humanos</b>	<b>55.000,00</b>	<b>17.990,77</b>
0801 - Formação de Gerentes e Servidores	55.000,00	17.990,77
8718 - Capacitação de Recursos Humanos	55.000,00	17.990,77
<b>131 - Comunicação Social</b>	<b>960.100,00</b>	<b>300.697,27</b>
0253 - Serviço de Comunicação de Massa	960.100,00	300.697,27
8719 - Divulgação de Ações Institucionais	960.100,00	300.697,27
<b>212 - Cooperação Internacional</b>	-	-
<b>301 - Atenção Básica</b>	<b>272.366,00</b>	<b>271.677,60</b>
0100 - Assistência ao Trabalhador	272.366,00	271.677,60
8703 - Assist. Médica e Odonto. a servidores, empregados e seus dependentes	272.366,00	271.677,60
<b>306 - Alimentação e Nutrição</b>	<b>168.104,00</b>	<b>168.043,64</b>
0100 - Assistência ao Trabalhador	168.104,00	168.043,64
8705 - Auxílio-Alimentação a Servidores e Empregados	168.104,00	168.043,64
<b>331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador</b>	<b>3.542.005,00</b>	<b>3.461.074,15</b>
0100 - Assistência ao Trabalhador	37.200,00	25.642,52
8706 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	29.600,00	18.043,50
8707 - Assistência Social a Servidores	7.600,00	7.599,02
0108 - Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador	3.504.805,00	3.435.431,63
8788 - Promoção Social Rural	3.504.805,00	3.435.431,63
<b>333 - Empregabilidade</b>	<b>24.294.463,00</b>	<b>17.389.814,12</b>
0101 - Qualificação Profissional do Trabalhador	24.294.463,00	17.389.814,12
8729 - Qualificação Profissional na Área de Agropecuária e Agroindústria	24.294.463,00	17.389.814,12
<b>366 - Educação de Jovens e Adultos</b>	-	-
0108 - Melhoria na Qualidade de Vida do Trabalhador	-	-
8772 - Cursos de Alfabetização	-	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>32.674.791,00</b>	<b>24.163.753,22</b>

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

Dentre os números apresentados acima, destacamos:

Os valores reformulados para o orçamento de 2014 para Administração geral foram R\$ 3.382.753. O realizado foi 24% menor que o previsto. Isto se deveu a vários fatores, a saber:

1 – Manutenção de Serviços Administrativos: de R\$ 1.214.300 para R\$ 547.894, uma variação de 55%. Estava prevista para 2014 a reforma da Edificação adquirida no mesmo exercício financeiro. Ocorre que esta previsão não se concretizou, sendo que o processo licitatório da reforma ocorrerá no segundo semestre de 2015.

2 – Comunicação Social: de R\$ 960.100 para R\$ 300.697, variação de 69%. Esta previsão orçamentária não foi realizada haja vista que a licitação para contratação de Agência de Publicidade ocorrerá em Abril de 2015.

3 – Formação de Recursos Humanos: de R\$ 55.000 para R\$ 17.990, valor 67% menor que o previsto. Não obstante a Entidade ter efetuado esta previsão, não houve demandas por parte das áreas que justificasse a utilização de todos os recursos. Com a estruturação das áreas de recursos humanos em 2015, a meta é que haja uma programação mais intensa de cursos e treinamentos.

## 2.5. Indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão.

### 2.5.1. Indicadores Institucionais – atividade fim

Na descrição dos indicadores usaremos o termo “evento” para designar cada uma das ações desenvolvidas pela instituição, ou seja, cursos, capacitações, palestras e workshops. Usaremos o termo “participante” para identificar cada indivíduo que participou dos eventos.

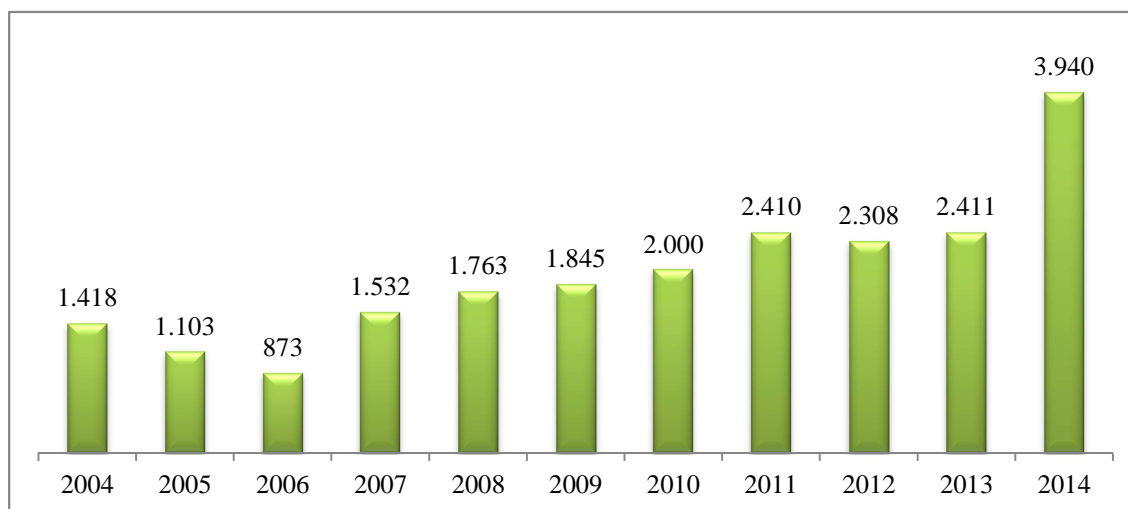
Reforçando que, apenas por definição, alguns Programas e Projetos da entidade recebem a classificação de Programas Especiais – PE, mas estão enquadrados e são computados, de acordo com as suas características e natureza, como Formação Profissional Rural - FPR ou Promoção Social - PS. Também foi instituído para 2014 uma nova linha de atuação: as ações de Assistência Técnica e Gerencial - ATG. Diante disso, o SENAR-AR/MS lançou uma série de programas nessa perspectiva, com o foco de concatenar as ações de FPR e PS, com a assistência técnica, desenvolvendo ações integrada e continuada.

#### 2.5.1.1. Indicadores de eficácia

##### 2.5.1.1.1. Número de eventos por ano

Os números de eventos de FPR e PS variaram ao longo dos anos. Considerando o período de 2004 a 2014, observa-se que os exercícios com menos eventos foram 2005 e 2006. Em 2014, se junta à FPR e PS, as ações de Assistência Técnica e Gerencial – ATG. Desta forma, foram realizados ao todo 3.940 eventos, conforme demonstra o Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - TOTAL DE EVENTOS REALIZADOS PELO SENAR-AR/MS 2004 - 2014

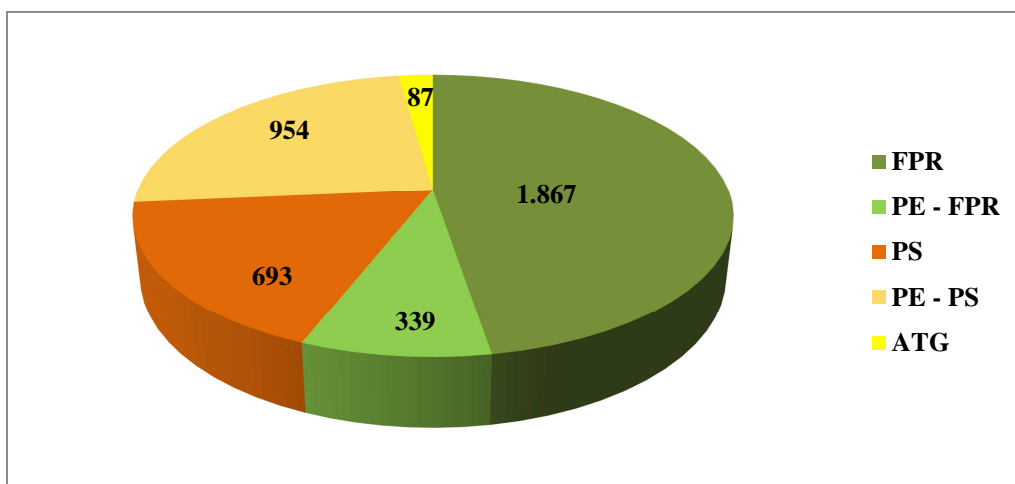


Fonte: Relatório de Gestão de 2013 e Unidade Educacional

O número de eventos realizados nos últimos 3 (três) anos foi crescente. Isso demonstra o empenho da atual gestão do SENAR-AR/MS em atender a maior quantidade possível de demandas por capacitação, procurando exercer, a bom termo, o papel social e educacional desta instituição, levando conhecimento e qualificação ao trabalhador rural. Também sinaliza que a UJ está atenta às mudanças estruturais e conjunturais e, assim, se torna capaz de propor e implementar ações para atender as necessidades do agronegócio em Mato Grosso do sul. Em 2014, houve um aumento no número de eventos de 63,42% em relação a 2013. Quanto à meta estipulada na reprogramação do PAT, considerando FPR, PS e ATG, o número a ser atingido era de 3.856 eventos (Quadro 2.3.1), com os 3.940 eventos realizados, o índice de execução ficou 2,18% acima do estipulado.

A quantidade de eventos realizados por linha de ação é demonstrada no Gráfico 2. Os 3.940 eventos realizados estão divididos em 05 (cinco) linhas de ações.

GRÁFICO 2 – QUANTIDADE DE EVENTOS POR LINHA DE AÇÃO EM 2014

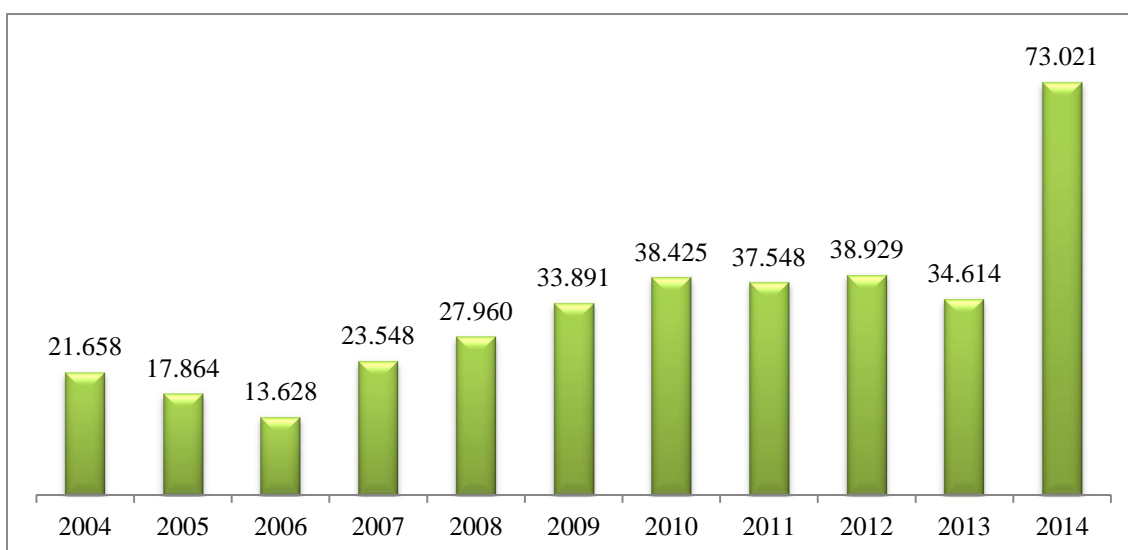


Fonte: SENAR-AR/MS (Unidade Educacional)

#### 2.5.1.1.2. Número de participantes por ano

No ano de 2014, participaram dos eventos promovidos pelo SENAR-AR/MS 73.021 pessoas (Gráfico 3). Em comparação ao observado no ano anterior, a UJ conseguiu aumentar o número de participantes em 210,96%. Um dos motivos do crescimento substancial no número de participantes, se comparado ao exercício 2013, decorreu da implantação do programa Agrinho, que atende alunos da rede pública municipal e estadual. Esse programa foi implantado em 2014, em 08 municípios (Anastácio, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia e Terenos), atendendo 31.745 alunos do Ensino Fundamental das escolas das redes públicas e 1.607 professores, com entrega de mais de 32.000 livros do aluno e 1.840 DVD. Esse é um dos motivos do aumento expressivo no número de participantes nos programas desta Regional. Já em relação à meta estipulada na reprogramação do PAT (Quadro 2.3.1), que era de 73.520 participantes, o número realizado (73.021) ficou 0,68% abaixo do previsto.

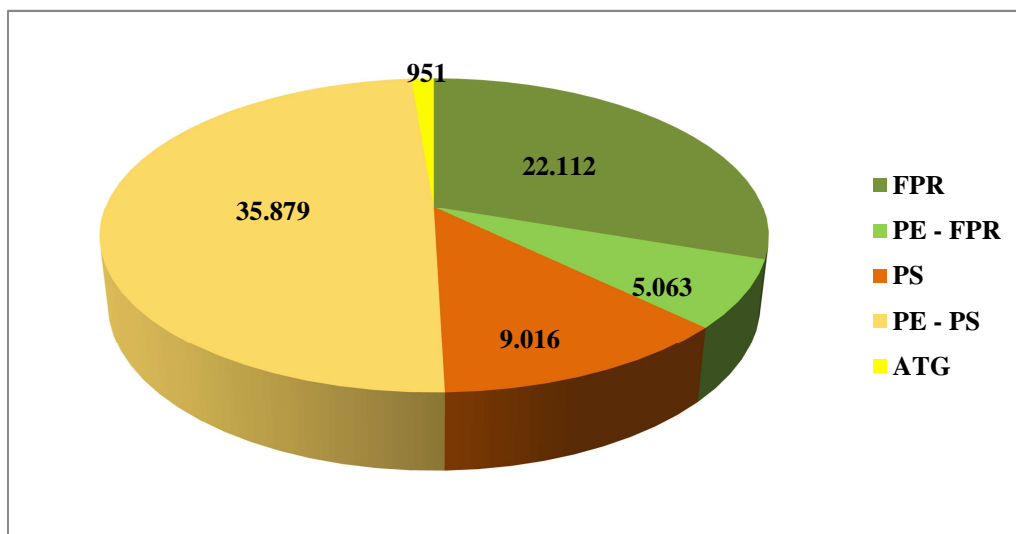
GRÁFICO 3 - TOTAL DE PARTICIPANTES EM EVENTOS PROMOVIDOS PELO SENAR-AR/MS 2004 - 2014.



Fonte: Relatório de Gestão 2013 e Unidade Educacional

O Gráfico 4 mostra a quantidade de participantes por linha de ação. A linha de ação que teve a maior quantidade de participantes foi PE – PS, com 35.879 participantes, e a que teve menos participante foi ATG, com 951.

GRÁFICO 4 – QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR LINHA DE AÇÃO EM 2014



Fonte: SENAR-AR/MS (Unidade Educacional).

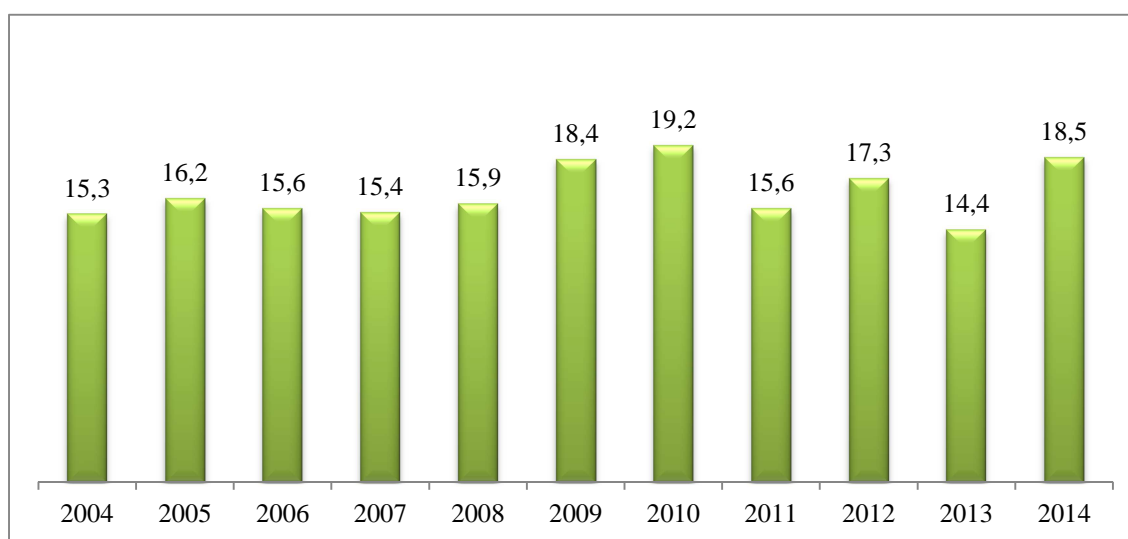
#### 2.5.1.2. Indicadores de eficiência

##### 2.5.1.2.1. Participantes/eventos/ano

A partir do total de participantes e do número total de eventos foi possível determinar o número médio de participantes. No período em análise (Gráfico 5), percebe-se que a menor média encontrada foi 14,4, em 2013, e a maior em 2010 (19,2).

Em 2014, a média de participantes por evento foi de 18,5, um aumento de 28,74% em comparação ao ano anterior. Como já sinalizado antes, a implantação do programa Agrinho contribuiu fortemente para o incremento no número de pessoas atendidas.

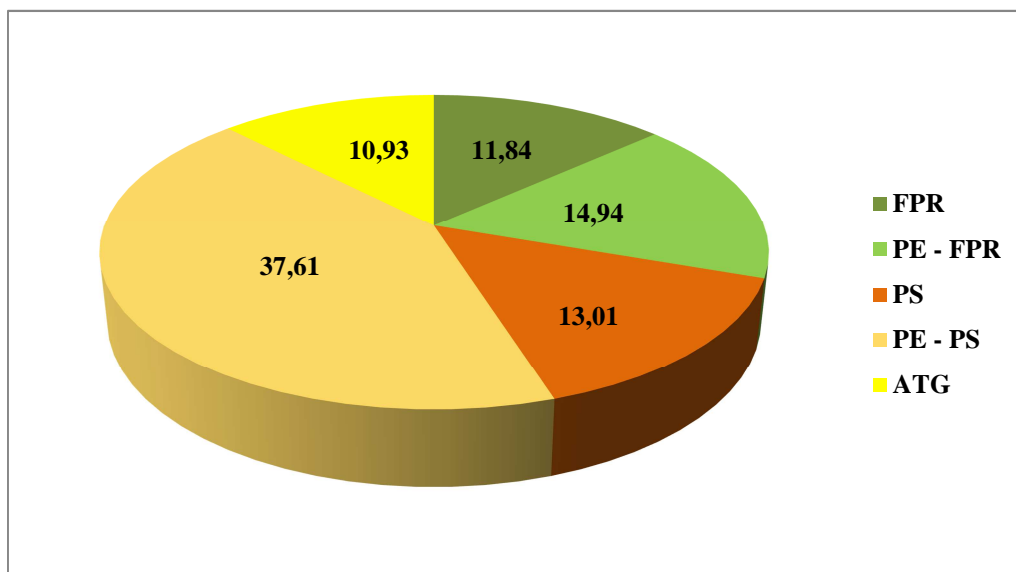
GRÁFICO 5 - MÉDIA DE PARTICIPANTES EM EVENTOS PROMOVIDOS PELO SENAR-AR/MS 2004 - 2014.



Fonte: Relatório de Gestão 2013 e Unidade Educacional

O Gráfico 6 mostra a média de participantes por linha de ação. A maior média encontrada foi em PE – PS (37,61). Já a menor média encontrada foi em ATG (10,93), devido às ações dos programas desta modalidade durar no mínimo 12 meses.

GRÁFICO 6 – QUANTIDADE MÉDIA DE PARTICIPANTES POR LINHA DE AÇÃO EM 2014.

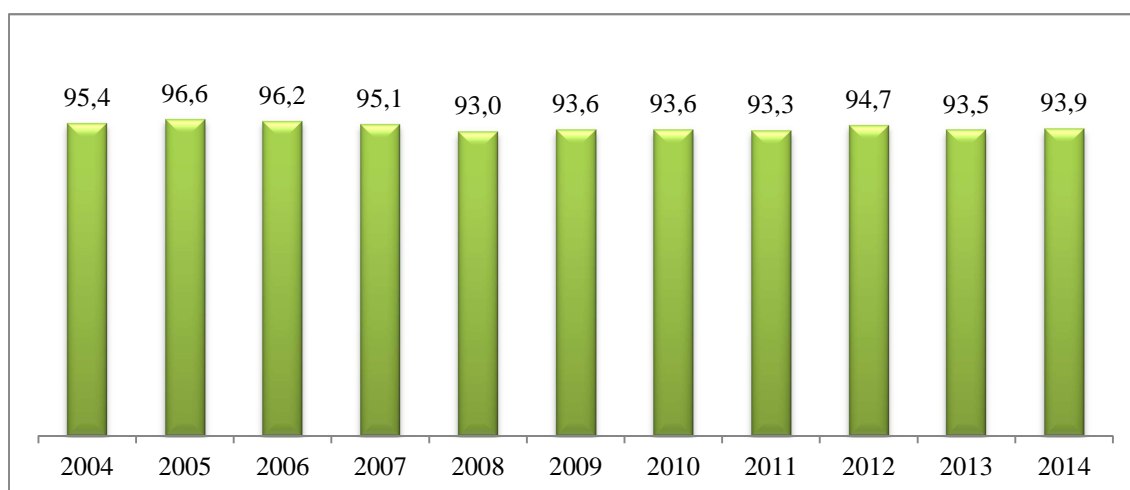


Fonte: SENAR-AR/MS (Unidade Educacional).

#### 2.5.1.2.2. Índice de aprovação

No Gráfico 7 está expresso o índice médio de aprovação nos eventos promovidos pela UJ de 2004 a 2014. Para cálculo deste índice foi considerado o total de aprovados em relação ao total de concluintes, considerando todos os cursos promovidos pela entidade. Este índice tem variado de 93% a 96,6%, indicando excelente aproveitamento nos cursos. Para 2014, o índice calculado foi 93,9%, mantendo o indicador em patamar elevado. Diante dessas informações é importante ressaltar a capacitação oferecida aos instrutores de FPR e PS, bem como a metodologia de ensino, que prima em levar o conhecimento ao meio rural de uma forma didática e objetiva (aprender fazer, fazendo).

GRÁFICO 7 – DESEMPENHO (%) DOS PARTICIPANTES NOS EVENTOS DE QUALIFICAÇÃO PROMOVIDOS PELO SENAR-AR/MS DE 2004 A 2014.

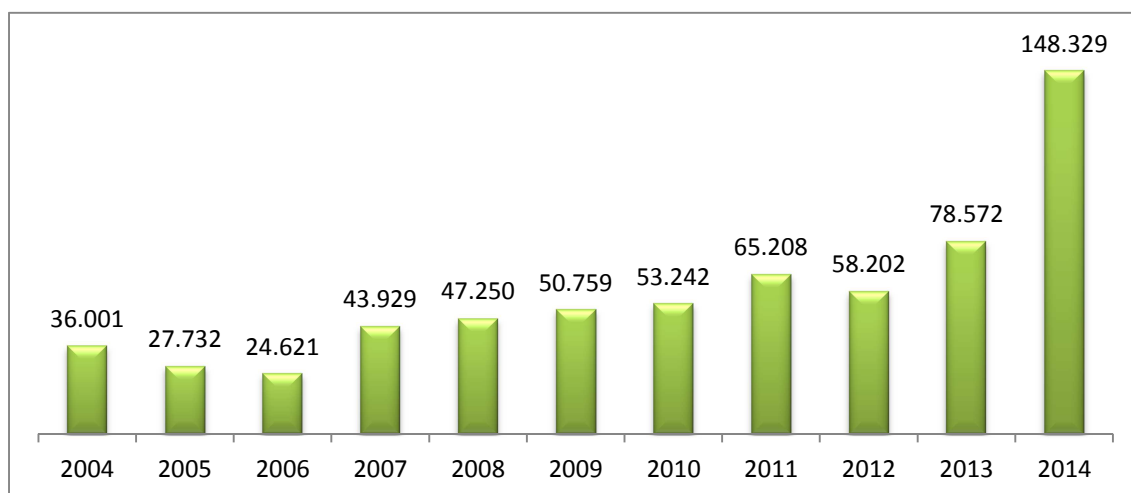


Fonte: Relatório de Gestão 2013 e Unidade Educacional.

### 2.5.1.2.3. Carga horária dos eventos por ano.

A qualidade é um fator substancial para uma qualificação profissional sólida. Nesse prisma, o aumento da carga horária dos eventos do SENAR-AR/MS concatena para uma qualificação profissional mais abrangente, constantemente atualizada e de maior qualidade. Por meio dos programas de Assistência Técnica e Gerencial e de cursos de carga horária maior, a partir de 160 horas como é o caso do Pronatec. Percebe-se, que estas ações têm conseguido gerar reflexos positivos no processo produtivo e na qualidade de vida do meio rural sul-mato-grossense. O Gráfico 8 demonstra essa evolução.

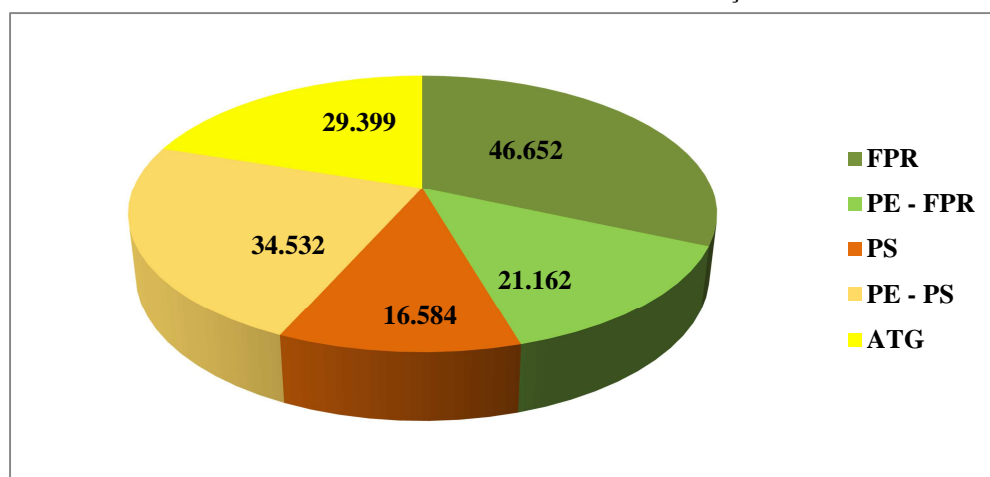
GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DE 2004 A 2014.



Fonte: Relatório de Gestão 2013 e Unidade Educacional.

No exercício de 2014, o total de horas de capacitação, somando todos os eventos da UJ foi de 148.329, refletindo um aumento de 88,78% em comparação ao ano anterior. Esse aumento é devido a programas com carga horária maior, como o *Negócio Central Rural-NCR*, que tem como meta melhorar a gestão da propriedade rural através de um plano de negócio e ideias de relacionamento com o mercado. Em 2014 o NCR totalizou 2.346 horas de capacitação. Outro programa que vem ao encontro com essa perspectiva é o programa *Mais inovação*, que tem entre seus principais objetivos a inserção de novas tecnologias e recuperação de pastagens degradadas nas propriedades rurais, suas ações duram 12 meses. Em 2014, foram 9.952 horas de capacitação. O programa Agrinho, que tem como objetivo investir em uma educação mais humana e sustentável, trabalhando os temas transversais, junto aos alunos das escolas públicas do Estado, também contribuiu para esse aumento. Foram atendidos 31745 alunos, totalizando uma carga horária de 32652 horas. O gráfico 9 mostra a distribuição da carga horária por linha de ação:

GRÁFICO 9 – CARGA HORÁRIA POR LINHA DE AÇÃO EM 2014

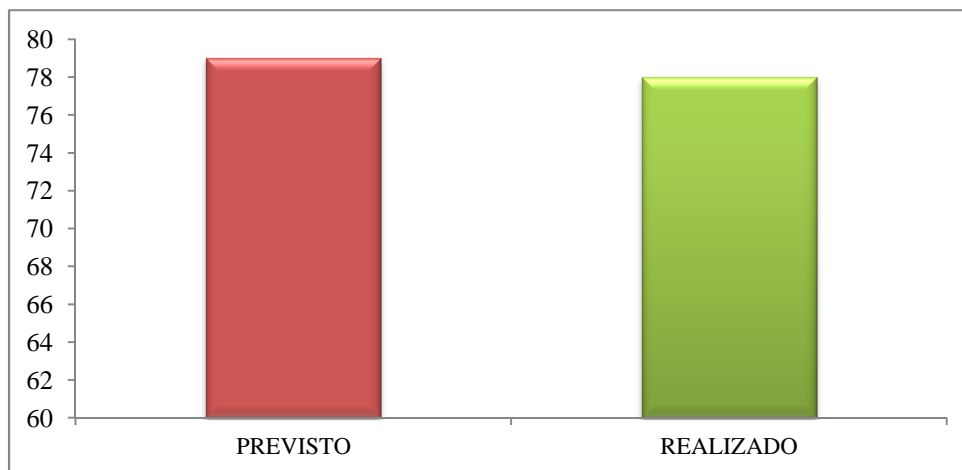


Fonte: SENAR-AR/MS (Unidade Educacional).

#### 2.5.1.2.4. Número de municípios atendidos.

O número de municípios atendidos passa a ser um novo indicador da regional, cujo objetivo é demonstrar sua capilaridade no meio rural do MS. O Estado conta com inúmeras atividades produtivas, por ter como base de sua economia o agronegócio, com isso é necessário atender o maior número de demandas possível, na maior quantidade de municípios. Em 2014, dos 79 municípios previstos para atendimento, a UJ atuou em 78 (98,73%), um resultado excelente.

GRÁFICO 10 – QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS EM 2014

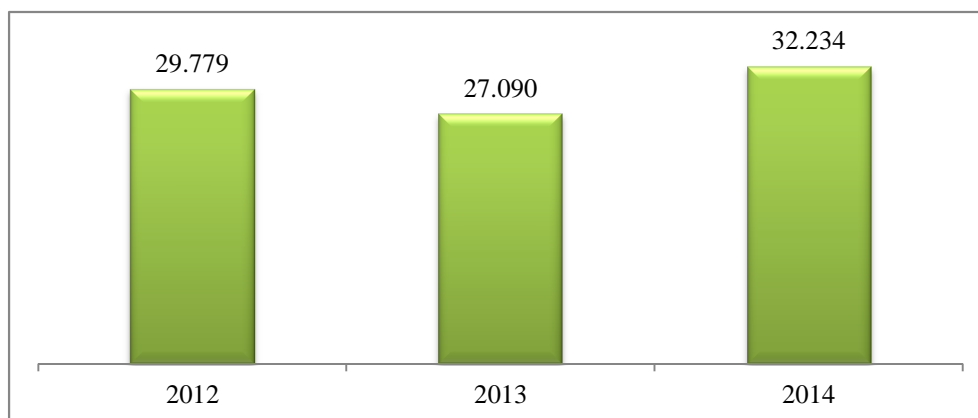


Fonte: SENAR-AR/MS (Unidade Educacional).

#### 2.5.1.2.5. Número de certificados emitidos.

O número de certificados emitidos para as ações de FPR e PS é outro indicador sistematizado para UJ em 2014. Sobre esse indicador é importante evidenciar, que os certificados são emitidos apenas nos cursos tradicionais do SENAR-AR/MS, ou seja, os cursos enquadrados dentro da série metodológica nº 2, que aborda as ações de Formação Profissional Rural; e série metodológica nº 4, que rege as ações de Promoção Social. Para as ações Assistência Técnica e Gerencial – ATG e alguns programas especiais não emitem certificados. Deste modo, em 2014, o número de certificados emitidos foi 18,99% maior que em 2013, com 32.234 certificados emitidos.

GRÁFICO 11 – QUANTIDADE DE CERTIFICADOS EMITIDOS EM 2014



Fonte: SENAR-AR/MS (Unidade Educacional).

#### 2.5.1.3. Indicadores de Economicidade

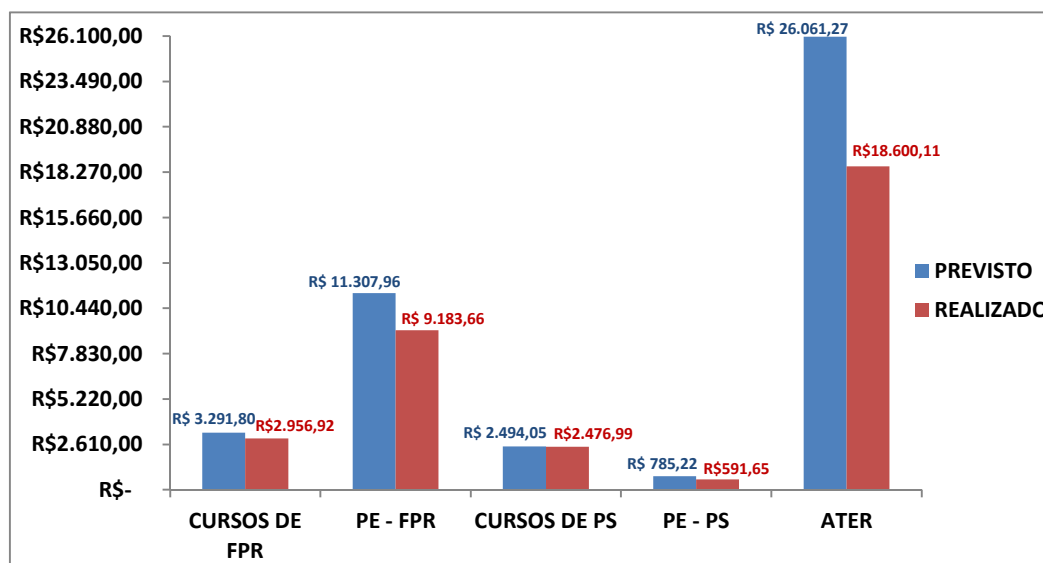
No Quadro 2.3.1 foram expressas as metas iniciais, reformuladas e o orçamento previsto, bem como a execução física e financeira das ações de FPR, PS e ATER em 2014. A partir destes dados, foram calculados indicadores de economicidade para avaliar o desempenho da UJ.



### 2.5.1.3.1. Recursos x Eventos

Os custos médios por evento obtidos no exercício de 2014 são demonstrados no Gráfico 12. Para se chegar aos valores, foi considerada a despesa efetivamente realizada em cada ação, dividida pelo número de eventos realizados pela UJ. Já para os valores previstos: foi considerado o orçamento e as metas de eventos a serem atingidas em cada modalidade na reformulação do PAT.

GRÁFICO 12 – CUSTOS MÉDIOS PREVISTOS E REALIZADOS POR EVENTOS EM 2014



Fonte: SENAR-AR/MS (Unidade Educacional e Gestão Financeira)

Com base no recurso previsto para realização dos cursos de FPR, estimava-se, com a reprogramação orçamentária do PAT, um custo de R\$ 3.291,80 por evento. Ao final de 2014, foram realizados 190 (11,33%) eventos a mais que o previsto na modalidade cursos de FPR e a execução financeira ficou praticamente igual à prevista (Quadro 2.3.1), o que originou um custo por evento de R\$ 2.956,92, (10,17%) abaixo do orçamento previsto.

Quanto aos Programas Especiais de Formação Profissional Rural (PE – FPR), o custo médio previsto por evento foi de R\$ 11.307,96. Ao final de 2014, o custo médio realizado ficou em R\$ 9.183,66 por evento, 18,79% abaixo do previsto. Esta redução no custo médio por evento decorre em parte, do fato de não se atingir a meta de turmas estipuladas para essa modalidade na reprogramação, ficando o índice de execução 30,82% abaixo do previsto (Quadro 2.3.1). O principal problema no caso dos PE – FPR foi o Pronatec, pois o Ministério da Educação que é o contratante deste serviço não homologou na pactuação a demanda recebida dos diversos parceiros demandantes. Por este motivo, a previsão feita pela Instituição com base em sinalizações recebidas dos demandantes à época da pactuação não foi concretizada e, por isso, a meta ficou abaixo da capacidade operativa desta Regional.

Para as ações de Promoção social: foi previsto na modalidade de cursos de PS um custo médio por evento de R\$ 2.494,05, e para os PE - PS o custo médio previsto foi de R\$ 785,22. Ao fim do exercício de 2014, os custos médios apurados por evento nestas modalidades ficaram respectivamente em R\$ 2.476,99 e R\$ 591,65, caracterizando uma diminuição de 0,68% no custo médio dos cursos de PS, e 24,65% nos PE- PS.

Analisando esses resultados, observa-se que, o custo médio dos cursos de PS variou pouco em relação ao previsto, mesmo com um aumento de 8,28% no número de cursos realizados, o que indica um excelente aproveitamento do recurso nesta modalidade. Para as ações de PE- PS, a redução de 24,65%, decorre do fato de não se atingir a totalidade da meta de eventos, pois alguns programas especiais desta modalidade, por exemplo: Agrosaúde e Esporte Laço comprido não tiveram turmas realizadas em 2014.

A Assistência Técnica e Gerencial – ATG foi instituída como uma nova linha de ação em 2014. O custo médio por evento previsto nesta modalidade foi de R\$ 26.061,27. No final do exercício em apreço, o custo médio por evento realizado ficou em R\$ 18.600,11, portanto 28,63% abaixo do valor previsto. Essa redução, deve-se a 3 (três) fatores: o índice de execução dos eventos de ATG ter ficado em 97,75% (Quadro 2.3.1), uma otimização dos custos na operacionalização das ações e, por ser o primeiro ano de execução desta modalidade no SENAR-AR/MS.

O Quadro 2.5.1.3.1 faz o comparativo dos custos médios obtidos em 2014, com os valores obtidos por evento em 2013.

QUADRO 2.5.1.3.1 – COMPARATIVO DO CUSTO MÉDIO POR EVENTO 2013 - 2014.

Cursos de FPR		PE - FPR		Cursos de PS		PE - PS		ATER	
2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013*	2014
R\$ 2.844,56	R\$ 2.956,92	R\$ 6.853,54	R\$ 9.183,66	R\$ 2.358,48	R\$ 2.476,99	R\$ 7.276,17	R\$ 591,65	----	R\$ 18.600,01

Fonte: SENAR-AR/MS (Unidade Educacional e Gestão Financeira)

\* Em 2013, não houve ações de ATG.

Na modalidade cursos de FPR houve um aumento de 3,95% no custo médio por evento, porém no planejamento de 2014 havia uma previsão de aumento no custo médio de 11,32%, índice, portanto, inferior ao planejado e inferior ainda ao IPCA de 2014 que foi de 6,40%. Isso indica que a instituição conseguiu atuar na redução de custos, bem como aumentou sua eficiência nesta modalidade de um ano para o outro.

Para os PE – FPR ocorreu um aumento de 34% no custo médio por turma. Nesta categoria realizamos cursos de Pronatec onde a operacionalização das ações do programa ficou mais cara, em média 21,75% em relação a 2013 e realizamos também os eventos promovidos pela Fundação MS, eventos este que não aconteceram no ano de 2013 e que, portanto, repercutiram neste aumento do custo.

Na modalidade cursos de PS, o aumento em relação a 2013 foi de 5% diante de um aumento de IPCA de 6,40%, índice de aumento de custo médio que podemos considerar aceitável. Houve aumento na quantidade de eventos (18,96%) nessa modalidade em 2014. Já para os PE – PS a redução foi 91,87% em comparação a 2013. Essa redução substancial na modalidade PE – PS é devido ao programa Agrinho, que realizou 907 turmas, com um desembolso financeiro extremamente baixo, menos de R\$ 250.000,00. E o aumento no número de turmas dessa modalidade de 2013 para 2014 foi de 2.327%, passando de 41 turmas para 954.

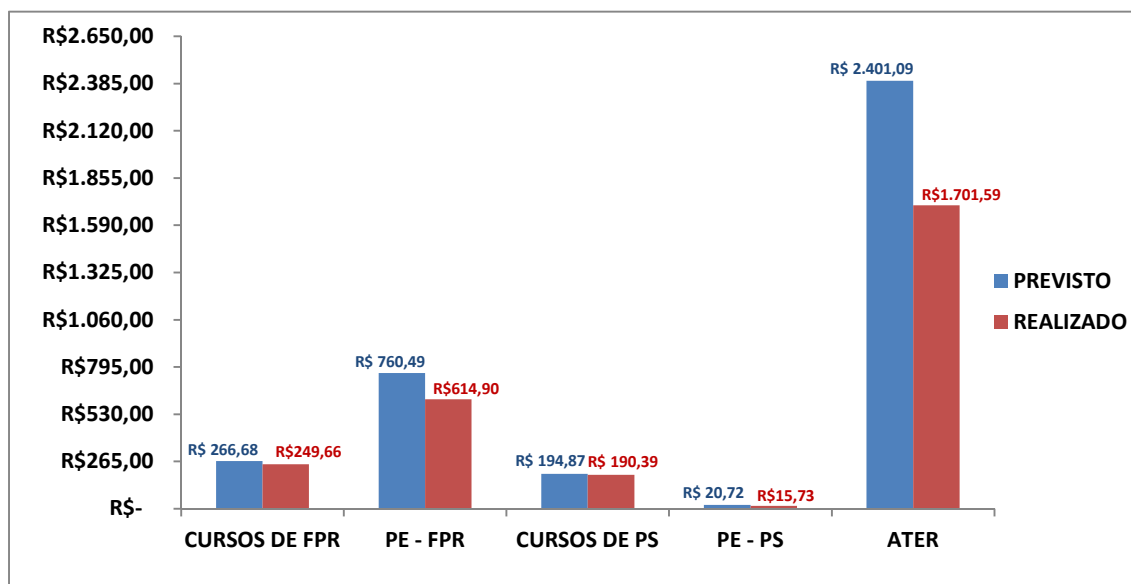
O ATER é uma linha de ação que se iniciou em 2014, portanto, não existe série de dados para fazer o comparativo.

#### 2.5.1.3.2. Recursos x Participantes

O Gráfico 13 evidencia o valor médio por participante obtido no exercício de 2014, bem como os custos médios previstos. Para fins deste cálculo foi utilizado o valor previsto/realizado em cada ação, dividido pelos respectivos números de participantes previsto/realizado.

Os custos médios por participantes previstos para as ações de Promoção Social foram: R\$ 194,87 na modalidade cursos de PS, e R\$ 20,72 na modalidade PE – PS. Para os cursos de PS, o valor realizado por participante foi de R\$ 190,39, que representa uma queda de 2,30% na comparação com o previsto, o que é excelente se consideramos o índice de execução desta meta (110,07% Quadro 2.3.1).

GRÁFICO 13 – CUSTOS MÉDIOS PREVISTOS E REALIZADOS POR PARTICIPANTE EM 2014



Fonte: SENAR-AR/MS (Unidade Educacional e Gestão Financeira)

Já para os PE – PS, a redução foi de 24,08% se comparado o valor previsto, com o valor realizado R\$ 15,73. Colabora para uma queda do custo médio por participante na modalidade PE – PS, o programa Agrinho.

Para as ações de ATG, foi previsto um custo médio por participante de R\$ 2.401,09, mas verificou-se, ao final de 2014, que o custo médio realizado foi de R\$ 1.701,59 por participante, portanto 29,13% abaixo do previsto. Com o índice de execução ficando em 98,45% (Quadro 2.3.1), o valor atingido se mostrou muito bom para a instituição, e bem abaixo do esperado.

O quadro 2.5.1.3.2 compara os custos médios obtidos em 2013, com os valores obtidos em 2014.

QUADRO 2.5.1.3.2 – COMPARATIVO DO CUSTO MÉDIO POR PARTICIPANTE 2013 - 2014.

Cursos de FPR		PE - FPR		Cursos de PS		PE - PS		ATG	
2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013*	2014
R\$ 221,28	R\$ 249,66	R\$ 561,93	R\$ 614,90	R\$ 176,09	R\$ 190,39	R\$ 72,25	R\$ 15,73	----	R\$ 1.701,59

Fonte: SENAR-AR/MS (Unidade Educacional e Gestão Financeira)

\* Em 2013, não houve ações de ATG.

De 2013 para 2014, houve um aumento no custo médio por participante na modalidade cursos de FPR de 12,83%, essa alta vem acompanhando o aumento na quantidade de participantes de 19,29%. No mesmo período, para a modalidade PE – FPR, o aumento ficou em 9,43%, também acompanhado o aumento na quantidade de participantes de 3,26%.

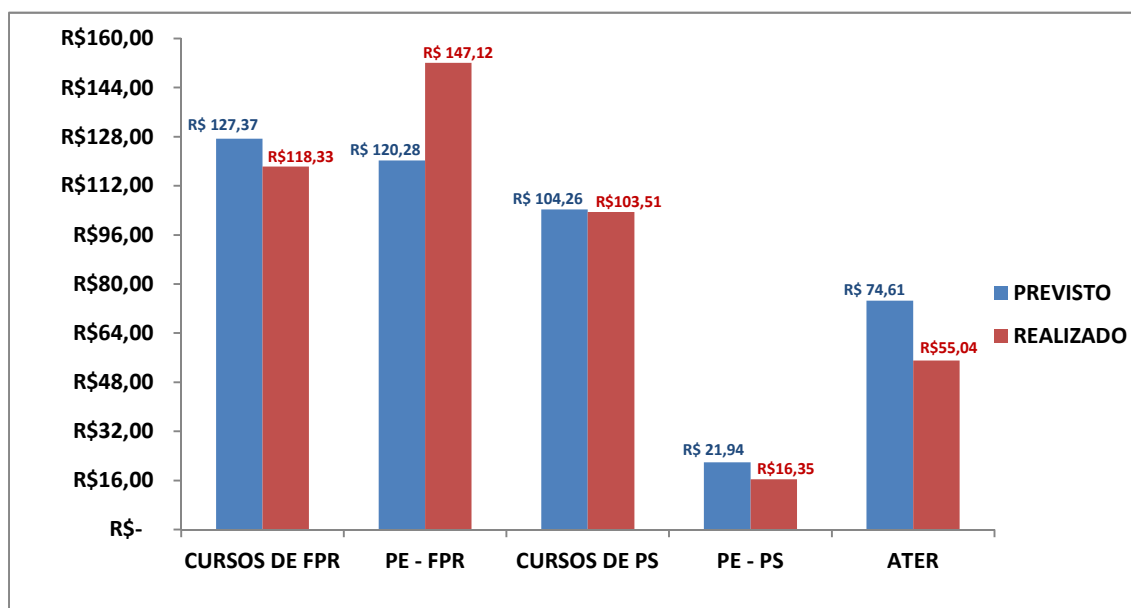
O custo médio por participante na modalidade cursos de PS aumentou 8,12% de 2013 para 2014, enquanto que para os PE – PS houve uma queda de 78,23%. O aumento de 8,12, e reflexo no aumento no número de participantes de 2013 para 2014 (27,98%). Já a redução do custo médio por participantes na modalidade de PE – PS foi motivada pelo pouco desembolso financeiro, diante do enorme aumento no número de participantes (868,95%), passando de 4.129 (2013) para 35.879 (2014).

Devido as ações de ATG terem sido iniciadas somente em 2014, não foi possível fazer o comparativo.

### 2.5.1.3.3. Recursos x Carga horária

O Gráfico 14 demonstra os custos médios previstos e realizados por hora de capacitação em 2014. Para isso, foram considerados os valores previstos e realizados em cada ação, divididos pelos respectivos números de carga horária realizada.

GRÁFICO 14 – CUSTOS MÉDIOS PREVISTOS E REALIZADOS POR HORA DE CAPACITAÇÃO EM 2014



Fonte: SENAR-AR/MS (Unidade Educacional e Gestão Financeira)

Conforme demonstrado no Gráfico 14, o custo médio previsto por hora de capacitação nos cursos de FPR foi R\$ 127,37, e de R\$ 120,28 na modalidade de PE – FPR. Quanto aos custos médios obtidos com a realização: para os cursos de FPR o valor foi R\$ 118,33, e para os PE – FPR foi R\$ 147,12 demonstrando uma redução de 7,10% para FPR e um aumento de 23,31% os Programas Especiais de FPR. A redução do custo médio por hora de capacitação na modalidade cursos de FPR, deve-se ao fato da carga horária ter aumentado em 7,64% e o valor gasto manteve-se praticamente igual ao previsto (Quadro 2.3.1). Já para os PE - FPR, o aumento de 23,31% pode ser explicado pelo Programa Pronatec, que teve problemas já relatados anteriormente na sua sistemática de pactuação (Ministério da Educação) e pelo programa da Fundação MS que ocorreu pioneiramente no ano de 2014. Outro fator é que em média, o custo para realizar ações do Pronatec ficaram 21,75% mais caro em 2014, o que também contribuiu para a elevação do custo médio.

Acerca das ações de Promoção Social (PS) para 2014, obteve-se ao final do exercício, um custo médio por hora de capacitação de R\$ 103,51 nos cursos de PS, e R\$ 16,35 nos PE – PS. Isso representa nos cursos de PS uma redução de 0,72% em relação ao custo médio previsto por hora de capacitação na reformulação do PAT, e uma queda de 25,48% no custo médio da modalidade de PE – PS. Essa redução de 25,48% nos custos médios de PE – PS ocorreu, porque não foram realizadas turmas do programa Agrosaúde, e nem do programa Esporte Laço Comprido, com isso o valor realizado foi menor. E o programa Agrinho, que está inserido nessa modalidade, tem uma carga horária substancial, em detrimento de um desembolso financeiro baixo.

O custo médio por hora de capacitação nas ações de ATG foi de R\$ 55,04 em 2014. O custo médio previsto era de R\$ 74,61, ficando o custo médio realizado 26,23% abaixo do previsto. A carga horária total realizada nessa modalidade ficou 5,44% abaixo do previsto, e impactou na redução no custo médio por hora de capacitação, mas o fator preponderante foi a execução financeira desta modalidade, que ficou em 69,77% (Quadro 2.3), o que é muito bom para a UJ.

O Quadro 2.5.1.3.3 faz um comparativo dos custos médios por carga horária entre 2013 e 2014. Desta forma, na modalidade cursos de FPR teve um aumento de 4,62% do ano de 2013 para 2014. Já a modalidade PE – FPR o aumento foi de 56,96%.

QUADRO 2.5.1.3.3 – COMPARATIVO DO CUSTO MÉDIO POR CARGA HORÁRIA 2013 - 2014.

Cursos de FPR		PE - FPR		Cursos de PS		PE - PS		ATG	
2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013*	2014
R\$ 113,10	R\$ 118,33	R\$ 96,87	R\$ 147,12	R\$ 101,49	R\$ 103,51	R\$ 181,90	R\$ 16,35	-----	R\$ 55,04

Fonte: SENAR-AR/MS (Unidade Educacional e Gestão Financeira)

\* Em 2013, não houve ações de ATG.

Nesse período, a evolução da carga horária na modalidade cursos de FPR foi de 28,63%, e o aumento do custo médio em 4,62%, fica bem abaixo dessa evolução, o que indica uma eficiência excelente para a UJ. Na modalidade PE – FPR, não houve um aumento quantidade de horas em 2014, pelo contrario, teve uma queda de 28,01%, enquanto que o desembolso financeiro aumentou, sobretudo para realizar as turmas do Pronatec, em média 21,75% mais caro, o que inflacionou o custo médio por hora de capacitação em 2014.

## 2.5.2. Indicadores Institucionais – atividade meio

### 2.5.2.1. Índice de *turn-over*;

O índice *turn-over* tem por objetivo medir em um período determinado, as variações ocorridas em relação às demissões e admissões na instituição.

Durante o ano de 2011 foram admitidos 1 funcionários e demitidos 3 funcionários gerando um índice de *turn-over* de 7,4 %;

Durante o ano de 2012 foram admitidos 6 funcionários e demitidos 2 funcionários gerando um índice de *turn-over* de 16 %;

Durante o ano de 2013 foram admitidos 12 funcionários e demitidos 7 funcionários gerando um índice de *turn-over* de 31,66 %;

Durante o ano de 2014 devido o aumento de demandas nos setores educacional, técnico e administrativo e financeiro foi realizado um processo seletivo afim de ocuparem as devidas vagas , sendo que foram admitidos 32 funcionários e demitidos 8 funcionários gerando um índice de *turn-over* de 37,03%;

Fórmula Utilizada:  $(N^{\circ} \text{ de demissões} + N^{\circ} \text{ admissões}) / 2 \div N^{\circ} \text{ de empregados no último dia do Mês anterior} \times 100$

ANO 2011:

$$(3 + 1) / 2 \div 27 \times 100 = 2 \div 27 \times 100 = 7,40\%$$

ANO 2012:

$$(2+6) / 2 \div 25 \times 100 = 16\%$$

ANO 2013 :

$$(7+12) / 2 \div 30 \times 100 = 31.66\%$$

ANO 2014 :

$$(8+32) / 2 \div 54 \times 100 = 37,03\%$$

### 2.5.2.2.Índice de capacitação;

Em 2011, 2012, 2013 e 2014 o SENAR oportunizou aos seus funcionários e prestadores de serviço diversos treinamentos, capacitações e qualificações de forma a promover o desenvolvimento do seu Capital Humano.

Não obstante estas ações terem sido desenvolvidas, não havia um controle sistematizado destes processos de forma a permitir a aferição objetiva dos resultados com base em indicadores previamente definidos.

Este controle efetivo e a implantação dos indicadores passaram a ocorrer a partir de 2015, o que permitirá, no fechamento deste exercício, discorrer analiticamente sobre o tema.

### 2.5.2.3.Arrecadação e potencial de arrecadação:

A meta de Arrecadação e o Potencial de Arrecadação estabelece ações com a finalidade de dar manutenção, recuperar e desenvolver receitas de arrecadação para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, tendo por base uma atuação direta junto a contribuintes do Estado.

2011: Valor arrecadado ao SENAR R\$: 13.403.977,00

O ano de 2011 encerrou com R\$ 13,4 milhões arrecadados (valor líquido), superando a meta estratégica<sup>3</sup> em 27%. Equivale dizer que tivemos 42% de aumento sobre o montante de 2010 (R\$ 9,4 milhões). A arrecadação de dezembro/2011 atingiu a cifra de R\$ 920,4 mil, superior em 9% a de dezembro/2010 (R\$ 844,6 mil). Continua crescente o aumento da participação dos vários segmentos da produção rural no montante agregado da arrecadação. Em primeiro lugar está a Cana-de-açúcar, que ocupava 13% das receitas em 2009, passou para 31% em 2010 e atualmente ocupa 34% dos repasses. Na sequência temos a Madeira, que de uma participação de 2,2% em 2009 passou para 5,3% em 2011, seguido do de Aves e do Algodão. Além disso, vale destacar também que houve maior eficiência no que tange ao volume arrecadado do setor de grãos, Em 2011 as estimativas apontaram que o valor bruto da mesma produção totalizaria R\$ 4,64 bilhões, que por sua vez poderia se traduzir em R\$ 9,29 milhões em contribuições para a instituição. A regional arrecadou R\$ 7,36 milhões, isto é, 79,19% do esperado. Equivale dizer que, entre o potencial Previsto e o Realizado, aumentamos o percentual de sucesso em relação aos resultados.

2012: valor arrecadado ao SENAR R\$: 16.61.870,40

Os resultados vêm revelando uma evolução do número de pessoas com conhecimento suficiente em relação às tratativas que envolvem as contribuições do SENAR e INSS. Tais números passaram de 12% em 2010 para 20,4% em 2012, Além do volume expressivo de contribuições exclusivas em 2012 (R\$ 5,9 milhões), que são resultado direto dos trabalhos do Projeto Quem recolhe colhe frutos, podemos destacar as seguintes vitórias alcançadas no ano: Ofícios encaminhados geraram R\$ 1.392.336,74 (um milhão, trezentos e trinta e seis mil...) em recolhimentos; Os Atestados de Regularidade, observada a nova sistemática implementada, renderam R\$ 917.381,90 (novecentos e dezessete mil...) em recolhimentos; Algumas visitas e reuniões específicas propiciaram R\$ 493.309,35 (quatrocentos e noventa e três mil...) em recolhimentos.

2013: Valor arrecadado ao SENAR R\$: 20.717.882,00

O Estado ocupa alguns lugares de destaque no agronegócio nacional na produção animal somos o 2º no abate de bovino de corte, 8º no abate de suínos e 8º no abate de aves. Na produção de

grãos estamos na 5ª posição na produção de soja e 5ª na produção de milho (considerando safra de verão e safrinha). Este volume de produção também tem influenciado na exportação estadual. Em 2013 Mato Grosso do Sul exportou US\$ 4,758 bilhões em produtos do agronegócio, que representou mais de 90% do total das exportações estaduais.

2014: valor arrecadado ao SENAR R\$: 23.703.648,00

Contribuíram para esta arrecadação em 2014 as seguintes atividades agropecuárias:

Comercialização de produtos agrícolas (soja, milho, trigo, arroz, ...) em um percentual de 42,72%, agroindústria açúcar e álcool e lavouras de cana; 30,42%, agroindústria de celulose e florestas de eucalipto; 12,43%, pecuária e frigoríficos de bovinos; 7,4%, algodão; 3,65%, agroindústria de biodiesel e fábricas de produtos alimentares; 1,48%, avicultura, suinocultura, frigorífico de suínos, piscicultura, laticínios, hortigranjeiros e ovos; 1,9%.

Dentre as responsabilidades das administrações regionais, estão:

- Formulação de estratégias de arrecadação em consonância com suas características regionais e interesses;
- Estruturação de formas de acompanhamento da arrecadação corrente e de inadimplentes.

Isso porque, em que pese ser compulsória, a receita de arrecadação se depara com problemas de natureza econômica (oferta e demanda de mercados), de natureza tributária (inadimplência; apropriação indébita) e principalmente de natureza técnica, uma vez que grande parte dos profissionais responsáveis pelos recolhimentos desconhecem ou conhecem pouco da legislação vigente, dado a sua própria abrangência e mutação constante.

Soma-se a isso as controvérsias judiciais em face da contribuição previdenciária rural, que embora não tenha relação com as contribuições devidas ao SENAR, causam confusão no contribuinte por estarem vinculadas à mesma operação e serem recolhidas na mesma guia,. Os reflexos de todos esses fatores é a perda de receitas. Logo, torna-se de vital importância ações no sentido de orientação junto aos contribuintes do meio rural e profissionais que lidam com a operacionalização das referidas contribuições, proporcionando assim um maior esclarecimento deste público quanto as suas obrigações legais.

Fórmula Utilizada: Valor Bruto da Produção do estado da unidade \* 0,2%

ANO 2011:

Total Lavoura + Pecuária: R\$ 14.031.773.188,21\* 0,2% --- R\$: 28.063.546,38

Valor arrecadado -----R\$: 13.403.977,16

Relação Potencial de Arrecadação x Arrecadação ----- 47,76%

ANO 2012:

Total Lavoura + Pecuária: R\$ 20.405.002.094,43\* 0,2%---- R\$: 40.810.004,19

Valor arrecadado:----- R\$: 16.618.704,26

Relação Potencial de Arrecadação x Arrecadação ----- 40,72%

ANO 2013:

Total Lavoura + Pecuária: R\$: 21.556.645.190,73\*0,2%--- R\$: 43.113.290,38

Valor arrecadado -----R\$: 20.717.882,29

Relação Potencial de Arrecadação x Arrecadação -----48,05%

ANO 2014:

Total Lavoura + Pecuária: R\$: 21.766.177.764,00\*0,2%---- R\$: 43.532.355,53

Valor arrecadado-----R\$: 23.703.648,00

Relação Potencial de Arrecadação x Arrecadação -----54,45%

ANO 2015:

Total Lavoura + Pecuária<sup>4</sup> R\$ 21.540.000,00\*0,2%----- R\$ 43.080.000,00

#### 2.5.2.4.Relação captação arrecadação;

ANO 2011: Total de captação de recursos de terceiros em relação à arrecadação institucional da organização = R\$ 0,00.

Em 2011 o SENAR-AR/MS não desenvolveu projetos para captação de recursos de terceiros, sendo que 100% dos recursos recebidos pela instituição foram provenientes de arrecadação, o que totalizou naquele exercício R\$13,4 milhões arrecadados.

ANO 2012: Total de captação de recursos de terceiros em relação a arrecadação institucional da organização = R\$ 349.440,00 (trezentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e quarenta reais).

O ano de 2012 foi marcado pelo início do desenvolvimento do programa Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego que gerou a captação de recursos no valor de R\$349.440,00 (trezentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e quarenta reais). Este volume captado contribuiu para a execução de cursos de qualificação profissional, abrangendo as modalidades das bolsas-formação do Programa.

Este recurso representou 2,06% da captação de recursos de terceiros em relação à arrecadação institucional da organização.

Fora isto, o SENAR-AR/MS naquele exercício arrecadou mais R\$ 16.618.704,26 (dezesseis milhões seiscentos e dezoito mil setecentos e quatro reais e vinte e seis centavos). Somado a captação de recursos de terceiros, o valor total arrecado pela instituição foi de R\$16.968.144,26 (dezesseis milhões novecentos e sessenta e oito mil cento e quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos).

ANO 2013: Total de captação de recursos de terceiros em relação a arrecadação institucional da organização = R\$2.132.580 (dois milhões cento e trinta e dois mil e quinhentos e oitenta reais).

No exercício financeiro de 2013, a captação de recursos não oriundos à arrecadação do SENAR-AR/MS correspondeu a 9,33% em relação à totalidade de arrecadação. Estes números revelaram um expressivo crescimento no potencial de arrecadação devido ao desempenho da UJ no desenvolvimento da qualificação profissional, em virtude do cumprimento das metas.

Fora isto, o SENAR-AR/MS naquele exercício arrecadou mais R\$ 20.717.882,00 (vinte milhões setecentos e dezessete mil e oitocentos e oitenta e dois reais). Somado a captação de recursos de terceiros, o valor total arrecado pela instituição foi de R\$ 22.850.462 (vinte e dois milhões oitocentos e cinquenta mil e quatrocentos e sessenta e dois reais).

ANO 2014: Total de captação de recursos de terceiros em relação a arrecadação institucional da organização = R\$ 3.442.015,80 (três milhões quatrocentos e quarenta e dois mil e quinze reais e oitenta centavos).

---

<sup>4</sup> Projeção do valor bruto da produção agropecuária para 2015, realizada pelo Departamento de Economia da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul-FAMASUL. Para exercícios anteriores, observaram-se dados provenientes da Administração Central do SENAR.



O exercício de 2014 foi marcado pelo desenvolvimento de novos projetos além do Pronatec, como o Despertar Rural, APL Piscicultura e Mais Inovação celebrados com SEBRAE/MS, parceiro regional nas ações de capacitação no agronegócio.

O montante arrecadado dos programas foi de R\$ 3.442.015,80 (três milhões quatrocentos e quarenta e dois mil e quinze reais e oitenta centavos), que correspondeu a 12,68% em relação à arrecadação do SENAR-AR/MS naquele exercício.

Fora isto, o SENAR-AR/MS em 2014 arrecadou mais 23.703.648,00 (vinte e três milhões setecentos e três mil e seiscentos e quarenta e oito mil reais). Somado a captação de recursos de terceiros, o valor total arrecado pela instituição foi de R\$ 27.145.663,80 (vinte e sete milhões cento e quarenta e cinco mil seiscentos e sessenta e três reais e oitenta centavos).

Fórmula Utilizada: Valor total captado ÷ (Valor total captado + Valor Arrecadação) \* 100

ANO 2011:

$$0,00 / (0,00 + 13.403.977,16) * 100$$

Percentual de representatividade em relação à arrecadação do SENAR-AR/MS = 0,00%

ANO 2012:

$$R\$ 349.440,00 / (R\$ 349.440,00 + R\$ 16.618.704,26) * 100$$

Percentual de representatividade em relação à arrecadação do SENAR-AR/MS = 2,06%

ANO 2013:

$$R\$ 2.132.580,00 / (R\$ 2.132.580,00 + R\$ 20.717.882,29) * 100$$

Percentual de representatividade em relação à arrecadação do SENAR-AR/MS = 9,33%

ANO 2014:

$$R\$ 3.442.015,80 / (R\$ 3.442.015,80 + R\$ 23.703.648,00) * 100$$

Percentual de representatividade em relação à arrecadação do SENAR-AR/MS = 12,68%

### **3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

#### **3.1. Informações sobre a estrutura de governança da entidade.**

A Administração Regional do SENAR no Mato Grosso do Sul (SENAR-AR/MS) conta com estrutura de governança prevista no seu Regimento Interno, composta por um Conselho Administrativo, um Conselho Fiscal e uma Superintendência<sup>5</sup>.

O Conselho Administrativo possui mandato de três anos e tem a seguinte composição:

- a) o Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), na sua Presidência;
- b) o Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI);
- c) um representante do SENAR - Administração Central (SENAR-AC);
- d) dois representantes dos produtores rurais;

Ao Conselho Administrativo compete à função de fixar políticas de atuação institucional, bem como cumprir as diretrizes emanadas do Conselho Deliberativo e de superior deliberação e normatização, para consecução dos objetivos do SENAR - Administração Regional de Mato Grosso do Sul, notadamente no que se refere a planejamento, estabelecimento das diretrizes, organização, coordenação, controle e avaliação das atividades, além de outras previstas no artigo 18 do Regimento Interno. Os membros reúnem-se a cada quatro meses e ao final do ano para deliberações e acompanhamento da atuação institucional, sobretudo no tocante aos desembolsos financeiros, evolução da arrecadação, programas e projetos em andamento e metas.

O Conselho Fiscal, por sua vez, é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pela FAMASUL, pela FETAGRI e pelo SENAR-AC, para o mandato de três anos, coincidente com o mandato do Conselho Administrativo, e pode ser assessorado por auditoria externa de reconhecida idoneidade e experiência. As reuniões ocorrem em datas anteriores às do Conselho Administrativo, porém respeitam a mesma periodicidade. O presidente é eleito para cada exercício e escolhido entre seus membros na primeira reunião do ano.

Ao Conselho Fiscal Regional compete:

- a) controlar a execução financeira e orçamentária, observando o contido no Relatório de Atividades e pareceres da auditoria independente;
- b) examinar e emitir pareceres sobre as propostas de orçamentos anuais e plurianuais, o balanço geral e demais demonstrações financeiras;
- c) contratar perícias e auditores sempre que esses serviços forem considerados indispensáveis ao bom desempenho de suas funções;
- d) elaborar ou reformular o seu Regimento Interno, respeitados os princípios preestabelecidos, bem como as Normas de Funcionamento do Conselho Fiscal do SENAR-AC.

No tocante à Superintendência, assim entendida como o órgão de execução da administração do SENAR-AR/MS, dirigida por um Superintendente escolhido e nomeado pelo Presidente do Conselho Administrativo, sua estrutura compreende:

- a) Gestão de Educação Profissional;
- b) Gestão Administrativa e Financeira;
- c) Gestão Técnica.

---

<sup>5</sup> Esta estrutura está contemplada no artigo 5º, II do Regimento Interno do SENAR-Administração Central e respeita as premissas do Decreto nº 566 de 1992.

As gestões/unidades possuem a incumbência de coordenar, executar, avaliar e controlar as atividades do SENAR-AR/MS nas suas respectivas áreas, assim como executar atribuições que lhe forem conferidas pelo Superintendente.

A relação dos membros do Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e o titular da Superintendência encontra-se transcrita no subitem 3.5.

Aliado a isso, a regional também conta com suporte jurídico e de auditoria, que são realizados por intermédio de empresas contratadas externamente. No primeiro caso, cuida-se de eventuais demandas judiciais e de análises de documentos. No segundo, trata-se dos assuntos relacionados à auditoria na contabilidade, que também é realizada pela Administração Central do SENAR (SENAR-AC).

No decorrer de 2014 a Entidade passou a contar com Assessoria de Controle Interno, em atendimento a previsão do artigo 26, “d” do Regimento Interno do Conselho Administrativo. Sua atuação, neste primeiro momento, restringiu-se a ações de natureza preventiva com vistas a contribuir para que a regional do SENAR-MS atuasse em sintonia com suas normas internas, bem como com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico. Para o exercício de 2015, planeja-se a estruturação da Assessoria, com norma interna dispondo acerca das regras gerais de sua atuação, aliada a planejamento anual de ações de controle interno.

### **3.2. Demonstração da atuação da unidade de auditoria interna, incluindo informações sobre a qualidade e suficiência dos controles internos da entidade.**

Consoante mencionado no subitem 3.1, o SENAR-AR/MS não dispõe de unidade de auditoria interna, cuja tarefa fica a cargo de empresa contratada para este *mister*, na qualidade de auditoria independente. A escolha da empresa leva em conta a idoneidade, a especialização, a experiência e a competência do prestador de serviço. As auditorias são realizadas anualmente ou a cada quadrimestre com o objetivo de assegurar se as demonstrações financeiras elaboradas internamente refletem de forma fidedigna a posição patrimonial e financeira da organização, bem como se as respectivas informações são divulgadas de forma completa. O diagnóstico da auditoria independente também fornece subsídios para o controle realizado pelos conselhos fiscal e administrativo em relação ao desempenho da administração.

Aliado a isso, a regional conta ainda com auditoria realizada por sua Administração Central, que quadrimestralmente monitora as contas do SENAR-AR/MS e as submete ao Conselho Deliberativo nacional, o qual pode acata-las sem ressalvas ou encaminhar recomendações à regional.

O material produzido pela auditoria é colocado para apreciação da alta gestão e discutido nas reuniões dos Conselhos Administrativo e Fiscal. Eventuais recomendações pontuadas em parecer ou advindas do SENAR-AC são tratadas pelas gestões competentes e acompanhadas pela Superintendência e pelo próprio Conselho de forma quadrimestral, a fim de que sejam implementadas melhorias nas respectivas atividades e/ou processos.

Os órgãos de gestão interna também possuem competência para avaliação e gestão dos riscos inerentes às atividades da instituição, sejam eles no âmbito administrativo ou jurídico, este respaldado por assessoria externa, que dentre as suas atribuições podemos destacar a consultoria jurídica, emissão de pareceres acerca de licitações, contratos, termos de cooperação e outros temas afetos ao direito, bem como o acompanhamento e patrocínio em processos judiciais, entre outros.

Neste sentido, cada gestão é responsável pelas práticas, métodos ou padrões de controle interno nas suas áreas de atuação dentro da Entidade, observado sempre o apoio das assessorias supracitadas.

### **3.3. Demonstração da execução das atividades de correição no âmbito da unidade jurisdicionada.**

A Entidade não possui órgão de correição no âmbito da sua administração, valendo ressaltar que na estrutura do SENAR não há previsão jurídica ou administrativa para tanto, conforme se verifica pelo teor do Decreto nº 566/1992 (Regulamento do SENAR) ou do Regimento Interno desta regional.

Não obstante, cumpre registrar que a competência para investigação de ilícitos administrativos, bem como a aplicação de penalidades disciplinares, é atribuída ao Conselho Administrativo, Superintendência ou gestores da regional. Eventual ocorrência neste sentido pode ser averiguada por meio de inquérito e as medidas corretivas podem ser tomadas com observância aos ditames legais, sobretudo o direito ao contraditório e ampla defesa. Ressalta-se que em 2014 a UJ não identificou qualquer ocorrência neste sentido.

### **3.4. Avaliação, pelos próprios dirigentes da unidade jurisdicionada, da qualidade e suficiência dos controles internos administrativos**

Entende-se por controles internos<sup>6</sup> todas as políticas adotadas pelas empresas com o intuito de mitigar riscos e melhorar processos, assegurando que as várias fases do processo decisório e do fluxo de informações se revistam da necessária confiabilidade.

O Tribunal de Contas da União-TCU, em sua Instrução Normativa nº 63/2010, também conceitua controles internos no mesmo sentido, considerando-os como um “conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizados com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para as unidades jurisdicionadas sejam alcançados”.

Neste sentido, no âmbito do SENAR-AR/MS os controles internos podem ser caracterizados pelo conjunto de normas internas e procedimentos que foram criados ao longo do tempo justamente para contribuir com o que o TCU nominou de conformidade dos atos de gestão. Dentre estas normativas podemos destacar:

- i) a Lei nº 8.315/1991, que dispõe sobre a criação e estrutura do SENAR, nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- ii) o Decreto 566/1992 (alterado pelo Decreto 790/1993), que regulamenta a atuação da instituição, descrevendo a denominação, forma de atuação, origem dos recursos, regime jurídico do pessoal e vínculo com a União;
- iii) o Regimento Interno, que trata dos objetivos da organização, do sistema de subordinação, da sistemática de atuação da entidade e dos conselhos administrativo e fiscal, bem como das atribuições dos dirigentes, da utilização dos recursos, entre outros;
- iv) o Manual de Normas e Procedimentos Administrativos, que apresenta um compêndio de leis, instruções normativas e resoluções do SENAR com objetivo de tratar dos modelos técnicos e administrativos a serem seguidos pela organização. Nele estão contemplados, entre outros, o Regulamento de Licitações e Contratos, o Regulamentos para Celebração de Termos de Cooperação e normas para tratamento de patrimônio;

---

<sup>6</sup> CORBARI, Ely Célia; MACEDO, Joel de Jesus. *Controle interno e externo na administração pública*. Curitiba: Ibpex, 2011.

- v) a Política de Tecnologia da Informação-TI, que retrata a Política de utilização aceitável dos equipamentos de informática e telefonia do SENAR-AR/MS;
- vi) o Manual do Sistema de Gestão de Pessoas, que dispõe sobre as políticas, diretrizes e procedimentos pertinentes à administração de pessoal no âmbito da UJ;

Ainda no contexto de instrumentos de controle empregados pela UJ, destacam-se também os atos de gestão (Portarias; Resoluções; Instruções de Serviço) e o Mapeamento de Processos realizado pela Entidade, que servem de guia para as atividades diárias dos colaboradores. Os atos administrativos têm por objetivo estabelecer regras e obrigações da Entidade, além de modificar, extinguir ou criar normas internas que refletem no dia-dia. O Mapa de Processos, por sua vez, tem o condão de descrever os objetivos operacionais e as competências de cada unidade, além do detalhamento, das atribuições e do encadeamento das tarefas sob a responsabilidade de cada colaborador, assim como a interface com os demais setores da organização, favorecendo a eficácia e a eficiência das operações.

Somados, os documentos em questão refletem os controles e descrevem a forma de agir da organização, passando transparência na condução das suas atividades a todos as partes envolvidas (força de trabalho, clientes, sociedade, dirigentes e controle externo), estando acessíveis a todos os funcionários da organização por meio de rede interna (*intranet*) e também ao restante da sociedade<sup>7</sup> por meio da página do SENAR-AR/MS junto à *internet* ([www.senarms.org.br](http://www.senarms.org.br)), de forma a conferir eficácia na comunicação e na publicidade dos atos.

Cabe salientar que os instrumentos normativos que são elaborados com base na legislação sofrem atualizações quando a lei é alterada e os demais na medida em que haja necessidade de adequação ou de melhorias nos processos. A fiscalização acerca da utilização das normas fica a cargo das gestões de cada área.

A avaliação dos riscos potenciais do negócio é realizada pelos dirigentes e gestores mediante análise de ambiente por ocasião de reuniões e, quando necessário, são estabelecidos planos de ação baseados nas estratégias organizacionais. As decisões são subsidiadas por pareceres, orientações jurídicas ou análises das auditorias.

Ante o exposto, pode-se inferir pela efetividade e pela qualidade dos seus controles, os quais contribuem para o bom andamento da gestão.

O Quadro a seguir apresenta a percepção da Superintendência acerca da qualidade e funcionamento dos controles internos administrativos utilizados pelo SENAR-AR/MS. O questionário foi preenchido em reunião realizada com a Diretoria Administrativo-financeira da organização onde cada ponto restou devidamente discutido.

QUADRO 3.4.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	

<sup>7</sup> Alguns documentos só estão disponíveis ao pessoal interno, dado às suas características, a exemplo do Manual de Gestão de Pessoas, Manual de Normas e Procedimentos Administrativos, Mapeamento de Processos, entre outros.

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
<b>Ambiente de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					x
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

Fonte: Superintendência e Diretoria Administrativo-financeira.

### 3.5. Relação dos principais dirigentes e membros de conselhos, indicando o período de gestão, a função, o segmento, o órgão ou a entidade que representa.

QUADRO 3.5.1 - RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS DIRIGENTES E MEMBROS DE CONSELHOS

CONSELHO ADMINISTRATIVO		Gestão	Entidade	Função
Presidente	Eduardo Correa Riedel	2012-2015	Famasul	Presidente
Titulares	José Pereira da Silva	2012-2015	Sindicato Patronal Rural de Jatei	Representante dos Produtores
	Luciano Muzzi Mendes	2012-2015	Sindicato Patronal Rural de Maracaju	Representante dos Produtores
	Daniel Kluppel Carrara	2012-2015	Senar- Administração Central	Representante do SENAR-AC
	Valdinir Nobre de Oliveira	2014-2015	Fetagri	Representante da Fetagri
Suplentes	Ademar Silva Júnior	2012-2015	Famasul	Representante dos Produtores
	Edgar Yamato	2012-2015	Sindicato Patronal R. de Glória de Ddos.	Representante dos Produtores
	Ivan Roberto Carrato Junior	2012-2015	Sindicato Rural Patronal de Três Lagoas	Representante dos Produtores
	Marisvaldo Zeuli	2012-2015	Sindicato Rural Patronal de Dourados	Representante dos Produtores
	Divina Rosa Da Cruz	2013-2015	Fetagri	Representante da Fetagri
CONSELHO FISCAL		Gestão	Entidade	Função
Titulares	Ronei da Silva Fuchs	2012-2015	Sindicato Patronal Rural de Ponta Porã	Representante dos Produtores
	João Batista Da Silva	2012-2015	Senar/AC	Representante do Senar-AC
	Alaíde Ferreria Teles	2012-2015	Fetagri	Representante da Fetagri
Suplentes	Bedson Bezerra de Oliveira	2012-2015	Sindicato Patronal Rural de Anastácio	Representante dos Produtores
	Agostinho Pereira Ribeiro	2012-2015	Sindicato Patronal Rural de Caarapó	Representante dos Produtores
	Ramiro Moyses Neto	2012-2015	Fetagri	Representante da Fetagri
SUPERINTENDÊNCIA		Gestão	Entidade	Função
	Rogério Thomitão Beretta	2013-2015	Senar-MS	Superintendente

Fonte: SENAR-AR/MS (Unidade Administrativo-financeira)

### 3.6. Remuneração paga aos administradores

A remuneração dos membros do Conselho Administrativo e Fiscal são fixadas por meio de Resoluções e a do Superintendente mediante Portarias, consoante estabelecido no Regimento Interno da Entidade. Os membros dos conselhos não recebem remunerações variáveis, cabendo-lhes apenas Jetons pelo comparecimento junto a sessões ordinárias/extraordinárias e verbas indenizatórias a título de Diárias. Ao Presidente, cabem ainda subsídios mensais e verbas de representação, esta última não utilizada em 2014. O valor do subsídio destinado ao Presidente em 31/12/2014 importou na quantia de R\$ 19.468,10 (dezenove mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e dez centavos). Não há vínculo empregatício entre Conselheiros e a Administração Regional.

A competência para a fixação dos valores dos Jetons e Diárias dos seus membros e as do Conselho Fiscal Regional é atribuída ao Conselho Administrativo e está prevista no artigo 18, alíneas “k” e “n” do Regimento Interno, enquanto as autorizações para a fixação dos valores dos subsídios e verbas de representação da Presidência são concedidas pela alínea “l” do mesmo

dispositivo. Já a atribuição do limite máximo da remuneração do Superintendente também é conferida ao Conselho Administrativo pela alínea “m” do artigo 18 e sua fixação está contida no artigo 33, “g” do mesmo instrumento normativo.

Convém salientar que o SENAR-AR/MS não remunera os membros dos referidos conselhos com base em indicadores de desempenho. Aliado a isso, não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos, bem como não existem quaisquer remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários. Por fim, ressalta-se que não existem planos de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do Conselho de Administração baseados em ações.

No Quadro 3.6.1, em anexo, retratam-se os valores mensais pagos a título de Diárias e Jetons a cada membro (titular e suplente) do Conselho de Administração e Conselho Fiscal no exercício de referência do relatório de gestão, além da indicação do período de exercício do cargo.

O Quadro 3.6.2, por sua vez, demonstra a seguir os valores totais pagos nos últimos três exercícios aos membros dos respectivos conselhos, incluindo a verba de subsídio da Presidência, valendo ressaltar que os conselheiros não recebem remunerações, limitando-se a jetons e diárias.

QUADRO 3.6.2 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho Administrativo e Fiscal			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
<b>Número de membros:</b>	10	10	-
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	<b>270.079,61</b>	<b>270.552,00</b>	<b>244.517,90</b>
a) salário ou pró-labore	-	-	-
b) benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) remuneração por participação em comitês	41.729,16	40.400,00	33.120,00
d) outros (subsídio Presidência)	228.350,45	230.152,00	211.397,90
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	-	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>	<b>270.079,61</b>	<b>270.552,00</b>	<b>244.517,90</b>
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>	-	-	-
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	-	-	-
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>	-	-	-

Fonte: SENAR-AR/MS (Contabilidade; Financeiro)

As remunerações pagas no âmbito do SENAR-AR/MS respeitam a distribuição prevista no Quadro a seguir:

QUADRO 3.6.3 – REMUNERAÇÃO PRATICADA EM 2014.

CARGO	CLASSES	SALÁRIO (R\$)
Superintendente	C1 a C3	de 12.191,00 a 18.444,00
Diretor Administrativo-financeiro	C1 a C3	de 12.191,00 a 18.444,00
Gestor/Coordenador	C1 a C3	de 10.141,00 a 11.611,00
Consultor	C1 a 10	de 5.819,00 a 9.659,00
Analista	C1 a 10	de 2.624,00 a 6.155,00
Assistente	C1 a 10	de 1.406,00 a 2.886,00
Auxiliar	C1 a C5	de 810,00 a 1.187,00

Fonte: SENAR-AR/MS



## 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 4.1 Demonstração da Receita, discriminando por natureza, previsão e arrecadação efetiva.

QUADRO 4.1.1 – DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA

Natureza da Receita	Orçada	Realizada	% Realização
<b>Receitas Correntes</b>	<b>32.446.243,00</b>	<b>30.096.828,49</b>	<b>92,76%</b>
<b>Receitas de Contribuições</b>	<b>24.517.650,00</b>	<b>23.703.647,58</b>	<b>96,68%</b>
Contribuição para o SENAR	24.517.600,00	23.703.647,58	96,68%
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>2.417.444,00</b>	<b>2.707.159,95</b>	<b>111,98%</b>
<b>Receitas de Valores Mobiliários</b>	<b>2.417.444,00</b>	<b>2.707.159,95</b>	<b>111,98%</b>
Juros e Títulos de Renda	2.417.444,00	2.707.159,95	111,98%
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	<b>14.505,74</b>	<b>100%</b>
<b>Receitas Diversas</b>	-	<b>14.505,74</b>	<b>100%</b>
Outras Receitas Eventuais	-	14.505,74	100%
Outras Receitas	203.548,00	203.548,00	100%

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

A diferença entre o valor proposto e o valor reformulado do orçamento pode ser explicada por duas simples razões, a saber: (i) pelo cenário do agronegócio na ocasião da formulação orçamentária; (ii) pela origem e natureza das receitas do SENAR. Consoante mencionado anteriormente, a maior parte da receita operacional da UJ advém de contribuições que recaem sobre a atividade rural, mais especificamente sobre o valor bruto da comercialização da produção e sobre a folha de salários. Diante disso, pequenas variações entre o orçado e o realizado podem ser consideradas normais como aparece no quadro acima onde o realizado variou apenas 3,32% para menos.

Em relação ao item “Receitas de valores Mobiliários”, a diferença constatada de 11,98% a maior, reflete uma variação positiva nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

### 4.2 Demonstração e análise na execução orçamentária e financeira.

a) Comparação entre os dois últimos exercícios;

Origem	Despesas Correntes		Despesas de capital		Reserva de Contingência	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Despesas realizadas	20.846.727,14	20.148.219,13	3.317.026,08	439.148,53	-	-

Fonte: Unidade Administrativo-financeira (contabilidade)

No comparativo entre as despesas realizadas no exercício financeiro de 2013 com o de 2014, observa-se um pequeno aumento nas despesas correntes, resultando em um crescimento de 3% índice este que esta muito abaixo dos índices de inflação do período (IPCA - 6,40%).

Com relação às despesas de capital, verifica-se que no exercício financeiro de 2013, o SENAR-AR/MS efetuou investimentos na ordem de R\$ 439.148,53. Já em 2014, houve um expressivo aumento das despesas, totalizando a quantia de R\$ 3.317.026,08.

Justifica-se o aumento das despesas descritas no quadro acima, principalmente pela aquisição de um imóvel com objetivo de ampliar as instalações deste regional, possibilitando melhor condições de operacionalização de suas atividades. O novo imóvel abriga o almoxarifado e conta com salas para realização de treinamentos e reuniões de trabalho.

Conclui-se, portanto, pelos números acima, que a UJ praticou uma gestão eficiente nas realizadas em 2014, atingindo seus principais objetivos quais sejam, melhorias na educação

profissional (FPR) e promoção social (PS) das pessoas do meio rural, contribuindo para maior qualidade de vida para o desenvolvimento sustentável do país.

b) Programação orçamentária das despesas correntes, de capital e da reserva de contingência, ou classificações equivalentes;

QUADRO 4.2.1 – DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA

Origem	Despesas Correntes		Despesas de capital		Reserva de Contingência	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Dotação Orçamentária	25.519.938,00	22.072.000,00	7.154.853,00	469.000,00	-	-

Fonte: Unidade Administrativo-financeira (contabilidade)

No comparativo entre o orçamento reformulado de 2013 e o orçamento reformulado de 2014 (Quadro 4.2.1), observa-se um aumento decorrente da previsão de despesas correntes nas ações com código 0101 (Qualificação Profissional do Trabalhador), que espelha os valores a título de FPR.

Em relação ao orçamento proposto para Despesas de Capital, o crescimento é explicado pelo fato de que a regional já tinha planejamento para aquisição do imóvel citado anteriormente.

c) Execução das despesas por modalidade de licitação, por natureza e elementos de despesa;

QUADRO 4.2.2 – EXECUÇÃO DA DESPESA POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Paga	
	2014	2013
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>2.563.339,44</b>	<b>1.312.400,00</b>
a) Convite	2.026.568,36	972.200,00
b) Tomada de Preços	-	-
c) Concorrência	-	-
d) Pregão	536.771,08	340.200,00
e) Concurso	-	-
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>2.122.382,97</b>	<b>1.355.856,43</b>
f) Dispensa	1.693.262,97	1.292.248,79
g) Inexigibilidade	429.120,00	63.607,64
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>4.771.060,08</b>	<b>3.195.880,50</b>
h) Suprimento de Fundos	430,81	103.794,28
<b>Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>4.770.629,27</b>	<b>3.092.086,22</b>
i) Pagamento em Folha	4.770.629,27	3.075.246,22
j) Diárias	0,00	16.840,00
<b>4. OUTROS</b>	<b>1.902.646,21</b>	<b>1.327.073,40</b>
Patrocínio	91.500,00	-
Termo de Cooperação técnico e financeira	1.811.146,21	1.327.073,40
<b>Total (1+2+3+4)</b>	<b>11.359.428,70</b>	<b>7.191.210,33</b>

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

QUADRO 4.2.3 - DESPESAS CORRENTES

Natureza e Elementos de Despesa	Valores Pagos	
	2014	2013
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>5.237.396,43</b>	<b>3.410.740,67</b>
01 – Vencimentos e Vantagens Fixas	3.199.887,48	2.066.298,27
02 – Obrigações Patronais	1.536.558,10	872.714,71
03 – Outras Vantagens Variáveis	34.183,69	136.233,24
04 – Demais Elementos do Grupo	466.767,16	335.494,45
<b>2 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>15.609.330,71</b>	<b>9.239.120,89</b>
01 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	12.650.593,33	7.790.888,40
02 – Passagens e Despesas c/Locomoção	139.853,38	93.800,38
03 – Serviços de Consultoria	224.615,90	81.053,00
04 – Demais Elementos do Grupo	2.594.268,10	1.273.379,11

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

QUADRO 4.2.4 - DESPESAS DE CAPITAL

Natureza e Elementos de Despesa	Valores Pagos	
	2014	2013
<b>3 - Investimento</b>		
01 – Equipamentos e Material Permanente	3.317026,08	439.148,53

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

d) Demonstração e análise de indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário e financeiro, caso tenham sido instituídos pela entidade.

No exercício de 2014 não havia indicadores sistêmicos e formais implantados para avaliação das Despesas de Capital. Esta análise é feita com base principalmente em informações qualitativas da Gestão. Este significativo aumento de 655% nos valores de 2013 para 2014 deveu-se a aquisição de bem imóvel que será destinado a novas salas de treinamento para a UJ. Este bem encontra-se devidamente quitado e projeta-se a reforma do mesmo para o exercício de 2015.

**4.3 Informações sobre os dez maiores contratos firmados e os dez maiores favorecidos com despesas liquidadas no exercício, detalhados por modalidade de licitação, por natureza e por elementos de despesa, abrangendo o nome/razão social, CPF/CNPJ e valor total.**

QUADRO 4.3.1.1 – DEZ MAIORES CONTRATOS FIRMADOS NO EXERCÍCIO

Contratos Firmados	Razão Social	CNPJ	Modalidade de Licitação	Por natureza	Elemento de Despesa	Valor Total (R\$)
1	Jb Turismo Ltda - Me	14.499.726/0001-98	Convite	Serviços	Agência de viagens	395.000,00
2	Terezinha Zandavalli	08.805.720/0001-36	Convite	Serviços	Lanches e refeições	390.000,00
3	Projeto Sorria	02.145.602/0001-62	Pregão	Serviços	Procedimentos ambulatoriais odontológicos	380.700,00
4	Exagro – Excelência Em Agronegócios Ltda	05.566.967/0001-59	Inexibilidade	Serviços	Consultoria	310.000,00
5	H2I Equipamentos E Sistemas Ltda	73.505.349/0002-30	Convite	Serviços	Outsourcing de impressão e cópias	212.724,00
6	Purin Alimentos Ltda-Me	02.626.271/0001-82	Convite	Serviços	Refeições aos colaboradores	205.046,70
7	Passareli Silva Advocacia S.S	07.712.353/0001-63	Convite	Serviços	Assessoria ou consultoria jurídica	157.200,00
8	Art Vídeo Ltda	01.664.764/0001-44	Convite	Serviços	Materiais de expediente	130.386,99
9	Grafica Pontual	14.499.726/0001-98	Convite	Serviços	Serviços gráficos	126.185,00
10	Localiza Rent a Car	16.670.085/0001-55	Convite	Serviços	Locação de veículos	126.000,00

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

QUADRO 4.3.1.2 – DEZ MAIORES CONTRATOS COM DESPESAS LIQUIDADAS NO EXERCÍCIO

Contratos	Razão Social	CNPJ	Modalidade de Licitação	Por natureza	Elemento de Despesa	Valor Total (R\$)
1	Carlos Wiliam Tsuha-Epp	04.253.881/0001-03	Dispensa	Produtos	Plataforma de acessibilidade	40.200,00
2	Bmz Comércio de Artigos para Escritório Eireli	18.377.060/0001-93	Convite	Produtos	Equipamentos de informática	30.696,00
3	Art Vídeo Ltda	01.664.764/0001-44	Convite	Produtos	Equipamentos de informática	17.155,70
4	Prosert – Trein. Em Desenv. Prof. e Gerenc. em Segurança do Trabalho Ltda	20.229.960/0001-35	Dispensa	Serviços	Capacitação técnica	14.290,00
5	Roziel Ozório	5.697.800/0001-80	Dispensa	Serviços	Capacitação técnica	10.600,00
6	Ziliotto, Ind. com. e Rep. Ltda	15.491.434/0001-09	Convite	Produtos	Equipamentos de informática	5.919,00
7	Cooperativa de Trabalho dos Profissionais Liberais do Brasil Ltda – Cooplib	02.929.157/0001-21	Dispensa	Serviços	Capacitação técnica	5.120,00
8	Fundação Universitária de Toledo - Funiversitária	80.785.925/0001-15	Dispensa	Serviços	Capacitação técnica	5.000,00
9	W.a. Equipamentos e Serviços Ltda – me	01.773.924/0001-93	Convite	Produtos	Equipamentos de informática	3.280,00
10	-	-	-	-	-	-

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

#### 4.4 Relação das 10 (dez) empresas com maiores valores contratados pela entidade para execução de obras de engenharia, bem como os critérios para a escolha desses favorecidos.

Não houve contratações para este fim.

#### 4.5 Informações sobre as transferências concedidas na modalidade de termo de cooperação e/ou outro instrumento de repasse.

Os valores pertinentes às transferências feitas pela UJ, vigentes no exercício de referência do relatório de gestão, estão contemplados no Quadro 4.5.1 do Anexo, onde constam dados acerca dos Termos de Cooperação firmados entre o SENAR-AR/MS e outras entidades que contribuem para o cumprimento da missão organizacional.

A maioria destes recursos refere-se a apoio financeiro destinado a aliados estratégicos que cooperam para que a missão do SENAR-AR/MS se concretize, sobretudo onde a UJ não dispõe de estrutura física para atuar, a exemplo das ações no interior do Estado.

Neste sentido, por meio de Termo de Cooperação Técnica e Financeira, as instituições ficam incumbidas de mobilizar as turmas, organizar os locais de curso e fornecer suporte ao instrutor do SENAR. A UJ, por sua vez, repassa aos Sindicatos (e outras parceiros), como forma de ressarcimento de despesas, para cada curso/programa de FPR ou P.S realizado em parceria, um valor fixo a título de verba de mobilização e outro variável para cobertura de despesas com alimentação dos participantes, observados as regras estabelecidas no referido instrumento.

Essa sistemática permite que a atuação do SENAR alcance a totalidade dos municípios sul-mato-grossenses, sem a qual todos os resultados restariam comprometidos ou onerados sobremaneira.

## 5. GESTÃO DE PESSOAS. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

Neste capítulo constarão informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos no âmbito do SENAR-AR/MS, observados os requisitos solicitados na Portaria nº 175/2013 do TCU e os quadros do Anexo A, compatíveis com a realidade da instituição, de forma a possibilitar aos órgãos de controle a análise da gestão do quadro de pessoal.

Com efeito, no subitem 5.1.1 serão demonstrados dados acerca da força de trabalho disponível na UJ, sua qualificação e custos a ela associados. O subitem 5.2, por seu turno, apresentará dados pertinentes à terceirização da força de trabalho e sobre o quadro de estagiários.

Convém destacar a inexistência de funções gratificadas ou cargos sob a forma de acumulação durante o exercício de 2013 no SENAR-AR/MS, bem como a inexistência de mão-de-obra terceirizada na Entidade. Por fim, observa-se que as políticas, diretrizes e procedimentos de gestão de pessoal da Entidade estão devidamente disciplinadas em normativa intitulada Manual de Gestão de Pessoas.

### 5.1 Estrutura de pessoal da entidade, contemplando as seguintes perspectivas:

- a) Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela;

QUADRO 5.1.1 - FORÇA DE TRABALHO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação	Ingressos no exercício	Egressos no exercício
1. Empregados em cargos efetivos	55	32	8
2. Empregados com Contratos Temporários	-	-	-
<b>3. Total de Empregados (1+2)</b>	<b>55</b>	<b>32</b>	<b>8</b>

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

QUADRO 5.1.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA ENTIDADE.

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de empregados na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos	-
2. Afastamentos	-
3. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
<b>4. Total de empregados afastados em 31 de dezembro (1+2+3)</b>	<b>0</b>

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

- b) Qualificação da força de trabalho conforme a estrutura de cargos, idade e escolaridade;

QUADRO 5.1.3 – QUANTIDADE DE EMPREGADOS DA ENTIDADE FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1. Cargos de Gestão (1.1 + 1.2)</b>	-	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	-
1.1. Superintendente	-	-	-	1	-
1.2. Gestores / Coordenadores	-	1	1	1	-
<b>2. Cargos de Assessoria</b>	-	-	-	-	-
<b>3. Cargos Técnicos (3.1 + 3.2)</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	-
3.1. Consultores	2	7	3	4	-
3.2. Analistas	11	4	5	2	-
<b>4. Cargos Operacionais (4.1 + 4.2)</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	-	<b>1</b>
4.1. Assistentes	5	3	4	-	1
<b>TOTAIS</b>	<b>18</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>1</b>

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

QUADRO 5.1.4 - QUANTIDADE DE EMPREGADOS DA UNIDADE. POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO EM 31/12.

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Cargos de Gestão (1.1 + 1.2)</b>	-	-	-	-	-	1	3	-	-
1.1. Superintendente	-	-	-	-	-	-	1	-	-
1.2. Gestores / Coordenadores	-	-	-	-	-	1	2	-	-
<b>2. Cargos de Assessoria</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Cargos Técnicos (3.1 + 3.2)</b>	-	-	-	-	1	21	7	7	2
3.1. Consultores	-	-	-	-	-	4	4	6	2
3.2. Analistas	-	-	-	-	1	17	3	1	-
<b>4. Cargos Operacionais (4.1 + 4.2)</b>	-	-	-	-	6	6	1	-	-
4.1. Assistentes	-	-	-	-	6	6	1	-	-
4.2. Auxiliares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAIS</b>	-	-	-	-	7	28	11	7	2

**LEGENDA: Nível de Escolaridade :**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

c) Custos associados à manutenção dos recursos humanos;

O Quadro 5.1.5, apresenta a demonstração dos custos de pessoal da UJ, discriminados por naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de colaborador e de cargos relativamente ao exercício de referência do relatório de gestão e aos dois imediatamente anteriores, observados os requisitos da Portaria 175/2013 do TCU.

QUADRO 5.1.5 – CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis				Total
		Gratificações	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis	
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo/função gratificada</b>						
Exercícios	2014	3.199.887,48	-	-	-	3.199.887,48
	2013	2.066.298,27	-	-	-	2.066.298,27
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>						
Exercícios	2014	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

d) Composição do quadro de Empregados inativos e pensionistas;

Dado as suas características, o SENAR-AR/MS não possui quadro de servidores inativos e/ou pensionistas. Também não há servidores em situação de afastamento.

e) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

O SENAR-AR/MS ainda não dispõe de indicadores consolidados acerca da área de recursos humanos, embora tenha realizado trabalho voltado para a elaboração de plano de desenvolvimento de carreira e plano de cargos e salários, que contempla normas próprias para avaliação de desempenho e benefícios aos colaboradores da regional.

Em que pese isso, é relevante ressaltar a ausência de acidentes de trabalho verificado na UJ, bem como a inexpressiva taxa de rotatividade de seu pessoal. Ressalta-se também a evolução do número de colaboradores com nível superior e os investimentos realizados em capacitação.

## 5.2 Informações sobre a terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários.

O Quadro a seguir demonstra dados acerca do número de estagiários e os valores a eles destinados pela UJ no exercício de 2014, observada a distribuição por área e por nível de escolaridade.

QUADRO 5.2.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1.Nível superior</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>54.837,78</b>
Área Fim	6	3	2	6	54.837,78
Área Meio	-	-	-	-	-
<b>2.Nível Médio</b>	-	-	-	-	-
Área Fim	-	-	-	-	-
Área Meio	-	-	-	-	-
<b>3.Total (1+2)</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>54.837,78</b>

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

## 6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.

### 6.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros

A frota de veículos do SENAR-AR/MS é composta de 3 (três) veículos, todos voltados ao atendimento das demandas internas da regional, as quais também são supridas, eventualmente, por veículos cedidos pela FAMASUL. O Quadro a seguir demonstra dados acerca da respectiva frota interna, bem como sua utilização e despesas incorridas no decorrer de 2014.

QUADRO 6.1.1 – FROTA VEICULAR E DESPESAS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DE 2014.

Veículos	Fiat Dobló	Chevrolet S-10 Executive	Chevrolet S-10 Rodeio
Placa	NRJ-2099	NRF-6712	NRN-4601
Ano/Modelo	2010/2011	2010/2011	2010/2011
Km Rodados	119.336	175.610	132.310
Valor do Seguro	R\$ 1.717,38	R\$ 2.614,77	R\$ 3.514,12
Despesas com Combustível	R\$8.227,11	9.424,69	R\$ 13.629,60
Despesas com Lavagem	R\$1.193,00	R\$600,00	R\$1.305,00
Despesas com Manutenção	R\$2.091,82	R\$ 4.346,00	R\$ 6.075,08

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

( \* ) Não inclui despesas de abastecimento decorrentes de viagem a trabalho, as quais são lançadas como reembolsos.

Devido ao atendimento dos trabalhos realizados no interior do estado por Supervisores Regionais, houve a necessidade de locação de 5 veículos estes. O serviço de locação fora contratado através de Licitação na Modalidade Convite a partir de 02/05/2014, cujos dados seguem junto ao Quadro 6.1.2 – Dados Do Contrato de Locação de Veículos realizado pela UJ em 2014.

QUADRO 6.1.2 – DADOS DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS REALIZADO PELA UJ EM 2014.

Empresa Contratada	Valor unitário mensal de cada locação	Qtdade. de Veículos Locados	Valor mensal da locação	Valor pago de 02/05/2014 a 31/12/2014.
Localiza Rent a Car	R\$ 1.750,00	5	8.750,00	56.468,58
CNPJ da contratada: 16.670.085/0001-55				

Fonte: SENAR-AR/MS (Departamento de Compras e Licitações)

### 6.2 Gestão do patrimônio imobiliário próprio e dos imóveis locados de terceiros.

A sede da regional do SENAR-MS está localizada em Campo Grande-MS (Rua Marcino dos Santos, nº 401), cujo prédio é utilizado em conjunto com a FAMASUL, cabendo à UJ uma parte da área (5 lotes do terreno) e uma parte da edificação. Devido à sistemática de atuação, que observa parcerias com outras entidades, a UJ não possui unidades em outros locais ou municípios.

Planeja-se para 2015 a aquisição de imóveis com vistas a ampliar o atendimento ao público, bem como a construção de centros de ensino na capital e interior. O patrimônio da organização encontra-se demonstrado no quadro 6.2.1, através do seu respectivo valor de aquisição:

QUADRO 6.2.1 – PATRIMÔNIO DO SENAR-AR/MS POR VALOR DE AQUISIÇÃO

Descrição	Valor de aquisição
Terrenos	1.371.944,56
Construções	2.248.064,07
Instalações e adaptações	398.049,99
Equip. Máq. Apar. em geral	721.958,25
Veículos	201.070,00
Mobiliário em geral e material da copa	396.569,45
Equipamentos de comunicação	12.532,28
Maq. Apar. e utensílios de escritório	2.279,00
Outros equipam. e mat. Permanente	38.707,15
Programas de informática	165.402,58
<b>TOTAL</b>	<b>5.556.577,33</b>

Fonte: SENAR-AR/MS (Contabilidade)



## 7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

### 7.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.

O Quadro a seguir expressa a percepção da Coordenadoria de TI acerca da estrutura de governança corporativa e de Tecnologia da Informação-TI da organização:

QUADRO 7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2014.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2014, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2014, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2014.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:

<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	(2) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

Fonte: SENAR-AR/MS (Coordenadoria de TI)

## 8. GESTÃO RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 8.1 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental.

Em 2008 o SENAR-AR/MS criou o Programa Meu Ambiente com objetivo a fomentar ações para conservação dos recursos naturais, levando informações aos colaboradores que contribuíssem para a sustentabilidade. O foco das ações desse programa foi a melhoria do meio ambiente interno e externo implantando melhores práticas sustentáveis no dia-dia dos colaboradores e a preocupação com os eventuais impactos ambientais negativos que a organização poderia provocar.

Em 2009, o Programa Meu Ambiente fundiu-se com outra iniciativa da instituição, o Programa Qualidade de Vida, dando origem ao Programa Meu Ambiente com Qualidade de Vida. Assim, as ações realizadas até então pelos dois programas foram fortalecidas e vem se consolidando ao longo desses anos, promovendo um ambiente de trabalho com excelente clima organizacional e que prima em conciliar suas ações, sem comprometer a sustentabilidade do planeta.

QUADRO 8.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		X
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		
<b>Considerações Gerais</b>			

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

## **9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**

### **9.1 Tratamento das deliberações exaradas em acórdãos do TCU, com as justificativas no caso de não cumprimento.**

O SENAR-MS não possui registros acerca de deliberações emanadas do Tribunal de Contas da União relativas ao exercício a que se refere o presente Relatório de Gestão.

### **9.2 Tratamento das recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a entidade se vincula, com as justificativas no caso de não cumprimento.**

No exercício de 2014 a Controladoria Geral da União realizou Auditoria Anual de Contas na UJ, relativa ao exercício de 2013. Dos trabalhos, o órgão de controle proferiu as seguintes recomendações ao SENAR-AR/MS:

- I. Realizar ampla pesquisa de preços de mercado, previamente às contratações efetuadas, de modo que a pesquisa de preços seja utilizada para estimativa do custo do objeto a ser contratado, para definição dos recursos necessários à cobertura das despesas e para análise da adequabilidade das propostas ofertadas.
- II. Anexar, aos processos relativos às aquisições de bens e contratações de serviços, os documentos comprobatórios das cotações obtidas na pesquisa de preço realizada, objetivando estimar os recursos necessários à cobertura das despesas contratuais e permitir a análise de adequabilidade das ofertas apresentadas pelas licitantes em relação aos preços praticados no mercado.
- III. Planejar criteriosamente as compras a serem realizadas ao longo do exercício, de forma que as aquisições de bens e serviços similares, cujo montante anual ultrapasse o limite estabelecido para a dispensa de licitação, sejam precedidas de devido procedimento licitatório e enquadradas na modalidade adequada, em cumprimento ao estabelecido no art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da Entidade.

No tocante as recomendações I e II, o SENAR-AR/MS, por intermédio da sua Unidade Administrativo-financeira, informa que em todos os processos licitatórios realizados a partir de maio/2014 foram realizadas as pesquisas de mercados de produto/serviço a ser contratado, de forma a identificar a média de preços para formação da disponibilidade orçamentária, bem como para a definição da modalidade de licitação adequada. As pesquisas de mercado têm sido realizadas previamente com o intuito de estimar o valor a ser adquirido/contratado para definição da modalidade de licitação pertinente, bem como todos os documentos que comprovam a pesquisa de preço, os quais são anexados ao respectivo processo.

Quanto a recomendação III, a Unidade Administrativo-financeira informa ainda que as compras estão sendo planejadas de forma que os bens de uso comum de todos os departamentos do SENAR-AR/MS sejam levantados para que seja feita uma única aquisição/licitação, evitando eventual fracionamento e realização de dispensa de licitação, quando necessária a adoção de processo mais complexo.

### **9.3 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, especificando os esforços da unidade jurisdicionada para sanar o débito no âmbito interno, e também:**

No exercício de 2014 a regional não registrou ocorrências relativas a adoção de medidas administrativas destinadas a apurar caso de dano ao Erário.

## **10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.**

### **10.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10.**

Não se Aplica.

### **10.2 Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, ou ainda prevista na Lei nº 6.404/76.**

As demonstrações contábeis do SENAR-AR/MS (Balanços patrimoniais, Demonstrações dos superávits, Demonstrações dos resultados abrangentes, Demonstrações das mutações do patrimônio social, Demonstrações dos fluxos de caixa), referentes ao exercício de 2014, bem como o relatório da auditoria independente e as notas explicativas estão presentes no Anexo.

### **10.3 Relatório da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis**

A empresa de auditoria independente que auditou está UJ é BDO RCS Auditores Independentes SS. Realizando a devida auditoria apresentou o Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis, recomendando que a depreciação deve ser revisada de acordo com a vida útil econômica dos bens, embora o SENAR-AR/MS sempre utilizou a tabela da Receita Federal do Brasil.

A UJ está realizando um levantamento no mercado referente a empresa que é apta para a devida reavaliação em nosso Estado.

Campo Grande-MS, 29 de maio de 2015.

**Nilton Pickler**

Presidente em exercício do Conselho Administrativo

## **ANEXOS**

QUADROS DIVERSOS  
RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
NOTAS EXPLICATIVAS  
DECLARAÇÃO DO CONTADOR

## ANEXO – QUADROS DEMONSTRATIVOS

QUADRO 3.6.1 - DEMONSTRATIVO DOS VALORES MENSIS DE DIÁRIAS E JETON DOS MEMBROS DOS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL EM 2013  
(EM MIL R\$).

<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>																
Nome do Conselheiro (a)	T/S	Período		Remuneração												
		Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Riedel, E.C.	T	2012	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Silva, J. P. da	T	2012	2015	0,00	1,52	0,00	0,00	0,00	1,52	0,00	0,00	1,52	1,82	0,00	0,00	<b>6,38</b>
Mendes, L. M.	T	2012	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,20	1,44	0,00	0,00	<b>2,64</b>
Carrara, D. K.	T	2012	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Oliveira, V. N. de	T	2014	2015	0,00	1,20	0,00	0,00	0,00	1,20	0,00	0,00	1,20	1,44	0,00	0,00	<b>5,04</b>
Júnior, A. S.	S	2012	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Yamato, E.	S	2012	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Junior, I. R. C.	S	2012	2015	0,00	1,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>1,52</b>
Zeuli, M.	S	2012	2015	0,00	1,52	0,00	0,00	0,00	1,52	0,00	0,00	1,52	1,82	0,00	0,00	<b>6,38</b>
Cruz, D. R. da	S	2013	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Beretta, R. T.	T	2013	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>CONSELHO FISCAL</b>																
Nome do Conselheiro (a)	T/S	Período		Remuneração												
		Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Fuchs, R. da S.	T	2012	2015	1,84	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	1,52	2,01	0,00	0,00	<b>7,37</b>
Silva, J. B. da	T	2012	2015	1,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1,20	0,00	0,00	1,20	1,44	0,00	0,00	<b>5,04</b>
Teles, A. F.	T	2012	2015	1,84	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	1,52	2,01	0,00	0,00	<b>7,37</b>
Oliveira, B. B. de	S	2012	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Ribeiro, A. P.	S	2012	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Neto, R. M.	S	2012	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>

Fonte: Unidade Administrativo-financeira

Legenda: T (Titular); (S) Suplente.

QUADRO 4.5.1 - TRANSFERÊNCIAS REGULAMENTARES DE TERMOS DE COOPERAÇÃO E OUTROS INSTRUMENTOS ANÁLOGOS EXECUTADOS

ANO	Modalidade	Nº do Instrumento	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	Valor Repassado (R\$)	Vigência	Situação
2014	1	000/2009	Federação da Agricultura e Pecuária do MS - FAMASUL	15413883000139	391.310,92	01/10/2015	7
2014	3	009/2014	Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das empresas de assessoramento perícias, informações e pesquisas no MS - SESCON/MS	01578624000153	4.000,00	31/11/2014	7
2014	3	003/2014	Sindicato Rural de Antônio João	01989326000156	5.000,00	30/09/2014	7
2014	3	007/2014	Federação de Clubes de Laço do MS	15554348000106	25.000,00	31/12/2014	7
2014	3	001/2014	Maurício Copetti de Moura - ME	11623194000106	35.000,00	31/12/2014	7
2014	1	003/2014	Fundação MS para Pesquisa e Difusão de Tecnologias Agropecuárias	37213139000123	150.000,00	12/05/2015	7
2014	1	014/2013	Sindicato Rural de Bonito	15465289000191	4.746,90	12/05/2015	7
2014	1	037/2013	Sindicato Rural de Ivinhema/Novo Horizonte do Sul	00806344000192	12.053,92	12/05/2015	7
2014	1	046/2013	Sindicato Rural de Naviraí	00202549000169	48.532,62	12/05/2015	7
2014	1	059/2013	Sindicato Rural de Santa Rita do Pardo	02293527000187	10.834,01	12/05/2015	7
2014	1	017/2013	Sindicato Rural de Camapuã	15520430000101	24.362,34	12/05/2015	7
2014	1	034/2013	Sindicato Rural de Iguatemi	05393028000150	11.935,00	12/05/2015	7
2014	1	064/2013	Sindicato Rural de Tacuru	07570632000130	18.603,99	12/05/2015	7
2014	1	048/2013	Sindicato Rural de Nova Alvorada do Sul	03097467000190	26.417,50	12/05/2015	7
2014	1	056/2013	Sindicato Rural de Rio Brillhante	03357464000148	31.694,74	12/05/2015	7
2014	1	060/2013	Sindicato Rural de São Gabriel do Oeste	00780312000165	32.446,02	12/05/2015	7
2014	1	006/2013	Sindicato Rural de Antônio João	01989326000156	13.539,40	12/05/2015	7
2014	1	021/2013	Sindicato Rural de Chapadão do Sul	02037778000109	12.308,65	12/05/2015	7
2014	1	068/2013	Sindicato Rural de Vicentina	07859043000176	3.791,02	12/05/2015	7
2014	1	050/2013	Sindicato Rural de Paranaíba	03408077000193	20.220,82	12/05/2015	7
2014	1	019/2013	Sindicato Rural de Caracol	15906019000179	6.294,35	12/05/2015	7
2014	1	062/2013	Sindicato Rural de Sidrolândia	15390834000128	17.170,03	12/05/2015	7
2014	1	065/2013	Sindicato Rural de Taquarussu	06068122000104	12.933,18	12/05/2015	7
2014	1	061/2013	Sindicato Rural de Sete Quedas	03699162000158	6.030,42	12/05/2015	7
2014	1	058/2013	Sindicato Rural de Rio Verde de Mato Grosso	03354255000140	20.704,31	12/05/2015	7
2014	1	024/2013	Sindicato Rural de Coxim	03061827000101	28.218,41	12/05/2015	7
2014	1	041/2013	Sindicato Rural de Juti	03495602000155	7.173,80	12/05/2015	7
2014	1	069/2013	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do MS - Fetagri	15412000000176	85.505,00	12/05/2015	7
2014	1	004/2013	Sindicato Rural de Anaurilândia	02259926000121	7.381,46	12/05/2015	7
2014	1	011/2013	Sindicato Rural de Bataguassu	24630634000196	20.288,18	12/05/2015	7
2014	1	013/2013	Sindicato Rural de Bela Vista	15380546000192	25.791,17	12/05/2015	7
2014	1	020/2013	Sindicato Rural de Cassilândia	15409451000154	20.133,78	12/05/2015	7
2014	1	022/2013	Sindicato Rural de Corumbá	03385937000110	41.964,00	12/05/2015	7
2014	1	025/2013	Sindicato Rural de Deodópolis	00933655000112	6.455,08	12/05/2015	7



ANO	Modalidade	Nº do Instrumento	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	Valor Repassado (R\$)	Vigência	Situação
2014	1	026/2013	Sindicato Rural de Dois Irmãos do Buriti	24665275000102	11.420,00	12/05/2015	7
2014	1	033/2013	Sindicato Rural de Guia Lopes da Laguna	03967007000175	11.915,00	12/05/2015	7
2014	1	035/2013	Sindicato Rural de Inocência	15409410000168	17.999,00	12/05/2015	7
2014	1	039/2013	Sindicato Rural de Jardim	02259475000122	16.295,08	12/05/2015	7
2014	1	042/2013	Sindicato Rural de Laguna Carapã	03692903000179	10.177,40	12/05/2015	7
2014	1	049/2013	Sindicato Rural de Nova Andradina	03923380000124	4.030,00	12/05/2015	7
2014	1	055/2013	Sindicato Rural de Ribas do Rio Pardo	24644981000178	23.390,00	12/05/2015	7
2014	1	067/2013	Sindicato Rural de Três Lagoas	03879814000136	27.571,80	12/05/2015	7
2014	1	036/2013	Sindicato Rural de Itaporã	03359197000148	24.038,90	12/05/2015	7
2014	1	054/2013	Sindicato Rural de Porto Murtinho	03667474000180	7.145,00	12/05/2015	7
2014	1	000/2003	Projeto Fazendinha - Dourados	03065554000165	67.115,00	12/05/2015	7
2014	1	007/2013	Sindicato Rural de Aparecida do Taboado	15386436000138	24.040,46	12/05/2015	7
2014	1	000/2003	Projeto Fazendinha - Coxim	03061827000101	13.756,40	12/05/2015	7
2014	1	005/2013	Sindicato Rural de Angélica	24630915000149	59.973,17	12/05/2015	7
2014	1	023/2013	Sindicato Rural de Costa Rica	01236264000101	46.617,01	12/05/2015	7
2014	1	029/2013	Sindicato Rural de Eldorado	03819695000126	10.438,87	12/05/2015	7
2014	1	043/2013	Sindicato Rural de Maracaju	03355617000118	16.940,00	12/05/2015	7
2014	1	040/2013	Sindicato Rural de Jatei	03902277000106	8.560,00	12/05/2015	7
2014	1	012/2013	Sindicato Rural de Batayporã	03064983000118	10.690,22	12/05/2015	7
2014	1	003/2013	Sindicato Rural de Anastácio	07649388000103	15.748,05	12/05/2015	7
2014	1	032/2013	Sindicato Rural de Glória de Dourados	03620523000129	14.220,00	12/05/2015	7
2014	1	001/2013	Sindicato Rural de Alcinoópolis	00169216000185	2.755,00	12/05/2015	7
2014	1	002/2013	Sindicato Rural de Amambai	03567112000117	43.933,00	12/05/2015	7
2014	1	015/2013	Sindicato Rural de Brasilândia	15410525000172	16.996,97	12/05/2015	7
2014	1	053/2013	Sindicato Rural de Ponta Porã	03450285000150	19.700,00	12/05/2015	7
2014	1	047/2013	Sindicato Rural de Nioaque	24615999000141	18.280,00	12/05/2015	7
2014	1	038/2013	Sindicato Rural de Jaraguari	01436747000150	11.190,00	12/05/2015	7
2014	1	031/2013	Sindicato Rural de Figueirão	07488219000120	12.578,21	12/05/2015	7
2014	1	010/2013	Sindicato Rural de Bandeirantes	01946076000177	665,00	12/05/2015	7
2014	1	066/2013	Sindicato Rural de Terenos	05084135000104	18.953,00	12/05/2015	7
2014	1	057/2013	Sindicato Rural de Rio Negro	04800303000140	2.534,95	12/05/2015	7
2014	1	018/2013	Sindicato Rural de Campo Grande	03325966000197	33.942,50	12/05/2015	7
2014	1	030/2013	Sindicato Rural de Fátima do Sul	03573664000138	25.805,20	12/05/2015	7
2014	1	069/2013	Prefeitura Municipal de Água Clara	03184066000177	25.382,50	12/05/2015	7
2014	1	045/2013	Sindicato Rural de Mundo Novo	03596715000147	7.367,50	12/05/2015	7
2014	1	016/2013	Sindicato Rural de Caarapó	03156858000138	3.285,00	12/05/2015	7
2014	1	009/2013	Sindicato Rural de Aral Moreira	01997667000173	6.855,00	12/05/2015	7
2014	3	002/2014	Sindicato Rural de Coxim	03061827000101	10.000,00	30/08/2014	7

ANO	Modalidade	Nº do Instrumento	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	Valor Repassado (R\$)	Vigência	Situação
2014	3	006/2014	Sindicato Rural de Iguatemi	05393028000150	2.000,00	31/10/2014	7
2014	3	005/2014	Sindicato Rural de Juti	03495602000155	2.500,00	31/10/2014	7
2014	3	004/2014	Sindicato Rural de Figueirão	07488219000120	8.000,00	31/10/2014	7

Fonte: SENAR-AR/MS (financeiro)

**LEGENDA:**

**MODALIDADE:**

- 1 – Termo de Cooperação
- 2 – Termo de Ajuste
- 3 – Contrato de Patrocínio
- 4 – Termo de Adesão

**SITUAÇÃO:**

- 1 – Em Execução;
- 2 – Inadimplente;
- 3 – Concluído/Arquivado;
- 4 - Arquivado

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM  
RURAL - SENAR - AR/MS**

**Relatório dos auditores independentes**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

## **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

### **Conteúdo**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações dos resultados**

**Demonstrações do resultado abrangente**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Diretores e Conselheiros do  
**Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - AR/MS**  
Campo Grande - MS

Examinamos as demonstrações contábeis do **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - AR/MS** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, com ressalva.

#### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2014, a Entidade mantinha registrado na Rubrica “Imobilizado” o valor de R\$ 4.126.808, conforme Nota Explicativa nº 9, referente a bens destinados a sua atividade operacional. A Entidade realizou a depreciação dos ativos conforme taxas definidas pela Legislação Fiscal. No entanto, conforme definido pela NBC TG 1000, item 17.19, a depreciação deve ser revisada anualmente de acordo com a vida útil econômica estimada do bem. Desta forma, caso as taxas de depreciação fossem diferentes das praticadas, os saldos de depreciação registrados no ativo, bem como seus reflexos no resultado do exercício, poderiam também resultar distintos daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2014.

#### **Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - AR/MS** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campo Grande, 6 de março de 2015.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)

---

1. Contexto operacional

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - AR/MS, é uma Entidade integrante do “Sistema S”, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), nos termos da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e do Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992.

É um serviço social autônomo, classificado como entidade paraestatal, ou seja, uma Pessoa Jurídica de direito privado criada por, lei que atua sem submissão à Administração Pública com o objetivo de promover o atendimento de necessidades assistenciais e educacionais de certas atividades ou categorias profissionais, sendo mantida pelo Estado mediante contribuições obrigatórias.

É dirigida por um Conselho Deliberativo tripartite, formado por representantes do governo, dos setores patronais e dos trabalhadores. Nos Estados existem as administrações regionais vinculadas às Federações da Agricultura e Administração pelos respectivos conselhos administrativos.

Por meio da Lei Municipal nº 3.477, de 08 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial de Campo Grande nº 102 de 09 de junho de 1998, foi declarada de utilidade pública municipal.

Por meio de Lei Estadual nº 1.618, de 07 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial em 08 de novembro de 1995, nos termos da Lei nº 23 de 13 de novembro de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 1.088, de 12 de junho de 1981, alterado pelo Decreto nº 11.213, de 14 de maio 2003, foi declarada de utilidade pública estadual.

O SENAR possui destinação específica de receitas arrecadadas pelo Governo Federal, sendo Entidade instituída por lei com o estrito propósito de prestar serviços de caráter social aos trabalhadores, na área de formação profissional (rural).

O SENAR tem por objetivo: proporcionar o desenvolvimento socioeconômico do trabalhador rural e de sua família por meio da realização de ações de formação profissional rural e atividades de promoção social. Os níveis de formação profissional oferecidos são: qualificação, aperfeiçoamento, atualização e especialização.

O SENAR - AR/MS, tem como missão promover a educação, a informação e o conhecimento em agronegócios à comunidade rural de Mato Grosso do Sul, com inovação e competência, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)**

---

O SENAR - AR/MS é uma instituição de fins educacionais sem fins lucrativos, sem caráter empresarial, sendo considerada entidade imune na forma do disposto no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal. Para fins deste dispositivo, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

A garantia constitucional de imunidade em relação aos tributos, com fundamentação no artigo 150, VI, "c" da Constituição Federal de 1988, tem sido assegurada nos tribunais quanto ao IOF e é aplicável aos demais tributos como o IPTU e o ITBI, o que igualmente ocorre em favor de todas as demais instituições de serviço social autônomo.

Segundo o disposto no § 2º do artigo 12, da Lei nº 9.532/1997, para o gozo da imunidade, instituições como o SENAR estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- a. Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. Esta vedação, entretanto, não impede a remuneração aos Diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício nem a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior em seu valor bruto, a 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do poder executivo federal;
- b. Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e. Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Receita Federal do Brasil;
- f. Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- g. Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- h. Outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**  
**(Em Reais)**

---

Por se constituir em instituição de fins educacionais sem fins lucrativos, o SENAR e o SENAR - AR/MS não devem apresentar superávit em suas contas ou, caso apresentem em determinado exercício, deverão destinar integralmente o referido resultado à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, podendo aplicá-lo, ainda, como incremento de seu ativo imobilizado. Quando apurado déficit, o déficit técnico do exercício será absorvido pelo patrimônio social.

De acordo com o inciso I do artigo 12, do Decreto nº 3.078, de 06 de maio de 1999, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da Contribuição Social.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1. Declaração de conformidade**

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme adotado no Brasil por meio de aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Resolução CFC 1.409/12 que aprova a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, ou seja, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 20 de fevereiro de 2015.

### **2.2. Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade utilize estimativa e adote premissas objetivas e subjetivas para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)**

---

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9), Provisão para perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas periodicamente.

### **3. Principais práticas contábeis adotadas**

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades pertencentes à Entidade são representadas pelos recursos mantidos em espécie na sua tesouraria, pelos saldos de livre movimentação dos depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de curto prazo.

As aplicações financeiras estão representadas por quantias investidas em fundos de investimento, certificados de depósitos bancários e depósitos em poupança, cujos saldos correspondem aos montantes efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

As aplicações financeiras em nome da Entidade estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### **3.2. Instrumentos financeiros**

##### **Classificação e mensuração**

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)

---

### **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem contas a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

### **Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

### **3.3. Contas a receber**

As contas a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As contas a receber correspondem aos saldos de contribuições sociais a receber, unicamente relativos ao mês de competência de dezembro e representam as quantias a serem repassadas pelo Governo Federal por meio do Ministério da Fazenda, por Contribuições Sociais sobre a comercialização da produção agropecuária devidas por Pessoas Físicas, jurídicas e agroindústrias;

Não foram constituídas provisões para perdas de créditos por inexistirem inadimplências conhecidas ou estimáveis de contas a receber de titularidade da Entidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)

---

### 3.4. Estoques

O saldo de almoxarifado é resultante do total em estoque dos materiais adquiridos para uso da Entidade, constituídos especialmente por materiais para e consumo nas finalidades educacionais da Entidade. Constituem os estoques, ainda, todos os artigos de uso e consumo da Administração da Entidade, como materiais de papelaria, escritório e informática.

Os bens adquiridos para o almoxarifado são registrados pelos respectivos custos de aquisição e são baixados para despesa por ocasião das requisições de consumo.

### 3.5. Imobilizado

#### a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição e construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Entidade. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais do resultado.

As obras e demais imobilizados em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo imobilizado como imobilizado em andamento.

O ativo imobilizado da Entidade é representado pelos bens de capital utilizados nas suas atividades sociais, os quais são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, diminuídos das correspondentes depreciações acumuladas, são calculadas mensalmente pelo método linear segundo as taxas anuais indicadas na Nota Explicativa nº 9, determinadas em função das vidas úteis estimadas desses bens.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)**

---

A Entidade efetuou análise de recuperabilidade dos valores contábeis de seus ativos. Estas análises foram realizadas individualmente em relação aos ativos imobilizados e intangíveis da Entidade, de maneira a constatar se os valores residuais contábeis desses ativos excederiam seus respectivos valores recuperáveis e se tais bens estariam deteriorados, fora de uso ou mesmo se ainda existiriam. A Administração da Entidade concluiu que vários itens seriam irrecuperáveis e reconheceu em definitivo as perdas desses bens com base em seus valores residuais. As baixas foram efetuadas conforme deliberações do Conselho de Administração em Assembleias realizadas durante o exercício.

**b) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

**3.6. Intangível**

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Entidade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são representados por gastos realizados com aquisições de licenças e programas de informática. Os referidos direitos são demonstrados por seus custos incorridos quando das aquisições, deduzidos dos saldos das amortizações acumuladas, estas calculadas com base em taxas lineares anuais indicadas na Nota Explicativa nº 10.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)

---

**3.7. Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

**3.8. Fornecedores**

Os montantes a pagar são contabilizados pelos valores constantes das respectivas notas fiscais mercantis e de serviços, sendo ajustados, nas datas dos balanços, quando assim aplicáveis: (a) pelo desconto a valor presente sobre os preços de aquisição contratados a prazo, calculado com base em taxas de juros pré-fixados, sempre que os referidos preços embutirem encargos financeiros e/ou variarem em relação aos seus correspondentes preços a vista; e (b) pela variação cambial, relativamente às transações pactuadas em moeda estrangeira.

**3.9. Obrigações tributárias**

A Entidade é pessoa jurídica imune da incidência do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e, por consequência, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento e demais receitas.

No entanto, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição ao PIS sobre o montante global das remunerações mensais pagas, devidas ou creditadas aos trabalhadores assalariados por meio de suas folhas de pagamento, à alíquota de 1%.

**3.10. Provisões**

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)

---

**Ativos contingentes** - trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

**Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

### 3.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### 3.12. Reconhecimento de receita

A receita é registrada com base no regime de competência.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)**

---

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos serviços prestados no curso normal das atividades da Entidade.

A Entidade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e sempre que é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade.

A principal receita do SENAR - AR/MS é a decorrente do recebimento das contribuições sociais arrecadadas pela Previdência Social em guias previdenciárias, na forma prevista na Lei nº 8.315/91. A arrecadação previdenciária é repassada mensalmente pelo Ministério da Fazenda ao SENAR - AR/MS e suas incidências recaem sobre o valor bruto da comercialização da produção rural e sobre a folha de salários de pessoas físicas, jurídicas e agroindústrias. As incidências ocorrem da seguinte forma:

- a) **Sobre o valor bruto da comercialização da produção rural:** incidem sobre as receitas de vendas da produção rural próprias, praticadas nos mercados interno e para o exterior (exportações), sendo aplicadas as seguintes alíquotas: (i) 0,2% para as pessoas físicas; (ii) 0,25% para as pessoas jurídicas e agroindústrias;
- b) **Sobre a folha de pagamento:** para as empresas prestadoras de serviços rurais e demais empresas com contribuição sobre a folha de salários, bem como Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural, a alíquota é de 2,5% sobre a folha de pagamento dos empregados.

Além de sua principal receita, o SENAR - AR/MS auferiu no exercício de 2014 receita com prestação de serviços originária de Contrato de Assistência Técnica.

### **3.13. Benefícios a empregados**

#### **a) Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou que a redução em futuros pagamentos esteja disponível.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)

---

As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes. As obrigações de pagamento para planos de contribuição definida são reconhecidas como uma despesa no resultado à medida que são incorridas. A Entidade não possui outros benefícios pós-empregos.

**b) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Entidade não dispõe de plano de benefícios pós-emprego.

**3.14. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Conta bancária - própria	419	351
Conta bancária - convênios	1.422	836
Aplicações financeiras - próprias	30.698.305	24.240.597
Aplicações financeiras - convênios	197.441	472.419
	<u>30.897.587</u>	<u>24.714.203</u>

## SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

---

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimento de renda fixa, CDB DI, CDB DI Swap e poupança, sendo remuneradas por taxas mensais que variaram entre 0,30% e 0,53%. Essas aplicações possuem liquidez imediata com mudança insignificante em relação ao valor registrado.

#### 5. Contas a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contribuições Sociais - Lei nº 8.315 INSS	1.964.502	1.789.501
	<u>1.964.502</u>	<u>1.789.501</u>

Refere-se ao saldo a receber da arrecadação das contribuições ao SENAR, com base na Lei nº 8.315/91, de obrigação de recolhimento em guias previdenciárias pelos produtores rurais Pessoas Físicas e Jurídicas e das agroindústrias, todos pertencentes à jurisdição do Mato Grosso do Sul.

Essas contribuições arrecadadas correspondem às competências de dezembro de 2014 e 2013 e seus repasses são efetuados pelo Ministério da Fazenda dentro da primeira quinzena do mês subsequente.

#### 6. Estoques

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Material de consumo	179.484	268.435
Material de informática	41.857	44.951
Material instrucional	174.074	35.711
(-) Provisão para perdas	-	(203.546)
	<u>395.415</u>	<u>145.551</u>

São representados por materiais para consumo das atividades rotineiras, administrativas, manutenção de equipamentos de informática e materiais destinados a cursos prestados pela Entidade.

#### 7. Adiantamentos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Férias	38.868	21.645
Salários	-	3.975
Viagens	388	6.000
Fornecedores	20.100	-
	<u>59.356</u>	<u>31.620</u>

Os valores dos adiantamentos identificados são recuperáveis ou restituíveis no mês imediatamente seguinte.

## SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

#### 8. Investimentos

	2014	2013
Títulos de capitalização	-	190.000
	-	<b>190.000</b>

Representados por 38 títulos de capitalização de emissão do Banco do Brasil S.A., denominados "Ourocap", no valor de R\$ 5.000 cada, possuem vencimentos fixados entre setembro e dezembro de 2015. Esses títulos incorporam rendimentos pela Taxa Referencial de juros (TR) e possibilitam sorteios em dinheiro periodicamente. Na sua totalidade foi resgatado o valor de R\$ 190.00 em 27 de agosto de 2014.

#### 9. Ativo imobilizado

Em 2014	Taxa anual de deprec.	Saldo em 31/12/2013			Movimentação em 2014				Saldo em 31/12/2014		
		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido	Adições		Baixas		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido
					Custo	(-) Deprec. acum.	Custo	(-) Deprec. acum.			
Terrenos	-	111.945	-	111.945	1.260.000	-	-	-	1.371.945	-	1.371.945
Prédios	4%	506.615	(358.154)	148.461	1.741.450	(75.130)	-	-	2.248.065	(433.284)	1.814.781
Instalações e adaptações	10%	398.050	(126.017)	272.033	-	(39.805)	-	-	398.050	(165.822)	232.228
Equipamentos máquinas e aparelhos	10%, 20% e 25%	562.054	(291.811)	270.243	226.776	(91.893)	(66.872)	65.196	721.958	(318.508)	403.450
Veículos	20%	201.070	(118.816)	82.254	-	(39.494)	-	-	201.070	(158.310)	42.760
Mobiliário em geral	10% e 20%	351.850	(135.311)	216.539	47.219	(38.862)	(2.500)	2.500	396.569	(171.673)	224.896
Equipamento de comunicação	10% e 20%	14.273	(4.246)	10.027	1.754	(2.555)	(3.495)	1.762	12.532	(5.040)	7.492
Máquinas, aparelhos e utensílios de escritório	10%	5.463	(4.786)	677	-	(201)	(3.184)	3.080	2.279	(1.907)	372
Outros equipamentos permanentes	10%, 20% e 25%	29.770	(19.554)	10.216	24.162	(2.802)	(15.225)	12.533	38.707	(9.823)	28.884
		2.181.090	(1.058.695)	1.122.395	3.301.360	(290.742)	(91.276)	85.071	5.391.174	(1.264.366)	4.126.808
(-) Provisão para perdas		(91.276)	84.872	(6.404)	91.276	(84.872)	-	-	-	-	-
		<b>2.089.814</b>	<b>(973.823)</b>	<b>1.115.991</b>	<b>3.392.636</b>	<b>(375.614)</b>	<b>(91.276)</b>	<b>85.071</b>	<b>5.391.174</b>	<b>(1.264.366)</b>	<b>4.126.808</b>

Em 2013	Taxa anual de deprec.	Saldo em 31/12/2012			Movimentação em 2013				Saldo em 31/12/2013		
		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido	Adições		Baixas		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido
					Custo	(-) Deprec. acum.	Custo	(-) Deprec. acum.			
Terrenos	-	111.945	-	111.945	-	-	-	-	111.945	-	111.945
Prédios	4%	506.615	(337.889)	168.726	-	(20.265)	-	-	506.615	(358.154)	148.461
Instalações e adaptações	10%	275.050	(95.061)	179.989	123.000	(30.956)	-	-	398.050	(126.017)	272.033
Equipamentos máquinas e aparelhos	10%, 20% e 25%	319.146	(248.369)	70.777	242.908	(43.442)	-	-	562.054	(291.811)	270.243
Veículos	20%	267.060	(145.312)	121.748	-	(39.494)	(65.990)	65.990	201.070	(118.816)	82.254
Mobiliário em geral	10% e 20%	307.390	(101.856)	205.534	44.460	(33.455)	-	-	351.850	(135.311)	216.539
Equipamento de comunicação	10% e 20%	12.490	(2.092)	10.398	1.783	(2.154)	-	-	14.273	(4.246)	10.027
Máquinas, aparelhos e utensílios de escritório	10%	5.463	(4.369)	1.094	-	(417)	-	-	5.463	(4.786)	677
Outros equipamentos permanentes	10%, 20% e 25%	29.770	(18.027)	11.743	-	(1.527)	-	-	29.770	(19.554)	10.216
		1.834.929	(952.975)	881.954	412.151	(171.710)	(65.990)	65.990	2.181.090	(1.058.695)	1.122.395
(-) Provisão para perdas		-	-	-	(91.276)	84.872	-	-	(91.276)	84.872	(6.404)
		<b>1.834.929</b>	<b>(952.975)</b>	<b>881.954</b>	<b>320.875</b>	<b>(86.838)</b>	<b>(65.990)</b>	<b>65.990</b>	<b>2.089.814</b>	<b>(973.823)</b>	<b>1.115.991</b>

A Entidade não efetuou a revisão da vida útil do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014.

## SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

#### 10. Intangível

	Taxa anual de amortização	2014	2013
<b>Custo de aquisição</b>			
Programas de informática	20% e 25%	165.403	174.362
(-) Provisão para perdas		-	(24.625)
		<b>165.403</b>	<b>149.737</b>
<b>(-) Amortizações acumuladas</b>			
Programas de informática		(129.751)	(147.307)
(-) Provisão para perdas		-	24.625
		<b>(129.751)</b>	<b>(122.682)</b>
		<b>35.651</b>	<b>27.055</b>

#### 11. Fornecedores

	2014	2013
FAMASUL - Rateio da Casa Rural	49.355	116.241
Serviços	6.679	47.508
Sindicatos - mobilizadores	-	36.831
Concessionários de serviços	9.307	9.515
Produtos/mercadorias	1.954	7.961
Instrutores	6.272	1.250
Termo de Cooperação	110.000	-
	<b>183.567</b>	<b>219.306</b>

Os montantes a pagar aos fornecedores, compreendem prestação de serviços de terceiros, os gastos de apoio às atividades educacionais e os administrativos como alimentação, realizações de eventos, auditoria, termo de cooperação apoio a com Famasul e manutenções de bens.

O termo de cooperação e apoio firmado com a Famasul, visa o ressarcimento das despesas realizadas pela Famasul com a divulgação institucional do Senar-AR/MS.

#### 12. Convênios

	2014	2013
PRONATEC/FNDE/MEC	198.863	374.291
Programa "Mais Inovação"	-	2.681
Programa "Leite Legal"	-	67.572
	<b>198.863</b>	<b>444.544</b>

## SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

---

O valor a realizar sob esta Rubrica refere-se ao saldo da verba recebida do Governo Federal na execução do projeto que constitui o objetivo do programa "PRONATEC/FNDE". O saldo não realizado após o encerramento do prazo contratual do programa deve ser devolvido à Instituição.

As verbas recebidas e destinadas à consecução dos respectivos projetos são registradas contabilmente nesta conta de passivo em contrapartida às contas bancárias abertas exclusivamente para esta finalidade, as quais integram os saldos das disponibilidades demonstrados na Nota Explicativa nº 4.

#### 13. Obrigações tributárias

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	59.007	30.292
PIS sobre folha de pagamento	4.700	2.883
ISS retido	12.169	14.253
PIS/COFINS/CSLL retidos	252	5.159
	<u><b>76.128</b></u>	<u><b>52.587</b></u>

Os saldos das obrigações tributárias apresentados contemplam tão somente os valores dos impostos e das contribuições retidos de funcionários e de prestadores de serviços, as quantias a recolher relativas ao PIS incidente sobre a folha de pagamento, as contribuições previdenciárias de ônus da Entidade e os tributos dela exigíveis sobre a propriedade de bens, inexistindo tributos próprios incidentes sobre suas atividades sociais.

#### 14. Obrigações trabalhistas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários a pagar	484	12.959
INSS a pagar	107.147	-
FGTS a pagar	-	19.617
Provisão de férias	342.987	188.341
Provisão de encargos sociais sobre férias	111.795	61.588
	<u><b>562.413</b></u>	<u><b>282.505</b></u>

Representam não somente as obrigações líquidas e certas com funcionários e encargos sociais, como também as provisões trabalhistas e encargos previdenciários, de FGTS e PIS sobre folha de pagamento incidente sobre o montante futuro de férias a pagar.

#### 15. Valores a repassar a entidades

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
FAMASUL - Termo Cooperação Tec.2%	23.348	30.278
	<u><b>23.348</b></u>	<u><b>30.278</b></u>

## SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

---

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2014, corresponde unicamente aos valores a repassar à Federação da Agricultura e Pecuária do MS (FAMASUL), com vencimento previsto para o mês de janeiro de 2015, em virtude de termo de cooperação técnica celebrado entre o SENAR - AR/MS e a referida Federação.

O termo firmado entre as duas entidades consiste na cooperação técnica da FAMASUL, que deve fornecer frequentemente ao SENAR - AR/MS o conhecimento técnico e científico de seus profissionais e pesquisadores, lotados na sua Unidade Técnica, com o objetivo de elaborar programas pedagógicos e educacionais e prover de maneira qualificada a Entidade de dados, estatísticas, textos, artigos, cartilhas e manuais relativos ao segmento agropecuário, os quais serão utilizados nos cursos de Formação Profissional e Promoção Social (FPR e PS) realizados pelo SENAR - AR/MS.

O termo de cooperação prevê o repasse do SENAR - AR/MS à FAMASUL de até 2% da arrecadação mensal da Entidade, sendo esta quantia suportada por gastos e despesas operacionais incorridos pela Federação com os trabalhos, com a estrutura e com o pessoal lotado na sua Unidade Técnica, desde que devidamente comprovados.

#### 16. Patrimônio social

O patrimônio social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 36.442.481 (R\$ 26.988.832, em 31 de dezembro de 2013), sendo exclusivamente composto pelos superávits acumulados.

O patrimônio social pode ser assim resumido:

<u>Patrimônio social</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Disponibilidades	30.897.587	24.714.203
Créditos	2.023.858	1.821.121
Estoques	395.415	145.551
Imobilizações	4.162.459	1.143.046
Demais ativos	7.481	194.131
	<u>37.486.800</u>	<u>28.018.052</u>
(-) Obrigações operacionais	(822.108)	(554.398)
(-) Obrigações por repasses e convênios	(222.211)	(474.822)
	<u>(1.044.319)</u>	<u>(1.029.220)</u>
(=) Patrimônio social	<u><u>36.442.481</u></u>	<u><u>26.988.832</u></u>

## SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

#### 17. Receita

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lei nº 8.315 INSS	23.703.648	20.717.882
	<u>23.703.648</u>	<u>20.717.882</u>

A principal receita do SENAR - AR/MS é a decorrente do recebimento das contribuições sociais arrecadadas pela Previdência Social em guias previdenciárias, na forma prevista na Lei nº 8.315/91.

#### 18. Realizações de convênios

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Programa Despertar Rural-SEBRAE	98.517	-
Programa Leite Legal	19.573	-
Programa APL Piscicultura-SEBRAE	81.624	-
Programa Mais Inovação-SEBRAE	1.232.875	-
PRONATEC	2.238.926	-
	<u>3.671.515</u>	<u>-</u>

#### 19. Despesas administrativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Atividade-meio</b>		
Gastos com utilidades e serviços	(72.133)	(48.681)
Despesas com manutenções de bens	(49.654)	(36.358)
Material de consumo	(100.590)	(49.595)
Serviços de terceiros PJ	(213.583)	(202.737)
Serviços de terceiros PF	(1.389)	(1.192)
Despesas com viagens	(1.969)	(2.946)
Despesas gerais	(28.260)	(47.449)
Despesas com gestores	(270.080)	(270.552)
Gastos com termos de cooperação	(384.380)	(427.291)
Despesas tributárias	(3.107)	(23.288)
	<u>(1.125.145)</u>	<u>(1.110.089)</u>
<b>Atividade-fim</b>		
Gastos com utilidades e serviços	(329.181)	(226.518)
Despesas com manutenções de bens	(230.773)	(92.526)
Material de consumo	(908.334)	(460.453)
Serviços de terceiros PJ	(6.499.619)	(3.829.072)
Serviços de terceiros PF	(8.286)	(6.593)
Despesas com viagens	(3.972.257)	(2.718.458)
Despesas gerais	(27.408)	(64.445)
	<u>(11.975.858)</u>	<u>(7.398.065)</u>
	<u>(13.101.003)</u>	<u>(8.508.154)</u>

## SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

---

#### 20. Despesa com pessoal

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Atividade-meio</b>		
Salários e remunerações fixas	(828.385)	(554.533)
Remunerações variáveis	(26.113)	(65.857)
Encargos sociais diretos	(279.537)	(278.862)
Benefícios	(237.368)	(90.689)
	<u>(1.371.403)</u>	<u>(989.941)</u>
<b>Atividade-fim</b>		
Salários e remunerações fixas	(2.371.502)	(1.545.356)
Remunerações variáveis	(8.070)	(86.041)
Encargos sociais diretos	(1.257.022)	(867.047)
Benefícios	(245.753)	(268.547)
	<u>(3.882.347)</u>	<u>(2.766.991)</u>
	<u>(5.253.750)</u>	<u>(3.756.932)</u>

#### 21. Partes relacionadas

Durante o exercício de 2014 não foram identificadas transações entre partes relacionadas além da remuneração do pessoal chave da administração.

##### a) Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2014, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Entidade, totalizou R\$ 386.418 (R\$ 395.839 em 2013) registrados no grupo de despesas com pessoal, incluindo salários, remunerações variáveis e benefícios diretos.

A Entidade não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

#### 22. Gestão de riscos

Os principais passivos financeiros da Entidade referem-se contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Entidade.

A Entidade possui contas a receber e outras contas a receber, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)**

---

**Risco de taxa de juros**

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Entidade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se às obrigações de longo prazo da Entidade sujeitas a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices.

**Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Entidade e o risco é minimizado na alocação de recurso com entidades de primeira linha e de grande porte.

**Risco de liquidez**

O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Entidade, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras, conforme elas vençam.

A Entidade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro.

**23. Instrumentos financeiros e operações com instrumentos derivativos**

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros registrados nos balanços - disponibilidades, créditos operacionais, fornecedores, obrigações e adiantamentos se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores justos e/ou de realização, tendo sido todos contratados e/ou contraídos em condições normais de negociação no mercado.

A Entidade não é titular de créditos e obrigações, cujos valores estejam sujeitos ou foram contratados a variações por taxas de câmbio.

Não há quaisquer posições em instrumentos derivativos e/ou outros ativos e passivos sujeitos a riscos cambiais em nome da Entidade. Do mesmo modo, não foram aplicados recursos em operações cambiais e/ou com naturezas ou características semelhantes, tendo ou não por objetivo a especulação financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)

---

**24. Eventos subsequentes**

Até a data de fechamento deste relatório, não tivemos conhecimento de operações ou eventos subsequentes sobre os quais houvesse a necessidade de evidenciar fatos e quantificar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis.



### DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos são elaborados com as seguintes peças contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, Demonstrações dos Resultados Abrangente, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, Demonstrações dos Fluxos de Caixa - DFC e Notas Explicativas, previstos na Lei nº6.404, de 15 de dezembro 1976, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR-AR/MS.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Campo Grande-MS, 31 de dezembro de 2014.

  
**RITA MARIA GUIMARÃES DIB**  
Contadora CRC/MS 008148/O-9



**Tribunal de Contas da União**

**DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO**

Unidade prestadora de contas: Administração Regional do Senar no Estado do Mato Grosso do Sul

Exercício de referência: 2014

Data da conclusão: 29/05/2015

Hora da conclusão: 16:42:35

Responsável pela conclusão: MICHEL CATECARTE RIBEIRO - CPF: 937.275.341-68

Data da publicação: 03/07/2015

Hora da publicação: 12:44:27

Responsável pela publicação: ABENATHAR LOPES DE ARAUJO JUNIOR - CPF: 273.199.382-00

**MENSAGEM:**

Declaramos que o relatório de gestão de 2014 da unidade prestadora de contas Administração Regional do Senar no Estado do Mato Grosso do Sul foi publicado no sítio do Tribunal de Contas da União na *Internet*, conforme informações acima.

Ressalta-se que os dirigentes da unidade permanecem responsáveis pelos conteúdos e forma do referido relatório, conforme dispõem as normas deste Tribunal que regem a prestação de contas anual.

Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul - SECEX-MS

Em 03/07/2015